

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JULIANA DA SILVA ARAÚJO ALENCAR

**O ENTORPECIMENTO DO EU NA CONTEMPORANEIDADE SOB AS
INJUNÇÕES DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL**

Maringá

2012

JULIANA DA SILVA ARAÚJO ALENCAR

**O ENTORPECIMENTO DO EU NA CONTEMPORANEIDADE SOB AS
INJUNÇÕES DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Pires Caniato

Maringá

2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

A368e Alencar, Juliana da Silva Araújo
O entorpecimento do eu na contemporaneidade sob
as injunções da racionalidade instrumental / Juliana
da Silva Araújo Alencar. -- Maringá, 2012.
139 f

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Maria Pires
Caniato.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação
em Psicologia, 2012.

1. Ego. 2. Subjetividade. 3. Razão instrumental.
4. Sociedade administrada. 5. Desamparo. I. Caniato,
Angela Maria Pires, orient. II. Universidade
Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 22.ed. 154.22

MGC-000514

FOLHA DE APROVAÇÃO**JULIANA DA SILVA ARAÚJO ALENCAR****O ENTORPECIMENTO DO EU NA CONTEMPORANEIDADE SOB AS
INJUNÇÕES DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra Angela Maria Pires Caniato

PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Profa. Dra. Regina Perez Christofolli Abeche

DEF/Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. José Sterza Justo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

Aprovada em:

Local da defesa:

*Para todos que acreditaram em
mim quando eu já não o fazia*

AGRADECIMENTOS

A Maria Elena, minha mãe, por ser um exemplo de vida ensinando-me que dificuldades existem, mas possibilidades de superação também. Agradeço por ser a maior entusiasta desse projeto, orgulhando-se de ter uma filha que “gosta de estudar”.

Ao José Neves, meu pai, que mesmo sem entender qual a “serventia desse trabalho todo” apoiou emocional e financeiramente a execução desse trabalho.

Ao excelentíssimo Sr. Xicaum, meu marido. Por me ensinar que o ser humano tem uma capacidade infinita de restaurar, elaborar e transformar...

Ao Guilherme, por ter tido a paciência de me ensinar a ser mãe em meio há esse tempo atribulado da produção acadêmica. Por ter entendido e suportado a minha ausência por tantos momentos.

As minhas irmãs Luciana e Tatiana que me escutavam e conseguiam compreender minhas angústias ajudando dar contorno ao que era experienciado com a polidez Araújo de ser!

Aos meus sobrinhos, Pedro, Heloisa, Lucas e Stella que suportaram a ausência da tia por tanto tempo! Pelos carinhosos “fala baixo que a tia tem que estudar”...

A Angela Caniato, orientadora, professora, amiga que nesta jornada de mais de 10 anos não só contribuiu para o meu desenvolvimento acadêmico profissional, mas ajudou a forjar quem sou. Por ter suportado passar comigo todas as atribuições desses dois anos e não me permitir abrir mão dos meus sonhos, entre eles, a docência.

A Regina Abeche, pelas contribuições que enriqueceram não só esse trabalho como outros que construímos nessa jornada. Ao carinho e dedicação que faz tudo na sua vida sendo para mim um exemplo de hombridade.

Ao prof. Roberto Sterza Justo que por suas contribuições ampliaram meus horizontes e me instigaram a percorrer caminhos teóricos até então para mim desconhecidos. E, principalmente, por ter me mostrado a necessidade de arejar o pensamento permitido construir a pesquisa sem concepções totalitárias.

A Karla, Alexandra, Rodrigo, Eduardo, Maria Claudia, Gescielly, Mestre Pedro e Tereza, companheiros que tornaram possível a execução desse trabalho pelo amor, carinho, dedicação e, claro, as aporrinhações necessárias para que eu conseguisse me superar. Este trabalho também é de vocês.

A turma do “*Mal Estar*” pelas discussões teóricas que matizaram o percurso aqui desenvolvido.



Contudo,

Para ser transformado em um inseto, o homem precisa daquela energia que eventualmente poderia efetuar a sua transformação em homem (Adorno e Simpsons, 1986)

O ENTORPECIMENTO DO EU NA CONTEMPORANEIDADE SOB AS INJUNÇÕES DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

RESUMO

O presente trabalho problematiza os aspectos implicados na constituição e funcionamento do Eu na contemporaneidade. O Eu foi à instância privilegiada devido a sua função mediadora entre mundo externo e mundo interno, sendo responsável por realizar o princípio de realidade, através dos processos psíquicos secundários, quais sejam: atenção, memória, julgamento, discriminação, pensamento e ação motora intencional, sendo tais elementos essenciais para a progressiva autonomia dos sujeitos, segundo a psicanálise freudiana. Para tanto, articulamos os pressupostos teóricos desenvolvidos por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer - como sustentáculo da compreensão da relação indivíduo-cultura - com a Psicanálise freudiana objetivando compreender as implicações socioculturais na estruturação das referidas funções. A partir destes pressupostos teóricos, evidenciamos que na atualidade, sob as injunções da racionalidade instrumental, a potencialidade do Eu, enquanto sede psíquica da Razão, que tendo a sua função preservada atuaria em prol da progressiva autonomia do sujeito, na contemporaneidade age contra si mesmo, submetendo os indivíduos a uma progressiva fragilização, forjando-os como pseudo-indivíduos, submetidos à lógica da utilidade que tem na produção de mercadorias o seu principal investimento libidinal, em detrimento do bem estar e da emancipação humana. Isso porque, o Eu capturado pelas imagens cintilantes da sociedade do espetáculo, dispensa o pensar consciente, condição *sine qua non* de singularização, ficando relegado ao ostracismo, pois submetido a lógica da satisfação imediata, não reivindica uma posição ativa do sujeito de pensar sobre e a partir de si, para de tal forma discriminar os objetos adequados a sua satisfação respeitando os limites preservadores do princípio de realidade, mantendo os indivíduos presos a tendências compulsivas da satisfação imediata característica do princípio do prazer, exacerbando a fragilidade característica do Eu. Convém apontar que, para traçarmos esses percursos, foi utilizado o procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica norteada pelo método interpretativo qualitativo da Pesquisa Qualitativa (Rey, 2005).

Palavras-chave: Eu. Subjetividade. Razão Instrumental. Sociedade Administrada. Desamparo/Fragilização do Eu.

THE EGO NUMBNESS IN CONTEMPORANEITY UNDER THE INSTRUMENTAL RACIONALITY EFFECTIONS.

ABSTRACT

The current paper works with the aspects of the constitution and operation of ego in contemporaneity. The ego was the instance chosen to work with because of its function of mediation between inner world and outside world, being responsible for making the reality principle come true, by the secondary psycho processes, wich are: attention, memory, judgment, discrimination, thinking and motive actions, being those elements central in the individuals life, according to the Freudian Psychoanalysis. For this, we used the teorical presupposition of Frankfurt School by T. Adorno and Max Horkheimer, as the fulcrum for understanding the relation between individual and culture, and also freudian Psychoanalysis. Starting with these presuppositions, we make clear that, at contemporaneity, acting with the instrumental reason, the self's potenciality, as the headquarters of reason, and when preserved is able to protect the autonomy of the one, is acting, nowadays, against itself, submitting the individuals to a progressive fragilization, creating fake individuals, submitted to the merchandising logic and destroying the capacity of well being and human emancipation. That's because, the self when captured for the glowing images of spetacle's society exonerates the conscient thinking , condition sine qua non of singularization, staying relegated to the ostracism, since the individual is not able to claim for his active position of subject in the world and think for himself so that he could discriminate objects for his satisfaction and respect the bounderies of reality principle. The individuals are locked up in compulsive tendencies of satisfaction through consumption, characteristics of self, exacerbating the fragility feature of self. It's convenient to point out that for this path we used the metodological procedure of bibliografic research embased on the qualitative and interpretative method of Qualitative Research (Rey, 2005).

Key words: Ego (Self), subjectivity, instrumental racionality, administered society, abandonment, self's fragilization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO I – O EU E SUAS FUNÇÕES NA PSICANÁLISE FREUDIANA	17
1.1 A CONCEPÇÃO QUANTITATIVA E A ARQUITETURA DO APARELHO	18
1.1.1 A Concepção Neurônica: A Organização Do Aparelho Psíquico Em Φ, Ψ e Ω.	21
1.1.2 As Vivências de Satisfação e de Dor: A Introdução do Eu como Protetor do Aparelho Psíquico	25
1.2 ESTATUTO DE INSTÂNCIA PSÍQUICA E SINGULARIEDADE: O EU NA SEGUNDA TÓPICA	35
1.2.1 O Eu função na segunda tópica	37
1.2.2 O Eu como Singularidade	45
1.2.3 A Importância do Pobre Eu	51
1.3 OS PROCESSOS DO EU	53
1.3.1 Os Processos Primários	53
1.3.2 Os Processos Secundários	56
CAPITULO II – O MALOGRO DA RAZÃO: DO PROJETO ILUMINISTA DE AUTONOMIA À DOMINAÇÃO PELA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL	66
2.1 DO FIM DAS TREVAS AO NASCIMENTO DA MODERNIDADE	66
2.2 O PROGRAMA ILUMINISTA E A PROPOSTA DE AUTONOMIA DO INDIVÍDUO PELO USO DA RAZÃO	70
2.2.1 A Influência do Ideário Iluminista na Psicanálise	76
2.3 A “CONVERSÃO” DA RAZÃO EM RAZÃO INSTRUMENTAL.....	80
CAPÍTULO III – O ESPRAIAMENTO DA RACIONALIDADE TÉCNICA ATÉ O RECÔNDRITO DAS SUBJETIVIDADES HUMANAS	87
3.1 <i>DO HOMOS ECONOMICUS AO HOMOS LUDENS</i> : O DESLOCAMENTO DO CAPITAL DA PRODUÇÃO PARA A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.....	88
3.2 PARA ALÉM DOS PORTÕES DAS FÁBRICAS: A EXPROPRIAÇÃO DA SINGULARIDADE ATRAVÉS DAS ONDAS ELETROMAGNÉTICAS	95
3.3 A “AUTONOMIA” DA ESCOLHA NA SOCIEDADE ADMINISTRADA.....	102
CAPÍTULO IV – DA FRAGILIDADE A FRAGILIZAÇÃO DO EU NA CONTEMPORANEIDADE	113
À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA A SOCIEDADE ADMINISTRADA BASTA UM EU ENTORPECIDO	128
REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

A relação indivíduo e cultura é uma temática que permeia a Psicanálise desde o seus primórdios. A relevância desta discussão está intimamente ligada à concepção de sujeito da Psicanálise, como aquele que se constitui enquanto um em relações de alteridade inscrevendo-o na ordem social e cultural (Freud, 1930/1981). Sendo assim, partindo dessa concepção de homem, propomos um diálogo entre a Psicanálise Freudiana e a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt elaborada por Adorno e Horkheimer para aventar as possíveis implicações no processo de subjetivação na contemporaneidade, dando ênfase a instância psíquica egóica, por ser o regulador psíquico dos investimentos pulsionais, principalmente as funções concernentes ao processo secundário, levando em consideração os critérios oferecidos pelo princípio de realidade (Freud, 1895/2003, 1923/2007). Para a elaboração desta pesquisa foi utilizado o procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica norteada pelo método interpretativo qualitativo da Pesquisa Qualitativa (Rey, 2005).

Conforme a teoria psicanalítica, o Eu advém de encontros/confrontos de suas demandas pulsionais com o mundo externo. São os objetos e os elementos simbólicos, permeados pela linguagem, que dão o suporte para a diferenciação, a singularização e proteção do aparelho psíquico. Por meio de sua capacidade elaborativa o Eu se fortalece ao poder reconhecer seus desejos e suas dores, nomeando através das palavras, ou seja, significando suas vivências. Ao depender da organização social – a cultura, pois esta regula tanto os meios para o garantia da sobrevivência (Ananke) quanto às relações entre os homens (Eros e Thanatos) – cada momento histórico determinará a prevalência de determinados aspectos de funcionamento psíquico dos indivíduos, podendo servir de amparo promovendo a singularização ou fragilizando ainda mais o indivíduo (Freud, 1930/2011).

Todavia, lembremos que a teoria freudiana data do final do século XIX, momento em que a economia estava centrada na produção e na acumulação (Bauman, 2001), regida por uma moral repressora tanto da Igreja quanto do Estado. Tanto que Freud (1930/1981), ao teorizar o sofrimento humano, compreendeu que a sociedade exigia a repressão das pulsões sexuais em uma ordem superior ao necessário para o processo civilizatório, e por essa razão os sujeitos sucumbiam às neuroses. Ao levarmos em consideração a dimensão histórica na constituição

do sujeito somos convocados a pensar, em pleno século XXI, qual é o sujeito que se faz necessário para a manutenção da ordem social vigente, haja vista as mudanças que ocorreram, e continuam a ocorrer, neste “curto século”.

Para brevemente situarmos o leitor, podemos dizer que, a cultura atual, diferentemente do período em que Freud formulou a Psicanálise, é marcada pela queda da autoridade, perda dos referenciais, aceleração tecnocientífica, exacerbação do individualismo, achatamento da história, excesso informacional, o descarte, a satisfação imediata, o ostracismo do pensamento, a valorização da ação, a primazia da imagem, a ausência de transcendência e adesão imediata aos ideais. (Lyotard, 1950/2008; Dufour, 2003; Debord, 2009; Adorno e Horkheimer, 1985; Kehl, 2003, 2005; Severiano, 2010; Turcke, 2010; Virilio, 1993), e a passagem de sociedade produtora para consumidora (Bauman, 2001).

Longe de supervalorizarmos uma determinada época em detrimento de outra, haja vista que e a cultura sempre colocou em risco a meta do princípio do prazer de busca da felicidade humana (Freud, 1930/1981), impondo restrições demasiadas aos indivíduos, propomos analisar quais são as implicações na constituição/funcionamento do Eu frente as transformação sociais das últimas décadas.

Conforme Adorno (1995), seria ilusório imaginar uma organização social que não levasse em conta a dimensão adaptativa dos indivíduos. A cultura inclusive, à luz do autor seria, “impotente e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo” (p.142). Neste estudo, compreendemos que na atualidade a troca estabelecida entre a satisfação pulsional irrestrita por um quinhão de segurança característica do processo de aculturação até o século XX parece estar sendo desfeita, ou pelo menos transformada (Bauman, 2009; 2010; Maia, 2005). De tal modo, a questão na atualidade passaria pela dimensão da adaptação a uma realidade supervalorizada que requer a adesão dos indivíduos de forma a aniquilarem suas próprias individualidades. Nas palavras de Horkheimer (2008),

a necessidade de ajustamento também existiu no passado; a diferença reside no tempo (ritmo) em que se dava essa ajustamento, no grau em que essa atitude tinha penetrado todo o ser das pessoas e alterado a natureza da liberdade conquistada. Sobretudo a diferença reside no fato que a humanidade moderna se submete a esse processo não como uma criança que tem um confiança natural na autoridade, mas com um adulto que desiste da individualidade já adquirida (p. 104-105).

Diante do exposto, propomos uma releitura dos textos freudianos norteados pelas seguintes questões: frente a tais mudanças socioculturais como ficaria a constituição do Eu? Como as funções secundárias estariam sendo organizadas tendo em vista que é a partir do funcionamento adequado da atenção, do ajuizar, da memória e do pensamento, ou seja, acionando o princípio de realidade, que os indivíduos podem buscar a satisfação de seus desejos e necessidades respeitando suas singularidades? Como o Eu cumpriria o seu papel de protetor do aparelho psíquico diante a excessos pulsionais? Se a busca do sujeito é emancipar-se tanto das injunções pulsionais quanto dos desmandos da cultura, tendo então que reconhecer a sua finitude, mas também a sua potencialidade e que, tal interjogo só é possível a partir do exercício reflexivo da razão, esta relação seria possível em uma sociedade permeada pela racionalidade instrumental (Adorno e Horkheimer, 1985)? Contudo, antes de nos aventurar a pensar as mudanças que ocorrem no processo de singularização e no modo de funcionamento do eu traçamos alguns caminhos.

No primeiro capítulo intitulado “O Eu e suas funções na Psicanálise” respaldados, principalmente, nos textos freudianos o “Projeto para um psicologia” (1895/2003) e “O Eu e Id” (1923/2007), retomamos seus postulados sobre o Eu, dissertando sobre a sua constituição e sua dinâmica. Segundo Freud (Freud, 1895/2003, 1923/2007), a instância psíquica sede da razão é o Eu, responsável pela mediação mundo externo e mundo interno; seu desenvolvimento decorre do contato com objetos externos que gradualmente vão metabolizando o caldo cultural e introduzindo os indivíduos na ordem simbólica nomeando suas excitações que a princípio são sentidas somente como prazer e desprazer (Freud, 1895 e 1923). A diferenciação/individuação está intimamente relacionada à capacidade de pensar/refletir dos indivíduos, pois para discriminar o que é ego e não-ego, justamente o pensar consciente é convocado. O indivíduo submetido ao princípio de realidade é o sujeito consciente, que busca na realidade os objetos de satisfação possíveis e inscritos em sua história.

No Capítulo II intitulado “O Malogro da Razão: do projeto iluminista de autonomia a dominação pela racionalidade instrumental”, apresentamos o percurso histórico das transformações dos ordenamentos culturais que sustentavam o processo civilizatório, sustentáculos do processo de simbolização dos homens. Abordamos a queda da concepção teocêntrica do mundo característica da Idade Média e a ascensão do programa iluminista de emancipação humana dos dogmas Religiosos como forma de compreensão do mundo.

Evidenciamos, que o ideário de esclarecimento do homem, guiado pela razão, fora convertido em razão instrumental ao ser cooptada pela lógica mercantil servindo de instrumento de desenvolvimento dos modos de produção beneficiando a classe burguesa. A razão convertida em razão instrumental perdeu a sua dimensão histórica e crítica atuando como mera técnica, eliminando a dimensão reflexiva do processo de dominação da natureza tornando-se dominação dos próprios homens (Adorno e Horkheimer, 1985). Estes ao serem impactados diuturnamente com elementos simbólicos ideologicamente manipulados (Adorno, 1986) ficam a mercê da verdade histórica que lhes é contada, e se reificam pela objetivação da racionalidade instrumental.

No capítulo III, “O Espriamento da racionalidade instrumental até o recôndito das subjetividades humanas”, analisaremos a partir das significativas mudanças dos modos de produção, atrelados ao desenvolvimento tecnológico, as transformações subjetivas implicadas pela objetividade social. Para tanto, apresentamos algumas características do capitalismo industrial, com base na produção, e sua transmutação para a acumulação flexível, com base no consumo, momento histórico que vivemos atualmente (Bauman, 2001,2010). Articulamos a teoria freudiana do Eu maduro e sujeito autônomo da teoria crítica para discorrer sobre o impacto da sociedade administrada sob a subjetividade do homem contemporâneo. Esta articulação se justifica, pois conforme analisamos são os processos secundários fundamentais para a progressiva autonomia do indivíduo, e é justamente a ação destes que vem sendo alijada mediante os ditames da sociedade pautada no consumo como modo de acumulação de capital – que impõe a lógica da descartabilidade e da satisfação imediata, regida pelo princípio do prazer – e que tem nos meios de comunicação de massa, principalmente na televisão – o elemento central nos modos de socialização dos indivíduos contemporâneos em detrimento das instituições como família, escola e igreja (Severiano, 2010; Kehl, 2003 e 2005; Turcke, 2010; Adorno, 2008, 1996, 1986b).

Por fim, no Capítulo IV “Da Fragilidade a Fragilização do Eu na Contemporaneidade” apontamos que a cultura atual não privilegia valores éticos de forma a servir de amparo aos indivíduos, fornecendo elementos simbólicos que deem suporte a individuação, mas sim que está, ao ser administrada sob a lógica da racionalidade instrumental, e ao veicular em massa via mídia os bens simbólicos embebidos na lógica da mercadoria, exacerbam a vivência do desamparo constitucional dos indivíduos. A mídia, principal ordenador simbólico na atualidade, veicula os ideais sociais manipulados ideologicamente como sendo os únicos a

serem seguidos, ideais apartados da história singular de cada indivíduo, forjando-os como pseudo-indivíduos, equalizados e padronizados (Adorno, 1986, 1986a). Na condição de massa os indivíduos aderem aos ditames ideológicos buscando o amparo nos produtos da indústria cultural (Adorno, 1986a).

O Eu submetido sempre a excessos pulsionais, cobrado por uma lógica ensandecida de consumo e de adesão total aos ordenamentos da sociedade administrada encontra-se hoje entorpecido, a mercê do poder hegemônico, preso ao emaranhado de imagens da sociedade do espetáculo (Debord, 2009) que lhe acenam tanto com o desejo quanto com a satisfação enganadora. Os indivíduos, na atualidade, vivenciam uma cultura que lhes cobra incessantemente a satisfação, tornando-a uma obrigação sob o imperativo do goza! Sob o registro do princípio do prazer, os indivíduos mantêm-se na lógica da compulsão a repetição da busca pelo objeto perdido, de modo a não procurar novas significações e novos encontros, característicos do Eu quando regido pelo princípio de realidade (Kehl, 1991, 2003, 2005). Sua fragilidade é potencializada ao não poder confiar em si mesmo como capaz de julgar/discernir seus próprios desejos bem como não poder contar com relações intersubjetivas baseadas em vínculos de solidariedade, submetendo-se aos desmandos da indústria cultural (Lasch, 1986; Adorno, 1986b).

CAPITULO I – O EU E SUAS FUNÇÕES NA PSICANÁLISE FREUDIANA

O percurso na obra de Freud sobre o conceito de Eu inicia-se em um texto que fora renegado por seu autor, “Projeto de uma Psicologia”¹ (1895). Gabbi (2003) relata que o texto foi descoberto pela Princesa Marie Bonaparte (analisanda de Freud) em um leilão do livreiro Reinhold Stahl, como parte das correspondências de Freud a Fliess. A princípio o manuscrito não teria sequer título e Freud ao rever o texto tentou recuperá-lo de todas as formas para destruí-lo; mas Marie não cedeu a pressão por compreender o valor da obra e por ter passado momentos difíceis para preservá-lo a salvo da Gestapo² (Garcia-Roza, 2008).

Esta obra permaneceu as sombras até sua primeira publicação em 1950, mais de 10 anos após a morte de Freud. Segundo Garcia-Roza (2008), Freud considerou este manuscrito como uma obra inacabada, mas as ideias nele discutidas foram o primeiro passo para elaboração do aparelho psíquico. Garcia-Roza (2008) utiliza a metáfora do “diário íntimo” para se referir ao estatuto do “Projeto...” na elaboração da Psicanálise: “Poderíamos ainda comparar o estatuto do Projeto ao de um diário íntimo: importante para o autor, mas inexistente e portanto inócua para as demais pessoas, até ser publicado” (p.70).

A seleção do “Projeto...” como um dos fundamentos teóricos para a compreensão das funções psíquicas concernentes ao processo secundário – atenção, memória, juízo e pensamento – está no fato de ser somente neste texto que Freud se debruçou sobre a dinâmica dos referidos conceitos (Gabby, 2003). Tal concepção é ratificada por Laplanche (1985) que afirma ser “[o] O *Projeto* de 1895 é, acentuemo-lo novamente, **o grande texto freudiano sobre o ego**, reflexão muito mais centrada nesse problema que qualquer outro texto posterior de Freud, inclusive o *Ego e o id*” (p.60, grifo nosso).

A segunda obra selecionada foi o texto inaugural da segunda tópica “*O Eu e o id*” (Freud, 1923). Esta obra merece destaque, também, pois de acordo com Strachey (1961/2007) foi um dos últimos grandes trabalhos teóricos de Freud, no qual oferece uma descrição do psiquismo e de seu funcionamento. A relevância dessa obra está, outrossim, como escreveu Freud (1923/2007), no fato de tratar-se da síntese de várias descobertas teóricas, mas que só naquele momento da elaboração da Psicanálise puderam ser organizadas em um texto (p.27). Depois

¹ Doravante será citado como “Projeto...”.

² Polícia Política da Alemanha nazista na década de 30, ficou marcada pelo arbítrio e o horror de seus métodos para garantir o avanço de Hitler na Europa.

de quase três décadas é nesta obra que Freud retoma a sua discussão sobre o Eu. Sendo que, segundo Laplanche (1985), o conceito de eu proposto neste texto corresponde ao refinamento de teorizações anteriores expostas no desenvolvimento do pensamento freudiano.

Evidenciamos, também, que em razão do objeto de estudo dessa dissertação, a opressão/destruição do processo reflexivo, recorreremos a outros textos da obra freudiana, sem a intenção de esgotar as possibilidades de articulações teóricas acerca do conceito de Eu, mas sim com a finalidade de discorrer sobre as funções do Eu referente ao processo reflexivo.

1.1 A CONCEPÇÃO QUANTITATIVA E A ARQUITETURA DO APARELHO

Freud (1985/2003) anuncia o “Projeto...” da seguinte forma: “o propósito [é] fornecer uma psicologia científica e naturalista, ou seja, expor os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais capazes de serem especificadas e, com isso, torná-los intuitivos e livres de contradição” (p.175). Os pressupostos lançados nesta obra serão norteados pelo modelo das ciências naturais, logo, segundo Gabbi (2003), uma psicologia natural teria as seguintes características: “[...] (a) toma a física como modelo, (b) supõe que não haja diferença essencial entre fatos físicos e fatos psicológicos e (c) explica os processos pela sua gênese” (p.19).

Os fenômenos que Freud³ estava se deparando na sua prática clínica com os neuróticos – a histeria e a compulsão – o impulsionaram na busca pela compreensão dos processos psíquicos, mas longe de uma hermenêutica, Gabbi (2003) nos aponta que “o método seguido é rigorosamente hipotético-dedutivo [...] e busca traduzir aqui, sempre que possível, em termos de quantidade e neurônio o que já era conhecido de modo fático” (p.105). Foi a partir de duas concepções aceitas cientificamente, quais sejam: do neurônio como partícula material e a noção de quantidade de excitação – retirada das ideias⁴ intensas que suas pacientes histéricas apresentavam – que Freud construiu uma teoria lógica e complexa que permeou toda sua obra (Caropreso, 2008).

³ Nesta etapa do trabalho para não ficarmos repetitivos, quando citarmos Freud sem referência de data estaremos nos remetendo a obra em questão “Projeto...”.

⁴ Nesta etapa de elaboração teórica Freud não havia estabelecido o conceito de inconsciente como estrutura; sua utilização era restrita ao sentido dinâmico. Por essa razão, cabe ressaltar que o termo ideia é por ele utilizado indiscriminadamente tanto para fatos conscientes quanto inconscientes. O sentido a ser atribuído deverá levar em conta o contexto da explanação.

A teoria sobre o funcionamento mental formulada por Freud na obra o “Projeto...”, conforme exposto, surgiu a partir da observação clínica de que os pacientes eram tomados por ideias intensas e aparentemente sem relação com o curso da consciência que influenciavam/determinavam os sintomas por eles apresentados. Para esboçar esta proposta de entendimento do aparelho psíquico, Freud (1895/2003) levanta dois postulados básicos: o postulado da quantidade (Q)⁵ – fundamento do ponto de vista econômico, e o postulado do neurônio – fundamento do ponto de vista tópico ou estrutural. Desta forma, pode-se afirmar que os neurônios são a base anatômica do psiquismo, enquanto Q seria a energia que perpassa por esses neurônios, formando assim o aparelho psíquico.

A partir destes dois postulados básicos, juntamente com a noção de intensidade, Freud preconizou que o aparato mental teria uma tendência a evitar a variação da quantidade (Q) nos neurônios, ou seja, evitar qualquer variação na diferença entre repouso e movimento. Nesta concepção, “repouso” seria ausência de Q ou Q armazenada em um neurônio⁶, enquanto “movimento” seria Q em circulação de um neurônio para outro. A tendência do organismo buscar a não alteração de Q foi nomeada por Freud como o primeiro princípio do funcionamento psíquico: princípio de inércia que segundo o autor “[...] [dita] que [o] n[eurônio] aspira a libertar-se de Q” (1895/2003, p.176).

O protótipo do funcionamento do princípio de inércia é tido por Freud como o movimento reflexo, pois a partir do acúmulo de Q advinda de uma fonte externa no organismo, esta mesma energia não seria retida neste, mas sim imediatamente escoada via complexo motor. A eliminação imediata da Q acumulada no psiquismo pela via motora representa a **função primária** do sistema nervoso. Os caminhos de eliminação de Q tornam-se vias privilegiadas para a cessação dos estímulos – fuga de estímulos, de tal forma que uma vez Q tenha sido eliminada pelo organismo, criar-se-iam vias facilitadas para posterior eliminação.

No entanto, Freud compreendeu que essa lógica de aumento de Q e descarga imediata seria aplicada **somente** aos estímulos provenientes do mundo externo. Os estímulos de origem interna (Q endógena) provocariam o aumento da complexidade do aparelho psíquico, pois devido à necessidade de sobrevivência do organismo seria necessário um acúmulo de tensão

⁵ Aqui, o termo quantidade (Q) referir-se-á sempre à energia psíquica. Para tal energia, Freud ora utiliza-se da abreviatura Q para designar a energia que circula o sistema nervoso de forma genérica, ora ele faz uma diferenciação entre Q e $Q\eta$, sendo a primeira de fonte exógena e a segunda de fonte endógena. Como “o emprego que Freud faz desses termos nem sempre é livre de ambigüidade” (Garcia-Roza, 2004; p. 82), neste trabalho utilizar-se-á apenas a abreviatura Q referindo-se a energia psíquica.

⁶ Quando se diz “neurônio” não refere-se a unicamente uma unidade celular, mas sim como um grupo de neurônios que compartilham da mesma função.

que o levasse em busca da supressão da referida necessidade. Assim, o organismo receberia Q endógenas que demandariam descarga imediata, como a fome, a respiração e a sexualidade⁷, porém devido à incapacidade do organismo de suprir sozinho essas demandas, careceria de uma ação específica do mundo externo para que ocorresse a descarga, no caso da fome, por exemplo, a alimentação da criança por um cuidador. Nas palavras de Garcia-Roza (2008) “ao contrário dos estímulos externos que podem ser evitados, os estímulos internos não oferecem possibilidade de fuga. Eles só desaparecem ou diminuem sua intensidade após a realização da ação específica” (p.89).

Para exemplificar seus preceitos teóricos, Freud adota a fome como modelo. Na espera da satisfação da fome o organismo deve permitir o armazenamento de um nível de Q endógena para satisfazer a exigência da *ação específica*. Um organismo (fictício) que vivesse apenas pelo princípio da inércia, poderia esquivar-se dos perigos externos, porém, ao surgir necessidades internas, como a fome, este organismo não teria energia suficiente acumulada (pois esta teria sido totalmente descarregada via reflexo) para poder exercer a ação motora de buscar esse alimento (via choro, esperneio). Como, então, apenas o princípio da inércia não daria conta para a manutenção da vida, Freud postula um segundo princípio que não o substitui, mas sim o aprimora qual seja, **o princípio de constância** (Garcia-Roza, 2008).

Freud compreendeu que em razão da necessidade da vida o organismo teria que suportar o armazenamento de Q até o aparecimento do objeto externo executor da ação específica. A capacidade de um organismo adiar a descarga da energia, para aguardar a realização da ação específica, foi nomeada por Freud como **função secundária**. Leiamos em Freud a passagem do princípio de inércia para o de constância.

[...] o sistema nervoso é coagido a abandonar a tendência originária para a inércia, isto é, para nível=0. Ele tem que permitir a ocorrência de armazenamento de Qn' para satisfazer a exigência da ação específica. Na forma como o armazenamento se faz, mostra-se, no entanto, a permanência da mesma tendência, modificada no esforço de manter a Qn' no menor nível possível, em defender-se contra a elevação, ou seja, mantê-la constante (1895/2003, p. 177).

Evidencia-se que mesmo sendo modificado, o sistema nervoso mantém a sua premissa básica: a tendência à descarga. Freud não descarta o funcionamento primário, mas sim afirma que todo o desempenho do sistema nervoso deve ser considerado sob o ponto de vista da **função**

⁷ Lembremos, apoiados em Gabbi (2003) que neste período da obra Freud não concebia a sexualidade infantil ainda, e que tomava a fome como a pulsão organizadora do aparelho mental.

primária e da **função secundária**. Para Freud (1895), o surgimento do psiquismo dá-se a partir do momento em que o sistema nervoso (hipotético) regido pela ação reflexa (função primária), passa a ter a capacidade de reter energia (função secundária), ou seja, torne-se mais complexo.

1.1.1 A Concepção Neurônica: A Organização Do Aparelho Psíquico Em Φ , Ψ e Ω .

Freud partiu da ideia de que o neurônio seria o suporte material e o elemento constituinte do psiquismo. Segundo Garcia-Roza (2008), Freud concebeu que cada neurônio seria idêntico a todos os outros, mas manter-se-ia como uma unidade separada representado por uma arquitetura bipartida. Laplanche (1985), ao explicar sobre a arquitetura bipartida dos neurônios, utiliza-se da letra Y como modelo para tornar mais inteligível a proposta neurônica de Freud, pois cada unidade teria uma via de entrada e duas de saída. Estes neurônios então seriam unidades distintas umas das outras e ao mesmo tempo idênticas em sua anatomia. Entretanto, apesar de ser concebido como uma unidade independente, os neurônios manteriam uma comunicação por contiguidade, formando uma rede complexa de conexões.

A comunicação entre os neurônios estaria relacionada à questão da quantidade de excitação. Segundo Freud, os neurônios seriam “ocupados” por Q e por contiguidade transmitiriam a excitação de um para o outro, criando uma rede complexa de comunicação. Mas essas excitações precisariam ser barradas em alguns momentos, em razão da função secundária que exige o acúmulo de Q.; contudo, só a questão energética não garantiria a sobrevivência do organismo, seria necessário também o registro de traços mnêmicos das experiências vividas.

Além de uma reserva de quantidade, também seria necessário haver, para que as necessidades vitais fossem satisfeitas, alguma espécie de aprendizagem, e esta última exige que as experiências anteriores sejam, de alguma maneira, registradas mediante a constituição de traços permanentes no aparelho, ou seja, tem a memória como condição (Caropreso, 2008; p.109).

Freud formula o conceito de **barreiras de contatos** para pensar uma forma de contenção das quantidades nos neurônios. As barreiras de contato suportam a existência de duas classes de neurônios: os *permeáveis* denominados ϕ que serviriam a percepção permitindo a entrada de

estímulos exteriores bem como a eliminação de Q sem oferecer resistência; e os *impermeáveis* com a característica de modificar-se após a passagem de Q. Os neurônios impermeáveis, Freud nomeou como ψ . Esse grupo de neurônios seriam portadores de memória, pois teriam a característica de se modificarem permanentemente após a passagem de Q. O sistema ϕ não armazenaria energia para não modificar-se e estar sempre apto a receber os estímulos tal como lhes são apresentados. A modificação permanente em ψ , como vimos decorreria da necessidade da vida, pois para garantir a sobrevivência o organismo precisaria criar vias mais elaboradas de descarga. A combinação entre a quantidade de excitação e a criação de facilitações seria a concepção de memória neurônica. Entretanto se todos os neurônios tivessem o mesmo grau de facilitação não se criariam vias preferenciais de descarga de excitação, logo não poderia se pensar em memória. Por essa razão, Freud postula que “*Representa a memória por meio das diferenças nas facilitações entre os neurônios ψ* ” (1985/2003, p. 180, grifo do autor).

Garcia-Roza (2008) escreve que as facilitações entre neurônios criam uma rede complexa, de tal ordem que seria impossível à repetição exata de um mesmo percurso por Q. Logo, a memória não pode ser entendida como “reprodução mecânica e idêntica de um traço concebido como algo imutável, mas uma memória constituída pela diferença de caminhos eles mesmos móveis” (p.100).

O sistema ϕ responsável pela percepção receberia grandes quantidades de estímulos do mundo externo via órgãos dos sentidos e teria como tarefa eliminar com rapidez a Q que penetraram nos neurônios, bem como reduzir a frações a Q que chegaria a ψ , ou seja, os neurônios ϕ funcionam como uma proteção dos neurônios ψ .

O sistema ψ , por sua vez, receberia estímulos tanto externos (via ϕ) como internos. Em razão da dupla fonte de estímulos Freud dividiu os neurônios do sistema ψ em *neurônios do núcleo* e *neurônios do manto*. Os neurônios do manto estariam ligados ao sistema ϕ , este por sua vez serviria de escudo de ψ , pois permitiria a passagem somente de frações de Q para os neurônios do manto. Os neurônios do núcleo receberiam Q de origem somática e a elas estariam submetidos sem proteção alguma. Segundo Freud, os estímulos somáticos são contínuos e de pequena ordem (nível de Q intracelular) e se transformam em excitação psíquica por meio do processo de somação - ocupariam o neurônio do núcleo e reivindicariam a ação específica para sua supressão.

Após breve explanação sobre os sistemas φ e ψ , resta-nos apresentar o sistema ω . Até o momento apresentamos as concepções de *percepção e memória* e seu funcionamento no aparato psíquico, mas não foi exposto como o indivíduo adquire consciência destas nem como as diferencia. Freud propõe que a consciência corresponderia ao processo que dá a qualidade das percepções e somente a partir dela seria possível diferenciar os diversos estímulos oriundos do mundo externo; ela seria, assim, “o lado subjetivo de uma parte dos processos físicos no sistema nervoso, isto é, dos processos ω e sua supressão não deixa inalterada a ocorrência psíquica, mas inclui em si a supressão da contribuição de ω ” (1895/2003, p. 190), ou seja, os indivíduos não teriam acesso à qualidade dos estímulos recebidos ou dos registros de memória se estes dispusessem apenas dos sistemas φ e ψ . Leiamos em Freud (1895/2003) a relação entre os sistemas:

Por intermédio da percepção são ativados conjuntamente os sistemas φ e ψ ; mas há um processo psíquico realizado exclusivamente em ψ , o reproduzir ou recordar, e este, falando genericamente, é sem *qualidade*. A recordação não traz de *norma* nenhum tipo especial de qualidade perceptiva. Então é preciso ter coragem de supor que haveria um terceiro sistema neurônico, poderíamos chamar de ω , **estimulado junto com percepção e não com a reprodução**, e cujos estados de excitação dariam como resultado as diferentes qualidades, ou seja, seriam as sensações conscientes (p.187/188, grifo nosso).

O sistema neurônico ω seria o responsável pela percepção-consciência das informações pertencentes aos sistemas φ e ψ . Nas palavras de Freud “A consciência dá-nos o que se chama de *qualidades*, sensações que numa grande variedade são algo *diverso* e cuja *diversidade* diferencia-se de acordo com relações com o mundo externo. Nessa diversidade há séries, similaridades, etc., não há propriamente quantidades” (1895/2003, p. 187, grifo do autor).

Mas, Freud indaga-se: como um sistema de qualidades pode surgir a partir da interação única com um sistema quantitativo - ψ ? Para responder a esta questão, Freud introduz a *noção do período*: uma forma particular de interação entre os neurônios no manejo das quantidades que consistiria na comunicação de apenas a fase ou período de descarga e não a sua quantidade propriamente dita (Campos, 2004). O sistema ω seria estimulado juntamente com a percepção e a captação de diferentes períodos de movimento de Q, que por sua vez seriam responsáveis pelas diferentes qualidades percebidas por ω . Este sistema, tal como φ , é regido pelo princípio da inércia logo, possuiriam permeabilidade e facilitação total. Segundo Freud, os objetos externos só produziriam excitações dentro de certo limite capaz de ser capturado pelos órgãos dos sentidos, que por essa razão serviriam não apenas como escudo protetor de ψ , mas

também como crivos que reduzem a quantidade e deixam passar apenas movimentos dotados de certos períodos.

O sistema ψ e o sistema ω funcionariam como vasos comunicantes, isso porque seria o aumento ou diminuição de Q no sistema ψ que promoveria a ocupação em ω , permitindo o acesso à consciência. **As sensações percebidas seriam a série prazer e desprazer.** O *prazer* seria percebido em razão da **baixa quantidade** que ocuparia ψ , ao contrário o **aumento** de Q em ψ levaria a ω qualificar como **desprazer**. A série prazer/desprazer postulada aqui permeou toda a obra de Freud, sendo que em 1911 foi nomeada como **princípio do prazer, como sendo o motor da dinâmica psíquica**. Nas palavras de Nenartavis (2003): “A busca do prazer ou a evitação do desprazer através dos mecanismos de descarga energética será a reguladora de todos os desempenhos mentais e a motivadora da atividade mental com suas consequências” (p.19).

Cabe evidenciar que a noção de período, para compreender como o sistema ω qualifica e tornam conscientes as sensações oriundas do mundo externo, é significativa para a análise do funcionamento do aparelho psíquico⁸. Isso porque, Freud pontua que há um limite de passagem de excitação do sistema ϕ para o sistema ω que para além dele não se qualifica, ou seja, as mensagens/excitações que o sistema sensorial capta com uma intensidade diferente da suportada por ω não teriam acesso à consciência. Tal formulação nos mostra como o **psiquismo é frágil e susceptível as informações oriundas do mundo externo** que na maioria das vezes não são tornadas conscientes, logo, não são passíveis da ação da reflexão, pois sua função de crivo não pode ser acionada.

⁸ A noção de período é formulada por Freud como subterfugio teórico para explicar como ocorreria a passagem de processos fisiológicos (quantitativos) para processos de consciência (qualitativos). O mesmo reconhece o quão problemática é estabelecer a base material da consciência, mas que isso não representaria um obstáculo para a continuidade da teorização. Conforme afirma Campos (2004) “de qualquer forma, a introdução da consciência implica em uma modificação profunda nos postulados principais que orientam o *Projeto*” (p.48).

1.1.2 As Vivências de Satisfação e de Dor: A Introdução do Eu como Protetor do Aparelho Psíquico

Até o momento vimos como os diferentes sistemas ϕ , ψ e ω se articulam no aparelho psíquico proposto no “Projeto...”. Pontuamos, também, que o aparelho psíquico tal como Freud descreveu, tem por princípio a tendência à descarga, visando à permanência no estado de repouso. Contudo, os neurônios nucleares em ψ teriam a capacidade de reter certa quantidade de excitação, em razão da necessidade da vida, mas essa retenção teria um limiar. Após o preenchimento dos neurônios nucleares em ψ acima de seu limiar, a tendência a eliminação se iniciaria visando a busca de alívio em direção do caminho motor. Entretanto, o alívio não aconteceria, pois se faria necessária uma ação específica para que, com a interação desse organismo com o mundo externo, fosse suprida a necessidade do organismo e dessa forma a excitação endógena seria aplacada.

Freud pontua que, apesar da descarga via motora não aplacar a excitação endógena em ψ , ela promove uma alteração interior que é expressa pelo organismo como, por exemplo: o choro, o esperneio, o grito. Após essa descarga, a tensão em ψ retorna a se fazer premente a espera da ação específica. Tendo em vista que o organismo humano é no início incapaz de satisfazer suas necessidades internas por si só, ele depende da ação de um outro que venha a seu socorro e aplaque a tensão endógena. Freud assinala que a partir do momento que a ajuda externa aparece para a criança, após essa ter realizado uma eliminação pelo caminho da alteração interna, criar-se-ia uma trilha de eliminação, mas agora com uma função secundária, porém, de suma importância: **a comunicação**. Pedimos licença ao leitor para nos reportar a um longo excerto de Garcia-Roza (2008), para clarificar o processo descrito.

Se um recém-nascido premido pela fome chora e agita os braços e as pernas, essas respostas motoras não são eficazes para a eliminação do estado de estimulação na fonte corporal. Essa conduta, considerada em si mesma, é ineficaz para a obtenção do alimento; no entanto, em se tratando do recém-nascido humano, ela se insere num outro registro, o da comunicação por sinais, e aparece como demanda, demanda ao Outro deixando de ser um mero *behavior* ineficaz para se constituir numa forma de introdução do sujeito na ordem simbólica. **O choro é ouvido pelo próximo como demanda, e na medida que essa demanda é atendida, ela passa a fazer parte da troca simbólica, especificamente humana** (p.130, grifo nosso).

A esse estado de total dependência do recém nascido, devido a sua prematuridade biológica, de outrem para satisfazer suas necessidades de fome e sede, Freud nomeou como *desamparo*, entendendo ser essa condição o motor de todos os motivos morais (1895/2003). Essa discussão percorre toda a obra de Freud, mas é em 1926 na obra “Inibição, Sintoma e Angústia” que sua retomada é feita para embasar a teoria da angustia. Segundo o autor, toda a experiência de desamparo e abandono dada a prematuração do organismo, marcam a constituição psíquica dos indivíduos, tanto pela necessidade de diferenciação do eu quanto pela função de amparo que o objeto cuidador marca, fundando a necessidade de ser amada que acompanhará os indivíduos por toda a vida. Em ambos os textos são **as vivências fundamentais, ou seja, de satisfação e de dor, que desencadearam a formação do eu e logo dos processos secundários**. O protótipo da angustia foi definido por Freud como as experiências vividas pelo indivíduo nesta época da vida que, ao não ter um eu relativamente desenvolvido, percebia os perigos do mundo exterior demasiadamente significativos e ao objeto externo ficava o investimento de uma figura onipotente capaz de simbolicamente substituir a vida intrauterina. Todo incremento de pulsional que o eu não for capaz de mediar reinvestirá essas marcas mnêmicas desencadeando angústia.

Trabalhemos então as vivências fundamentais. A experiência da presentificação do objeto, para o organismo, por meio da ação específica, o faz retomar ao equilíbrio no sistema ψ . Todo esse circuito é nomeado por Freud como uma *vivência de satisfação* que promove consequências decisivas para o desenvolvimento do indivíduo. A partir da vivência de satisfação, três coisas ocorrem no sistema ψ , a saber:

1. [R] realizou-se uma eliminação duradoura, e, dessa forma, dá-se fim à incitação que produzira em ω desprazer; 2. Origina-se no manto a ocupação de um neurônio (ou de vários) que corresponde (m) à percepção de um objeto; 3. Chegam em outros lugares do manto as mensagens de eliminação devidas ao movimento reflexo desencadeado que se segue à ação específica. Entre essas ocupações e os neurônios nucleares forma-se uma facilitação (Freud, 1895/2003, p. 196).

Segundo Gabbi (1994), é entre esses três registros, os quais ele nomeia como pulsão, objeto e interrupção, que se cria a facilitação, ou seja, um caminho preferencial de eliminação. A **vivência de satisfação deixa um registro indestrutível em ψ** , qual seja: a relação entre a representação do objeto (de satisfação) – entendido aqui como parcial – e a cessação do estímulo endógeno. Esse circuito da vivência de satisfação é compreendido por Freud como a **inauguração do desejo**.

Entre os três registros, pulsão, objeto e interrupção, é criado um circuito com melhor facilitação. Eles formam um caminho preferencial de eliminação onde a ordem de constituição foi pulsão-objeto-interrupção. Se a pulsão era cega, agora ela visa o objeto, pois, como já vimos, um motivo exprime-se na psicologia quantitativa como um caminho preferencial de eliminação (Gabbi, 1995, p.133).

A partir dessa vivência, segundo Garcia-Roza (2008), cada vez que o estado de necessidade se repetir surgirá um impulso psíquico visando reinvestir a **imagem mnêmica** do objeto, com a intenção de reproduzir a satisfação original. Em outras palavras, a vivência de satisfação cria uma facilitação entre a representação do objeto de satisfação e a descarga pela ação específica. Esse circuito será reinvestido sempre, mas quando não houver a presença do objeto externo, o organismo alucinará e logo se desapontará, pois sem o objeto real para promover a ação específica, não há satisfação. Abordaremos a saída encontrada por Freud para essa questão após discutirmos a vivência dolorosa, pois ambas determinam a introdução do *eu* para barrar tanto a alucinação quanto a lembrança da dor, conforme abordaremos posteriormente.

Se a vivência de satisfação inaugura o desejo, o que a vivência dolorosa marcará no organismo? Antes de respondermos essa questão, vejamos como ocorre o registro da vivência de dor no organismo.

Como vimos, ϕ funciona como um **escudo protetor** de ψ ao permitir que somente frações de Q (exógena) cheguem a ele. Contudo, Freud aponta que esse dispositivo falha mediante a dor. **A dor para Freud seria o protótipo da falha da barreira de proteção de ϕ para ψ .** Segundo o autor, a dor consistiria na irrupção de grandes quantidades de excitação em direção a ψ . Lembremos que o sistema nervoso busca neutralizar a recepção de Q (exógena) por meio de dois mecanismos básicos: descarga e fuga. Contudo, nenhum desses processos são eficazes quando a irrupção de Q é muito superior ao suportado pelos sistemas ϕ e ψ , de tal modo que no caso da dor ambos se tornem permeáveis. **Esse processo aponta para a tendência regressiva do organismo, pois ψ se iguala a ϕ .** Por essa razão, Freud afirma que a dor é “o mais imperioso de todos os processos” (1895/2003, p. 186). Ainda segundo o autor,

de acordo com nossa teoria de que Q cria facilitação, a dor deixa atrás de si facilitações permanentes em ψ , como se {os neurônios ψ } tivessem sido atingidos por um raio, facilitações que provavelmente cancelam totalmente a resistência das barreiras de contato e fundam aí um caminho de condução como há em ϕ (1895/2003, p.186).

O processo de inundação de ψ a partir de uma grande quantidade de excitação advinda de ϕ será tomada por Freud em 1920 na obra “Mais além do princípio do prazer” como o **protótipo do trauma**. Segundo Freud (1920), o trauma ocorre quando o aparelho psíquico é tomado por uma grande excitação de tal ordem que a camada protetora é rompida perdendo então o seu papel de para-excitação. A excitação percorre o aparelho psíquico de forma livre, pois não o encontrou preparado para transformar a energia livre em energia ligada. Evidencia-se assim, que Freud desde o “Projeto...” compreende que o aparelho psíquico suporta somente até certo limiar de estimulação que para além dele não se forma registros. Isso porque, como vimos anteriormente, o livre correr de uma excitação maior que o suportado pelo aparelho rompe com a barreira de contato, e conseqüentemente, elimina as diferenças de facilitações, ou seja, a memória.

No entanto, retomemos o “Projeto...” para analisarmos os processos psíquicos que ocorrem mediante a experiência da dor. Tal como a vivência de satisfação, a de dor foi refletida por Freud em três momentos: “1. Um grande aumento de nível, sentido como desprazer em ω ; 2. Uma inclinação para a eliminação, que **pode ser modificada de acordo com certas direções**; 3. Uma facilitação entre esta e uma imagem recordativa do objeto que excitou a dor” (1895/2003, p.198, grifo nosso). A ocupação da imagem recordativa do objeto hostil em ψ desencadeia em ω a sensação de desprazer e por esse motivo, ao contrário da vivência de satisfação, o organismo tenderá a desocupar o grupo de neurônios representantes do objeto hostil (Souza, 2009).

A tendência a desocupar a recordação do objeto hostil foi, por Freud, denominada **defesa primária** ou repressão. Tendo em vista que a dor é provocada a partir de uma intensa excitação oriunda do mundo externo, Freud se vê com um problema teórico quanto à repetição da vivência dolorosa mediante a recordação: como manter o registro mnêmico da vivência dolorosa, sendo que a simples recordação desse objeto hostil seria suficiente para a liberação de Q, fazendo assim com que esta recordação fosse energeticamente desprazerosa para o organismo? Para resolvê-lo, propõe que o aparato psíquico possuiria “neurônios chave” capazes de provocar a alteração entre repouso/movimento, logo desencadeando a sensação de desprazer. Assim, cada vez que os “neurônios chave” ocuparem a imagem do objeto hostil e provocarem em ω a sensação de desprazer, o organismo tenderia a executar a defesa imediatamente. Evidencia-se então que **a vivência de dor inaugura o processo de repressão como defesa do organismo ao desprazer provocado por esse afeto**, além do fato que a dor passa a ter uma fonte endógena e uma exógena (Gabbi, 1994).

Freud, após apresentar as duas vivências fundamentais do organismo – a de satisfação e a dolorosa – nomeia como estado de desejo a tendência a reocupar, por meio da soma da tensão quantitativa, a imagem recordativa do objeto; e como afeto a reprodução do estado de dor por liberação imediata de excitação que ocupou a imagem recordativa do objeto hostil. Nas palavras de Freud (1895/2003)

do estado desiderativo (desejo), segue-se a atração pelo objeto desiderativo (desejado), ou melhor por sua imagem recordativa; da vivência dolorosa, resulta uma repulsa, uma aversão, a manter ocupada a imagem recordativa hostil. Os motivos são a atração desiderativa primária e a defesa primária (p.199).

Assim, podemos analisar que ambas as tendências – de desejo e de afeto – quando levadas a termo, prejudicam o sistema psíquico. No caso da tendência a reinvestir a imagem recordativa do objeto de satisfação, o organismo alucinará e por não sentir o rebaixamento da tensão em ψ ele sofrerá a decepção da não-satisfação. No caso da tendência a desocupar a imagem recordativa do objeto hostil – defesa primária ou repressão – o dano causado é ainda maior, uma vez que o organismo é privado de suas recordações. Garcia-Roza (2008) pontua que enquanto a vivência de satisfação é diferenciadora, a vivência dolorosa apaga a diferença entre os neurônios ϕ e ψ . Isto é, a vivência de dor apaga as facilitações entre os neurônios que abarcam o registro da imagem recordativa do objeto hostil. Souza (2009), ao discorrer sobre a defesa primária, afirma que **“a cada defesa o organismo vai se privando dos seus registros mnêmicos, vai ficando cada vez mais empobrecido”** (p.28).

Ao abordar as duas tendências do organismo regidas pelo processo primário, Souza (2009) alerta que se ambas persistissem como premência, não haveria outro destino ao organismo senão a morte. Isso porque uma vez definidos os caminhos de descarga, ou seja, as facilitações, não há como evitar a repetição que por sua vez funciona de modo reflexo, regida pelo princípio da inércia (Gabi, 1994). Por essa razão, como veremos, surgem as diferentes formas de pensamento visando à busca de caminhos alternativos para a realização do desejo .

Após abordarmos as vivências fundamentais do psiquismo, podemos retomar a questão deixada em aberto anteriormente. Para evitar o perecimento do sistema ψ em razão da tendência a repetição constituída a partir da vivência de satisfação e da vivência dolorosa, Freud introduziu no interior do sistema ψ uma organização com a capacidade de inibir a repetição alucinatória de ambas as tendências. Freud introduz a conceituação desta organização da seguinte forma,

com a suposição da ‘atração desiderativa’ e da inclinação para a repressão já nos referimos a um estado em ψ que ainda não foi discutido; pois os dois processos indicam a formação em ψ de uma organização, cuja existência perturba cursos [quantitativos] que foram executados, na primeira vez, de uma forma determinada [ou seja, acompanhados de satisfação ou de dor]. **Esta organização chama-se “eu”...** (1895/2003, p.200, grifo e aspas do autor, negrito nosso).

Gabbi (2003) pontua que essa organização está suposta desde quando é apresentado o princípio de constância. Isso porque, tal princípio apontava a necessidade de armazenar certa quantidade de excitação para a garantia da sobrevivência do organismo. A necessidade dessa organização, segundo o autor, também estaria ligada ao estabelecimento de um critério adequado de **diferenciação entre uma percepção e uma recordação**. Passemos então a entender melhor sua formação e atribuições.

Freud concebe o *eu* como sendo um grupo neurônico com grande facilitação entre os neurônios que o constitui e com a característica de manter uma ocupação de excitação constante. Por esse motivo o *eu* é entendido como o **guardião da função secundária**, pois é o portador do armazenamento de excitações necessárias para a sua realização. Outro aspecto pontuado por Freud é que o *eu* corresponde “[...] a totalidade das respectivas ocupações ψ , na qual se separa uma parte permanente de uma variável” (1895/2003, p. 200). Segundo Laplanche (1985), a parte permanente do eu corresponde ao núcleo do eu que representaria um grande reservatório de excitação; a parte variável seria responsável pelos processos secundários, em particular, “o processo de pensar [que] consiste na ocupação de neurônios ψ com alteração da compulsão de facilitação pela ocupação lateral partindo do eu” (Freud, 1895/2003, p.210).

Ainda sobre a formação do eu, Gabbi (1994) também compreende que a parte permanente do *eu* seria formada pelos neurônios constantemente ocupados por excitações endógenas de ψ do núcleo e a parte variável pelos neurônios ocupados em ψ do manto; entretanto, ele acrescenta o seguinte dado: o núcleo do eu de acordo com seus estudos, parece coincidir com a representação da pulsão. Sobre essa relação Puertas (2010) afirma que

[p] Podemos justapor a noção de ocupação constante em ψ do núcleo, oriunda do interior do corpo, à noção de pulsão. Assim, a fonte da pulsão seria somática, a força seria a quantidade, a finalidade seria a satisfação (o desembaraçar-se da quantidade, a liberação)

e o objeto seria aquele definido pela atração de desejo (a representação em ψ do manto) (p.51).

Ao fazer essa observação Puertas (2010) evidencia que a concepção de pulsão que seria formulada por Freud em 1915 na obra “Pulsão e Destinos da Pulsão” já encontrava seus princípios no “Projeto...”. Freud (1915) define a pulsão como um conceito-limite entre o psíquico e o somático, que se apresenta como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e chegam a psique, em razão da exigência de trabalho imposta ao organismo em decorrência de sua relação com o corpo. Os elementos básicos para a compreensão da pulsão envolveriam a fonte da pulsão, a pressão, a meta e o objeto, sendo que são esses os elementos usados por Puertas (2010) para fazer a correspondência conceitual acima citada.

Retomemos o conceito de eu no “Projeto...”. Cabe agora, discorreremos sobre a forma de atuação do *eu* no que tange o seu papel de barrar o princípio de inércia e estabelecer o princípio de constância no aparelho. A forma de atuação do *eu* consistiria em **inibir o livre escoamento da excitação** pelo aparelho psíquico até a via motora; no caso da vivência de satisfação o *eu* impediria a ocupação da imagem recordativa do objeto de desejo barrando a alucinação da satisfação; no caso da vivência dolorosa o papel do *eu* seria o de evitar a ocupação do “neurônio chave” a ponto de desencadear a defesa primária, (Gabbi, 1993). Em nota Gabbi (2003) descreve a forma de atuação do *eu* da seguinte maneira:

A forma de ação do eu consiste em inibir (*hemmen*) o processo alucinatório, evitando, no caso da repetição da vivência de satisfação, que o agente persiga automaticamente as cadeias associativas e alucine o objeto desiderativo, e, na repetição da vivência dolorosa, pelo rompimento dos vínculos associativos, deixe de dar-se conta do objeto hostil (p.63).

O processo de inibição dar-se-ia por meio de um processo denominado por Freud de ocupação lateral. Sabemos que as vivências de satisfação e de dor estabelecem facilitações entre os neurônios em ψ ; a excitação, tanto endógena quanto exógena, tende a percorrer os caminhos facilitados entre os neurônios. Sendo assim, como forma de deter a ocupação direta das imagens recordativas do objeto desiderativo ou dos neurônios chaves para a liberação do afeto; o *eu*, por meio do mecanismo da atenção, desviaria as quantidades de excitação das facilitações resultantes das vivências, ocupando neurônios circundantes, ou seja, por meio da ocupação lateral, a excitação é desviada de certos neurônios que, caso fossem ocupados,

desencadeariam os processos psíquicos primários. Freud postula que “**se existir um eu, ele tem de inibir processos psíquicos primários**” (1895/2003, p. 201, grifo nosso).

Leiamos em Freud a definição de ambos os processos:

[d] Designamos como *processos psíquicos primários* a ocupação desiderativa até a alucinação, o total desenvolvimento de desprazer trazendo consigo o gasto total de defesa; por outro lado, designamos como *processos psíquicos secundários* todos os outros processos que só são possibilitados por uma boa ocupação do eu e que são uma moderação dos expostos acima (1895/2003, p. 204, grifo do autor).

Uma boa ocupação do eu dependerá do que Freud nomeou como o **mecanismo da atenção**. Segundo o autor, o mecanismo da atenção mantém o eu em estado de expectativa para a recepção do signo de realidade emitido por ω , que por sua vez, acionariam os processos psíquicos secundários dando o sinal para a descarga somente diante da presentificação do objeto, possibilitando a experiência de satisfação.

Como apontamos, os processos psíquicos primários caracterizam-se pelo livre escoamento da energia pelo aparelho psíquico até a via de descarga motora. Contudo, analisamos também que, devido à necessidade da vida, a manutenção de certo nível de ocupação em determinados neurônios se fez premente e esses grupos de neurônios seriam responsáveis pela capacidade do organismo de aguardar a execução da ação específica. Em outras palavras, o livre escoamento da excitação, regida pelo princípio de inércia, deveria ceder lugar à energia ligada, que é regida, por sua vez, pelo princípio de constância. Sendo assim, podemos afirmar que

o eu obriga o aparelho psíquico [a] considerar tanto as condições internas quanto as externas e a estabelecer uma mediação entre as mesmas. A obrigação resulta, de um lado, da necessidade da vida, da satisfação do delegado da fome, que, apesar de ter uma origem interna, impõe a observância de condições externas, e de outro, da dor, que, mesmo tendo uma origem externa, ao ser recordada, requer a apreciação de condições internas (Gabbi, 2003, p.64, grifo nosso).

Em síntese, o eu seria o portador do armazenamento de quantidades necessárias para o cumprimento dos critérios de satisfação das necessidades vitais; essas quantidades constituiriam o recurso energético por ele utilizado a direcionar os processos associativos visando alcançar as condições necessárias para a satisfação ou o impedimento da produção do desprazer. Essas atribuições evidenciam outra característica do eu: a temporalidade. É com o

advento do eu que surge a **ideia de temporalidade** no indivíduo. Sob os desígnios dos processos primários não existe a lógica da postergação, da espera, o imediatismo da descarga se faz premente. Contudo, esses processos não garantem a satisfação nem a fuga do desprazer, outro processo foi necessário para inaugurar a capacidade de espera: o secundário.

A ação do Ego como facilitador de um movimento energético, ou seja, de um processo de ligação, impede a descarga massiva e imediata das excitações desencontradas da **capacidade lógica ou de temporalidade** (regido pelo processo primário), e vai permitindo ao aparelho psíquico dispor de uma função secundária (Macedo, Werlang e Dockhorn, 2008, grifo nosso).

A temporalidade nos remete a capacidade de conceber uma sequência temporal nos eventos vividos pelo indivíduo. A ideia de tempo na concepção freudiana esta intimamente ligada a percepção-consciência. Segundo Millan (2002), a aquisição da noção de tempo é prerrogativa desse sistema e decorre de seu funcionamento descontínuo. Como cabe ao eu observar o mundo interno e o mundo externo e atuar como um modulador de energia, na execução de sua função os estímulos oriundo das duas fontes são observados quando o sistema perceptivo-consciente encontra-se previamente investido viabilizando então a retração ou insensibilidade transitória. A descontinuidade se dá por meio da comparação entre o que foi percebido no mundo externo e as representações objetais pré-existentes. Para compreendermos melhor o que a autora se refere como comparação precisamos discorrer sobre o critério estabelecido de diferenciação entre percepção e memória.

Segundo Freud, toda percepção captada pelos órgãos dos sentidos implica na origem de uma excitação qualitativa em ω , que ao ser eliminada – devido a tendência à descarga – envia a ψ uma mensagem de que há a presença do objeto. Em Freud: “*então a mensagem de eliminação desde ω é o signo qualitativo ou de realidade para ψ* ” (1895/2003, p. 203, grifo do autor). Entretanto, como apresentamos anteriormente, o aumento de excitação endógena pode ocupar o sistema ω e este por sua vez enviar uma mensagem ao sistema ψ provocando a descarga, ou seja, a alucinação tanto da imagem do objeto desiderativo quanto a imagem do objeto hostil. Nesse caso o critério falha.

Para a realização do critério de eliminação de ω ser percebido como um signo de realidade em ψ é imprescindível a ação inibitória do eu. Por meio da ocupação lateral, o eu impede que as excitações de origem endógenas ocupem as imagens recordativas com intensidade suficiente para desencadear a alucinação. Contudo, se a ocupação de desejo

ocorrer a partir de uma excitação exógena (decorrente de uma percepção), será garantido o signo de qualidade/realidade. Nas palavras de Freud, “*é a inibição do eu que possibilita um critério de diferenciação entre percepção e recordação*” (1895/2003, p.203, grifo do autor). Freud postula então que o organismo, a partir da experiência biológica, aprendeu a não iniciar a eliminação da excitação antes da apresentação do signo de realidade em ψ , assim preservando a integridade do aparelho.

Os signos de realidade quando provenientes do exterior, produzem-se sempre, independentemente da intensidade do investimento, mas quando ligados a estímulos provenientes do interior do sistema ψ , eles somente ocorrem se a intensidade do investimento for elevada. **Daí a importância da inibição por parte do eu em ψ para que possa haver uma diferenciação entre percepção e lembrança.** É o investimento moderado do objeto, por efeito da inibição por parte do eu, que permite reconhecer esse objeto como não sendo real. Se a inibição não ocorresse, a intensidade do investimento seria semelhante à produzida pelo objeto externo e a distinção seria impossível (Garcia-Roza, 2008, p. 155, grifo nosso).

Compreende-se assim que a diferença entre imagem-percepção e imagem-recordação deve-se à questão da intensidade de excitação, daí desprende-se a importância da ação inibidora do eu. Destarte, se o signo de realidade encontrar o eu em estado de tensão desiderativa, a descarga ocorreria em direção da ação específica; mas se junto ao signo de realidade ocorrer um aumento de excitação qualificada por ω como desprazer, os neurônios do sistema ψ implementariam uma defesa por meio da ocupação lateral de magnitude apropriada; a terceira possibilidade seria de que o signo de realidade não encontrasse o núcleo do eu em estado de desejo ou em estado de desprazer e nesse caso a ocupação seguiria desimpedida as facilitações estabelecidas pelas vivências fundamentais (Gabbi, 2003).

Explicitamos então, que **o eu tem papel primordial na garantia da sobrevivência do indivíduo por sustentar a relação entre o sistema ψ e a realidade externa.** Moreira (2009), ao abordar a relação alteridade/conceito de eu, apresenta o referido conceito, que exporemos a seguir, como uma síntese do que foi até aqui discutido.

[a] A origem do eu anunciada no Projeto para uma Psicologia Científica (1950[1895]) está vinculada à problemática da alucinação na vivência originária de satisfação [e de dor]. [...] O eu surge para inibir o processo de alucinação que visa repetir a vivência de satisfação, por meio da estimulação do traço de memória, como resposta ao desprazer

provocado pela fome. **O eu inibe a alucinação instaurando o teste de realidade** que seria revelador da precariedade da alucinação enquanto possibilidade material de solução para a tensão. O eu garantiria, no sentido biológico, a vida para o pequeno ser (p.232, inserções e grifo nosso).

Os processos psíquicos secundários responsáveis pela complexificação do aparelho e pelo teste de realidade, a saber: a atenção, o julgar, o pensar, o discernir, a ação controlada serão abordados posteriormente em um item destinado a eles, por serem estes o objeto desta pesquisa. Esse recorte também se justifica no fato de que Freud pouco alterou, no decorrer de sua obra, as formulações acerca destes conceitos, de tal modo, que após a explanação do conceito de eu na segunda tópica, dissertaremos sobre os processos psíquicos primários, bem como os processos psíquicos secundários com a devida ênfase.

1.2 ESTATUTO DE INSTÂNCIA PSÍQUICA E SINGULARIEDADE: O EU NA SEGUNDA TÓPICA

Conforme explicitado anteriormente, a segunda obra que tomaremos como referência para esse estudo será “O Eu e o Id”, escrita por Freud em 1923. A referida obra é um dos últimos trabalhos teóricos de Freud, no qual ele apresenta uma descrição da psique e de seu funcionamento. Outra característica dessa obra é de ser compreendida como a síntese de várias formulações teóricas que estavam presentes no legado freudiano até então, não sendo diferente no que tange o conceito de Ego (Strachey, 1961/2007).

Por essa razão, dissertaremos acerca das formulações do conceito de eu nessa obra para compreender sua formação e função pela perspectiva da Psicanálise freudiana. Lembremos que, tal como Monzani (1989), compreendemos o conceito de eu postulado na obra “O Eu e o Id” (Freud, 1923) como um refinamento do que foi esboçado durante sua formulação desde o “Projeto...” (Freud, 1895/2003). Conforme pontua Laplanche (1985),

Investimento constante pela energia pulsional ou libidinal, na periferia de um núcleo fixo, fronteiras, ou zonas de influência que podem, conforme os casos, experimentar uma expansão considerável ou uma retração... esses caracteres prefiguram as descrições do ego que Freud fará vinte anos mais tarde (p.69).

Freud (1923/2007) apresenta uma nova forma de organização da psique, dividindo-a em três instâncias, a saber: Eu, Id e Superego⁹. Essa configuração do psiquismo inaugura o que foi denominado de 2ª tópica. Segundo Zimmerman (1999), a palavra estrutura significa **“um conjunto de elementos que separadamente tem funções específicas, porém que são indissociados entre si, interagem permanentemente e influenciam-se reciprocamente”** (p. 83, grifo nosso). Todos os textos posteriores foram influenciados pela obra em questão, ao menos no que se refere à terminologia (Strachey, 1961/2007).

O termo em alemão designado para nomear a instância psíquica egóica utilizado por Freud (*“das Ich”*), de acordo com Strachey (1961/2007) traz em si uma ambiguidade que não fora dissolvida no decorrer da obra freudiana. O termo *“das Ich”* possui na obra de Freud dois sentidos distintos: “[...] termo distingue o Eu (*self*) de uma pessoa como um todo (incluindo, talvez, o seu corpo) das outras pessoas, e outro em que denota uma parte específica da psique, caracterizada por atributos e funções especiais” (p.17). Esse sentido utilitarista do Eu pode ser evidenciado durante a exposição do “Projeto...”, como um sistema específico do aparelho psíquico com funções especiais e demonstraremos sua manutenção em “O Eu e o Id” (Freud, 1923/2007). Já o sentido de si mesmo (*self*), segundo Strachey (1961/2007), tornou-se evidente principalmente em vinculação com o narcisismo. Laplanche e Pontalis afirmam que (2001), “não nos parece desejável apresentar desde logo uma distinção decisiva entre o Eu como pessoa e o Eu como instância, porque a articulação destes dois sentidos está precisamente presente no centro da problemática do Eu” (p. 127). Apesar de situarmos tal ambiguidade teórica, não nos deteremos a ela pois, não é pertinente a nossa discussão.

Na obra “O Eu e o Id” Freud (1923/2007) sintetiza seus estudos teóricos acerca do funcionamento psíquico postulando o Eu como instância psíquica e singularidade. Ambos os sentidos atribuídos ao eu são retomados ao formular a constituição do eu a partir de duas origens, a saber: como diferenciação do id em contato com o mundo externo (sentido funcional) e como precipitado das identificações que se estabelece com os objetos (sentido do eu como individualidade). A primeira origem aponta para a relação próxima entre a percepção e consciência (*P-Cs*), como característica do Eu. A segunda aponta para os desdobramentos da identificação na constituição do caráter do eu, bem como a maneira que o Eu emprega na tentativa de controlar o Id e posteriormente a formação do Superego, sendo esse resultado principalmente das identificações com o casal parental.

⁹ Não nos ateremos a questão de divergências de tradução, sendo assim usaremos ego e eu como mesma categoria e superego ao invés de supra-eu como sugerido por Hans (2007), por entendermos que esse termo não fora incorporado ainda ao discurso psicanalítico.

Cabe evidenciar que não buscaremos esgotar as possibilidades de articulações teóricas acerca do Eu, pois essas seriam demasiadamente vastas e fugiriam ao escopo desse trabalho, que **pretende compreender as implicações da cultura contemporânea, no que tange o funcionamento dos processos secundários do eu.** Sendo estes entendidos **como condição sine qua non para a autonomia do indivíduo**, uma vez que são os processos secundários que permitem a separação eu e não-eu, bem como a suspensão do imediatismo do processo primário impulsionando os indivíduos a refinarem a sua busca pelos objetos de satisfação.

1.2.1 O Eu função na segunda tópica

Dissertaremos primeiramente sobre o Eu instância tomando como ponto de partida a relação Percepção-Consciência (*P-Cs.*) de forma a compreender que essa relação apesar de íntima não corresponde a todo o seu funcionamento. Posteriormente, apresentaremos as demais instâncias psíquicas, bem como os seus envolvimentos dinâmicos, pois, como pretendemos trabalhar os fatores que alteram a capacidade de elaboração do eu, se faz necessário arazoarmos sobre os aspectos que o influenciam diretamente.

Os estudos freudianos teorizaram, desde seus primórdios, sobre as ideias atuantes no sujeito que lhes faltavam a consciência ou ao menos que não seguiam seus princípios. A influência destas ideias no percurso, tanto do pensamento quanto das ações dos sujeitos, foi determinante para que Freud postulasse o inconsciente como a principal instância psíquica. Seus efeitos sobre o indivíduo só poderiam ser percebidos de forma indireta, por meio dos sonhos, atos falhos, chistes, sintomas, etc. Nesses fenômenos psíquicos evidenciavam-se forças que impulsionavam o indivíduo para realizações que lhes fugiam a vontade tanto que, Freud em 1916, postulou: “[...] *o yo que ni siquiera es dueño y señor en su propia casa, sino que se halla reducido a contentarse con escasas y fragmentarias informaciones sobre lo que sucede fuera de su conciencia en su vida psíquica*” (p.2300). A principal função do Eu seria se apropriar desses fragmentos históricos e ordená-los de forma a permitir uma maior independência tanto dos impulsos quanto da realidade (Hornstein, 1990). Contudo sabemos que isso não é tão fácil, justamente pela premência das pulsões e a efemeridade da consciência.

O sujeito da psicanálise seria justamente esse tomado por forças que anseia dominar, mas que requer um árduo trabalho de reconhecimento e investimento para intentá-lo. Segundo Freud (1923/2007) “[...] um indivíduo é, então um Id psíquico desconhecido e inconsciente sobre cuja superfície assenta-se o Eu, o qual, por sua vez, desenvolveu-se a partir do sistema P., o núcleo do Eu” (p.37). A capacidade de percepção (*P*) – anteriormente atribuída ao sistema ϕ – foi, justamente, que Freud privilegiou na segunda tópica para apresentar a constituição do Eu no sentido funcional.

Desde as primeiras formulações sobre o aparelho psíquico no “Projeto...”, a questão da qualidade de consciência e de inconsciência dos processos e conteúdos psíquicos aparece na obra freudiana, opinião que se mantém e é abordada explicitamente por Freud na obra “O Eu e o Id” (1923/2007), como sendo uma das questões fundamentais da Psicanálise,

[s] Somente a partir dessa distinção, torna-se possível compreender e integrar à ciência os frequentes e relevantes processos patológicos da vida psíquica. Dizendo de outro modo: da perspectiva psicanalítica **não há como considerar que a essência do psiquismo esteja situada na consciência** (Freud, 1923/2007, p. 28).

Segundo Freud (1923/2007), a consciência, tal qual no “Projeto...” (Freud, 1895/2003), era entendida como “sendo apenas uma das qualidades do psíquico e lembrar que diversas outras qualidades podem, ou não, somar-se a ela” (p.28). Essa afirmativa nos remonta a duas formulações da teoria psicanalítica, a saber: 1) o objeto da Psicanálise, os conteúdos inconscientes do psiquismo; 2) a debilidade de nosso domínio sobre o que advém tanto do mundo externo quanto do mundo interno, devido à efemeridade da consciência. Sendo que essa fragilidade, como explicitaremos, decorrem das vassalagens do Eu, quais sejam: as pressões do Id, do Superego e do mundo externo, objeto de nossa pesquisa.

O excerto a seguir expressa, nas palavras de Freud (1923/2007), a primeira formulação acerca do Eu na obra em questão. Leiamos:

[...] comecemos por imaginar a existência de uma **organização coesa** de processos psíquicos inter-relacionados. Situemos esses processos em uma pessoa e os **denominaremos seu Eu**. Deste Eu diremos que há uma **consciência** atada a ele, e mais, que é o Eu, que controla os **acessos à motilidade motora**, isto é o escoamento [*Abfuhr*] em direção o mundo externo das excitações [*Reize*] internamente acumuladas. O **Eu seria, então, aquela instância psíquica** que supervisiona todos os processos parciais que ocorrem na pessoa. É a instância que à noite vai dormir, embora mesmo dormindo, ainda

detenha o controle da censura onírica. É também desse Eu que **procedem os recalques**, Por meio deles, o Eu faz com que determinadas tendências psíquicas sejam excluídas, não só da consciência, mas também impedidas de se imporem ou agirem por outros meios (Freud, 1923/2007, p.30-31, grifo nosso).

A definição dada por Freud ao eu, acima explicitada, remonta em grande parte o que foi anteriormente formulado no “Projeto...”, isto é, principalmente ao que tange a concepção de um Eu utilitarista com finalidade de adaptação. Isso porque, tal como exposto anteriormente, o Eu é compreendido como uma organização coesa que viabiliza o escoamento das excitações endógenas, devido ao seu acesso a motilidade, preservando a integridade da psique. Mas não só, o recalque ou podemos dizer a defesa primária é atribuída ao eu da mesma forma que foi apresentada no “Projeto...”.

As atribuições do Eu apontam *a fortiori* que não poderíamos mais pensar esta instância como puramente consciente, uma vez que, o recalque foi a ele atribuído. Destarte, Freud assevera que “*percebemos, agora que uma parte do Eu – uma parte sabe lá Deus quão importante do Eu – pode ser Ics. e certamente é Ics*” (1923/2007, p.32, grifo do autor). Doravante, o estado de inconsciência não poderia mais ser compreendido como característica exclusiva do até então sistema *Ics*, que na segunda tópica fora integrado ao Id.

O percurso da elaboração da Psicanálise levou Freud (1923/2007) a reconhecer que haveria três diferentes modos de se pensar o inconsciente, quais sejam: descritivo, dinâmico e estrutural. Dissertaremos sobre essas definições, pois são fundamentais para a compreensão da inter-relação entre as instâncias psíquicas que serão apresentadas, bem como para o seu funcionamento.

Segundo a teoria psicanalítica, o indivíduo não é consciente, mas sim estaria consciente de algo. A **consciência é um estado breve e transitório**, podendo ser considerada apenas como uma das qualidades do psíquico. Deste modo, uma ideia que num dado momento é consciente, logo não mais seria. As ideias que foram conscientes e perderam essa qualidade, mas que por meio do trabalho do pensar podem novamente ascender à consciência estariam, segundo Freud, em estado latente. Por essa razão, o autor, pontua que essas ideias estariam inconscientes no sentido latente. As representações **latentes-capazes-de-se-tornarem-conscientes** corresponderiam ao **sentido descritivo** de inconsciente ou **pré-conscientes**. O **sentido dinâmico** de inconsciente foi atribuído por Freud às representações que prescindiam da consciência como condição de alteração psíquica, ou seja, mesmo estando inconscientes os

indivíduos seriam por elas afetados. As representações incapazes-de-se-tornarem-conscientes seriam o conteúdo que não passaram pela censura do ego e foram recalçadas, por isso só alcançam a consciência por meio de um árduo trabalho analítico. Porém, ainda havia algumas questões que pelo seu modo de funcionamento estariam inconscientes ao indivíduo, mas não se enquadrariam nem no inconsciente no sentido descritivo nem no inconsciente no sentido dinâmico. Para tais questões, por exemplo, a ação do recalque, a resistência em análise, o manejo da excitação, o sentimento inconsciente de culpabilidade (atributos do Eu) e as representações das pulsões (fantasias), Freud (1923/2007), cunhou o **inconsciente estrutural – Id**. A ambiguidade sobre o conceito de inconsciente na Psicanálise, segundo Freud, é inevitável, pois “[...] a distinção entre o que está consciente ou inconsciente é, em última análise, uma questão **atínente à nossa capacidade de percepção**. É ela que nos permite responder com um sim ou um não sobre se percebemos a presença de algo” (1923/2007, p. 30).

Conforme apresentado, o sistema *Ics* fora englobado ao Id, este sendo apresentado como uma instância psíquica com origem, funções e regras de funcionamento específicas. O Id seria, segundo Freud (1923-1932-1938/1981), 1) a mais antiga das instâncias psíquicas; 2) constituída pelo o que é herdado, o inato; 3) a sede das pulsões; regido pelo princípio de prazer. Esse princípio funciona sob a égide da tendência a descarga de qualquer acúmulo de excitação; busca a satisfação irrestrita e imediata sem considerar os perigos em que pode ocorrer e afetar a integridade da vida; seu funcionamento não é regido pela lógica do pensamento, principalmente no que tange a lei da contradição:

Para los procesos desarrollados en el ello no son válidas las leyes lógicas del pensamiento, y menos que ninguna, el principio de la contradicción. Impulsos contradictorios coexisten en él, sin anularse mutuamente o restarse unos de otros; los más que hacen es fundirse, bajo la coerción económica dominante, en productos transaccionales para la derivación de la energía. No hay en el ello nada equivalente a la negación, [...]. En el ello no hay nada que corresponda a la representación del tempo; no hay reconocimiento de un decurso temporal [...]. Evidentemente, el ello no conoce juicio de valor alguno; no conoce el bien ni el mal ni moral ninguna. El factor económico o, si quereis, cuantitativo, intimamente enlazado al principio del placer, rige todos los procesos (p.3142-3).

Lembremos que no “Projeto...” Freud pontua a necessidade da vida como o gatilho para a constituição de uma organização em ψ , o eu, capaz: de conter o escoamento livre de energia,

ou seja, transformar energia livre em energia ligada. Em 1923 Freud, mantém a ideia de que é necessário um eu capaz de organizar o acontecer psíquico levando em consideração as ingerências do mundo externo. Entretanto, diferentemente do que foi proposto no “Projeto...”, Freud atribui à ligação próxima entre o eu, agora sob o estatuto de instância, e a percepção o fato de ficar a ela delegada a observância do mundo externo. Destarte Freud postula que

o Eu é uma parte do Id que foi modificada devido a influência direta – apenas mediada por *P.-Cs.* – do mundo externo. De certa forma, o Eu resultou do processo de diferenciação que se deu na superfície do Id. O eu se empenha em fazer valer a influência do mundo externo junto ao Id e aos propósitos deste, bem como tenta **substituir pelo princípio de realidade o princípio do prazer** que reina no id sem restrições. **O papel da percepção no eu é análogo ao da pulsão no Id** (1923/2007, p.38).

O princípio do prazer preconiza que as pulsões busquem a satisfação imediata pelos caminhos mais curtos, buscando a descarga da excitação acumulada no interior do aparelho psíquico, sendo que o aumento da excitação é percebida pelo psiquismo como desprazer e a diminuição como prazer (1911/2004). No “Projeto...” Freud não aborda tal funcionamento como princípio de prazer, mas sim como princípio de inércia; contudo ambos apresentam os processos primários como modo de funcionamento. Vimos desde o “Projeto...” que o processo de eliminação da excitação, sem atentar para as condições externas, teria como consequência última a alucinação ou a defesa primária, que levadas ao extremo provocariam o definhamento do indivíduo (Freud, 1895/2003). Freud (1911/2004) mantém a ideia postulada primeiramente no “Projeto...”, que a satisfação esperada precisaria ser frustrada para que o aparelho psíquico abandonasse a satisfação pela via alucinatoria. Mantém também a formulação que para salvaguardar a saúde do psiquismo, seria necessário a observância do mundo externo e uma mudança frente a satisfação: “[...] **em vez de alucinar, o aparelho psíquico teve que decidir por conceber as circunstâncias reais presentes no mundo externo e passou a almejar uma modificação real deste [...]**” (Freud, 1911/2004, p. 66, grifo nosso). Esse processo introduz um novo princípio da atividade psíquica “[...] não mais era imaginado o que fosse agradável, mas sim o real, mesmo que desagradável [...]” (Freud, 1911/2004p. 66). Freud nomeou como princípio de realidade esse novo modo de regência do aparelho psíquico e, segundo o mesmo, “[e] Essa instauração do princípio de realidade mostrou-se um passo de importantes consequências” (p.66).

Freud (1923/2007) pontua que a energia livre pertence ao Id e busca qualquer objeto na ânsia da satisfação. O aumento de excitação de origem endógena (energia livre pulsional) ou exógena é sentido pelo Eu como desprazer e requer sua descarga, pois o acúmulo pode desorganizar o funcionamento psíquico, fazendo funcionar como em tempos em que o eu ainda era por demasiado débil. A variação de tensão desencadeia o sinal de angústia de forma ao Eu se preparar ante situações sentidas como perigosas. Cabe ao Eu o trabalho de integrar as excitações que percorrem o psiquismo estabelecendo entre elas conexões associativas. Esse trabalho de elaboração psíquica, o pensar, é um atributo do Eu, regido pelo princípio de realidade, responsável por converter a energia livre em energia ligada.

O princípio do prazer rege o inconsciente, logo, o Id também, como dito anteriormente, na busca da satisfação sem discriminar o objeto e submete-se ao perigo de aniquilamento do qual poderia proteger-se. O Eu teria por função submeter a um critério rigoroso os objetos como também a via de satisfação, ou seja, atuando sob o princípio de realidade. A **função discriminatória** (veremos adiante que Freud define como ajuizar) aciona os resíduos mnêmicos da experiência e por meio do pensar, liga os investimentos nas representações, selecionando o melhor objeto para realizar a descarga ou verificando a situação vivida reconhecendo o real perigo nela encontrado e assim garantindo a preservação do aparelho. Em síntese, “[o] **O Eu representa aquilo que podemos chamar de razão e ponderação, ao contrário do Id, que contém as paixões**”, contudo adverte que “[e] Embora tudo isso coincida com as conhecidas e popularmente disseminadas distinções psicológicas, deve ser tomado apenas como média abstrata e idealmente imaginada” (Freud, 1923/2007, p.38).

Sendo assim, **Freud já apontava os limites do controle do eu** - apesar de ser o responsável pela motilidade - sobre os imperativos do Id ao metaforizar o relacionamento entre essas instâncias da seguinte forma:

[...] podemos comparar o relacionamento do Eu com o Id ao cavaleiro que deve conduzir um cavalo muito mais forte do que ele, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com suas próprias forças, enquanto que o Eu precisa fazê-lo com forças emprestadas do Id. Sigamos com essa analogia ainda um pouco mais. Tal como o cavaleiro, que, não querendo se separar de seu cavalo para onde este queira ir, da mesma forma também **o Eu habitualmente converte a vontade do Id – como se fosse sua – em atos e ações** (Freud, 1923/2007, p.38).

Freud desde os textos pré-psicanalíticos considerou o aparelho psíquico como um aparelho de memória, conferindo ao psiquismo o caráter histórico. A memória é requisito básico para o desempenho das funções do Eu. Isso porque, devido a sua vinculação com o sistema perceptivo, cabe a ele a observância do mundo externo e o registro das imagens capturadas pelos órgãos dos sentidos em traços de lembranças, sendo esse o reservatório de experiências ao qual recorre para realizar o teste realidade, ou seja, discernir entre percepção e traços mnêmicos, para realizar as descargas quando surgem os estados desiderativos (Freud, 1911/2004).

Mas como trazer a consciência os traços de memória para deles o Eu se dispor a analisar o contexto adequado à descarga, ou seja, cumprir com o seu papel de mediador entre os impulsos e a satisfação? Até o momento, evidenciamos o papel da percepção na formação do Eu, bem como se relaciona com o mundo externo. Contudo a percepção não estaria ligada somente ao mundo externo, mas também ao mundo interno. As percepções sensoriais provenientes do mundo externo teriam seu enlace claro com a consciência, mas como tornar consciente ideias/representações inconscientes, ou seja, como o Eu desenvolve o recordar? É à linguagem que Freud recorre para esclarecer o processo de tomada de consciência dos fenômenos psíquicos.

Ao primeiro passo Freud (1923/2007) resgata a teorização realizada na obra “O Inconsciente” (1915/2004) sobre a diferença efetiva entre uma ideia inconsciente e uma ideia pré-consciente. Conforme apresentado, segundo o autor, o conteúdo de uma ideia inconsciente permanece assim até que por meio do trabalho analítico, a representação-coisa seja ligada em uma representação-de-palavra.

As representações-de-palavras correspondem a complexos associativos que reúnem elementos de origem visual (imagem da palavra escrita), acústica (sua imagem sonora) e cenestésica (sua imagem motora ou articulatória). A representação-coisa corresponde aos traços mnêmicos de origem interna e as imagens mnêmicas de origem externa (Thá, 2004). Os restos de lembranças são eminentemente de origem das percepções acústica, demonstrando a importância da linguagem para Freud. Segundo o autor, os componentes visuais e motores seriam secundários, pois **“A palavra é essencialmente o resto-de-recordação da palavra ouvida”** (1923/2007, p.34). O investimento nas representações verbais permite que os

processos mentais, como o pensamento¹⁰, tornem-se percepções e assim possam ter a qualidade de consciência.

A linguagem opera uma mudança significativa na organização subjetiva dos indivíduos atuando como o suporte para uma consciência mediatizada. Como apresentamos, o Eu surgiu da necessidade de se reter certo nível de energia que permitisse aguardar a presentificação do objeto para assim ser possível à descarga pela via motora ao encontro com a satisfação. O reconhecimento do objeto de satisfação no meio externo era dado via a estimulação perceptual direta, ou seja, o objeto presente no mundo externo estimulava os órgãos dos sentidos da criança permitindo a animação das recordações do mesmo. O investimento de forma simultânea entre estado desiderativo/estimulação perceptual/objeto externo significava um estado de consciência direta via a busca de uma identidade perceptiva, qual seja, sem a necessidade de percorrer cadeias associativas complexas a descarga poderia ser realizada em razão da presentificação do objeto. O pensamento estava necessariamente vinculado a uma ação.

Contudo, o advento da linguagem permite um outro tipo de consciência: a mediada. Não seria necessário o estado de expectativa para se desencadear o pensar, os signos linguísticos permitiriam certa independência, pois ao poder acionar o pensamento como modo de reconhecimento do mundo externo antes do estado de desejo, ampliaria os possíveis caminhos de encontro com os objetos de satisfação.

Esse fenômeno é de importância fundamental, pois o pensar atrelado a ação, definido por Freud como o pensar prático (1895), teria como objetivo estabelecer uma identidade perceptiva entre o estado desiderativo e a imagem mnêmica do objeto de satisfação determinado pelas vivências fundamentais o mais brevemente possível e sem se haver com recordações que despertem desprazer, pois “[...] no pensar prático, toma a liberação de desprazer como sinal para abandonar um certo caminho, isto é, para dirigir a ocupação de atenção para outro lugar” (p.255). Esse modo de pensar está próxima ao processo primário devido a sua meta, a satisfação e a evitação do desprazer (defesa do pensar primária). Apesar de necessário torna-se pouco viável uma vez que exclui do seu circuito as recordações desprazerosas, ou seja, excluindo parte da memória do processo associativo na busca da satisfação. Esse seria o pensar típico do inconsciente, logo não teria obrigatoriedade do pensar por restos linguísticos, sendo primordialmente um pensar por imagens. E lembremos que Freud pontuou o pensar por imagens sendo “[...] somente um tornar-se consciente bastante

¹⁰ Abordaremos o processo do pensar de maneira detalhada no item sobre os processos secundários do Eu.

imperfeito e está de alguma maneira mais próximo dos processos inconscientes do que o pensar em palavras, sendo, sem dúvida, onto e filogeneticamente o mais antigo deles” (1923, p.34).

O pensar cognitivo ou judicativo está necessariamente ligado a linguagem. A sua forma de suceder é justamente por em associação as representações palavras e as representações coisa. Esse modo de pensar não sucumbe aos automatismos do princípio de prazer ao levar em consideração os elementos da realidade externa para a busca da satisfação bem como entrando em contato com o objeto hostil sem a experiência caótica do desprazer fosse evocada, pois estaria mediada pela linguagem, de forma insuportável ao sujeito. Isso porque, segundo Caropreso (2008), a hipótese de Freud era de que as representações de palavra seriam ocupadas pelo investimento da atenção ao invés das representações do objeto hostil. Por percorrer signos linguísticos organizados pelo processo de pensar, Freud (1895-1900) pontua que a meta do pensar cognitivo é a identidade de pensamento.

Diferentemente das ideias e representações os sentimentos são ou não conscientes e o tornar-se consciente independe da ligação com representação-palavra, uma vez que as sensações são por elas mesmas capazes de tornarem-se conscientes de forma direta.

1.2.2 O Eu como Singularidade

O Eu, conforme até aqui apresentado, corresponde à instância psíquica mediadora entre o id e o mundo externo. Seu papel, graças à relação próxima com a percepção e o acesso a motilidade, é propiciar a satisfação pulsional visando à manutenção do equilíbrio psíquico. Para o desempenho de suas funções o Eu recorre aos traços mnêmicos organizados a partir das experiências vividas pelos indivíduos.

Outro aspecto experiencial que mereceu o olhar de Freud foi o papel do corpo na formação do Eu. Para o autor o corpo próprio se destaca dos objetos presentes no mundo das percepções em razão de promover sensações tanto externas quanto internas ao sujeito. Assim tanto as sensações táteis quanto a dor e a satisfação desempenham papéis importante na construção do Eu podendo afirmar até que “o Eu é sobretudo um eu corporal, mas ele não é somente um ente de superfície: é, também, ele mesmo, a projeção de uma superfície” (Freud, 1923/2007, p.38).

A primeira fonte de satisfação da criança seria o corpo próprio, autoerotismo, mas entendendo que as pulsões estariam ligadas a representação de órgão, portanto, fragmentada. Não haveria nesta etapa da evolução libidinal a representação de um objeto total, mas sim de objetos parciais ligados ao corpo da criança que fora investido. Nas palavras de Hornstein (2009), “[a] Além de satisfazer a necessidade da criança, a mãe a investe libinalmente. O corpo erógeno é corpo historiado e este condensa o valor libidinal projetado pelo outro primordial sobre o lugar da satisfação da necessidade” (p.68). A experiência de tocar e ser tocado, as vivências de dor e satisfação permitem a criança reconhecer seu corpo próprio mediado pela presença do outro cuidador que para além do toque, investe, nomeia, o integra, agindo como suporte para o seu Eu ainda incipiente.

Freud (1914/2004) postulou que antes do estabelecimento do Eu, fase autoerótica, a criança perceberia as estimulações corpóreas de forma desorganizada. As diversas representações fragmentadas do corpo seriam unificadas por meio de uma nova ação psíquica: o narcisismo. Daí nasce à origem mítica do Eu, pois ele não estaria desde sempre constituído no aparelho psíquico, seria necessário o investimento amoroso materno para integração de todas as pulsões parciais autoeróticas transformando o corpo todo em objeto da pulsão.

para que exista uma imagem do corpo estruturante e estruturada, é preciso que a mãe nomeie o que o poder sensorial descobre, fazendo acompanhar essa denominação por um sinal que descobre o prazer que sente, ao reconhecer o que produzem as funções parciais da criança (Hornstein, 1990, p. 47).

O Eu ainda não diferenciado do Id, funcionaria nessa etapa evolutiva sob os signos do princípio do prazer, Eu-prazer, não conhecendo a alteridade, a diferença nem a dependência do outro semelhante a ele. Isso porque, nesta etapa do desenvolvimento a criança vincula-se simbioticamente com a figura cuidadora, entendendo ser ela mesma a fonte de satisfação de suas demandas pulsionais. Mas, a realidade se impõe e as frustrações levam ao aprimoramento da instância em o Eu-realidade, sendo que sua principal atribuição seria levar em consideração a percepção do mundo externo de forma a não desencadear a descarga antes da presentificação do objeto (Freud, 1925/2007).

O eu quando ainda frágil perceberia o investimento libidinal do id nos objetos e teria que suportar tais investimentos ou rechaçá-los mediante o processo de recalque. Contudo, o Eu é economicamente fraco, por essa razão buscou um caminho para ter uma fonte de energia. Para tanto, o Eu utiliza-se do mecanismo de identificação de forma que ao se tornar semelhante ao

objeto pode se erigir ao Id como tal e receber o investimento que antes eram destinados aos objetos, por essa razão o narcisismo do Eu é um narcisismo secundário; “*o narcisismo secundário transforma o desejo pelo objeto em investimento egóico: o ego se converte em objeto de desejo*” (Hornstein, 1990, p. 68, grifo do autor).

Nas palavras de Freud (1923/2007, p.41):

ao converter a escolha objetal erótica em uma modificação do Eu, o Eu encontra um modo de controlar o Id e aprofundar seus vínculos com ele, ainda que a custa de uma ampla sujeição às vivências do Id. Ao adotar as características do objeto o eu impõe-se, por assim dizer, ao Id como um objeto de amor e lhe diz: “Veja, você também pode me amar, sou tão parecido com o objeto”, desse modo buscando substituir a perda sofrida.

Além de o outro cuidador fundamental inaugurar a pulsão, viabilizar a internalização do eu projeção integrada do corpo, seria também, o investimento materno que ao tomar a criança como objeto permitiria circunscrever o Eu na dinâmica pulsional. Como resquício deste tempo em que a criança se vê como o outro cuidador/amante lhe vê – mesmo que não fosse investida dessa forma, o seu desejo de ser desejado faz com que assim se veja – surgem dois desdobramentos fundamentais: o eu ideal que será a base constitucional do sentimento de estima a si e germe do ideal de eu, ou seja, a conceituação de eu ideal e da instância autocrítica. A luz de Bastos (1998), “O narcisismo como um amor de si mesmo (um investimento libidinal de si mesmo) passa, necessariamente, no homem, pelo investimento libidinal do ego e este por sua vez, é inseparável da própria constituição do ego” (p.159).

A passagem de ego ideal para ideal de ego decorre da instauração do período edípico. Para empreender tal passagem Freud recorre ao processo de identificação, sendo este imprescindível na constituição do eu como singularidade. Segundo Freud (1932/1996), identificação é “[...] a ação de assemelhar um Eu a outro Eu, em consequência do que o primeiro Eu se comporta como o segundo em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si” (p.68). Esse processo é caracterizado, então, pela introjeção parcial do objeto, o qual o Eu utiliza-se para facilitar, ou mesmo possibilitar, o abandono do objeto (1923/2007). Por essa razão, Freud postulou que a constituição do que se chama de caráter do eu depende das identificações realizadas durante a história do indivíduo. Em Freud (1923/2007) “[...] o caráter do Eu seja, na verdade, um precipitado destes investimentos recolhidos dos quais se desistiu” (p.41).

O objeto a ser abandonado na conflitiva edípica é o casal parental. Lembremos que o primeiro objeto de amor da criança é sua fonte nutriz. Na condição de objeto alvo do amor e investimento de todas as fantasias de perfeição dos pais a criança não conhece a condição de excluído. Contudo, frente ao rompimento da relação simbiótica a criança percebe a entrada de um terceiro na relação: o pai. O casal parental, além de objetos de amor, também foram obstáculo para a realização dos desejos edípicos, no caso da menina mãe e no caso do menino o pai. Conforme apontado, não é fácil ao Eu abandonar um objeto de amor, é necessário, também, “[...] uma enérgica formação reativa contra essas escolhas” (Freud, 1923/2007, p44). Como nesse período o Eu ainda era frágil foi necessário que se apropriasse da força do obstáculo externo, o pai, e erigi-lo dentro de si de tal maneira que pudesse realizar o recalque. Como o ideal é tomado para ajudar no processo de recalque do complexo de Édipo, ele se posta frente ao Eu por um duplo enlace: uma advertência “você deve ser assim (como o seu pai), e uma proibição “você não pode ser assim (como o seu pai)” (Freud, 1923/2007, p.44).

Dessa forma podemos supor que, como resultado mais comum dessa fase sexual regida pelo complexo de Édipo, encontraremos no Eu um precipitado que consiste do produto dessas duas identificações de alguma forma combinadas. Essa mudança que ocorre no Eu terá, dali em diante, um papel especial, apresentando-se frente ao outro conteúdo do Eu na forma de um Eu-Ideal ou de um Supra-eu (1923/2007, p.44, destaque do autor).

O Superego é entendido por Freud como o resultado de dois fatores biológicos, a saber: o longo período de desamparo e dependência, ao qual o homem é submetido devido a sua fragilidade no início da vida, e do complexo de Édipo. Ao Superego são atribuídas as funções de consciência moral, autocrítica e o ideal. Sendo que “[...] o ideal, pelo qual o Eu se avalia, que estimula e cuja exigência por uma perfeição sempre maior ele se esforça por cumprir” (Freud, 1932/1996, p. 70), é responsável pela cobrança árdua do Superego. O não cumprimento do Ideal é sentido pelo ego como sentimento de culpabilidade. Em síntese, ao abrir mão do objeto exterior via identificação esse se erigiu no Eu como um desdobrando formando o Ideal de Eu e o Superego, como representantes da relação com os pais. Caminho que Freud atesta ser a resposta que se fazia a Psicanálise quanto a existência de algo superior nos homens. Por meio da ação do Superego, o Eu é cobrado a agir de uma determinada forma frente às exigências da consciência moral. **O superego seria o representante interno dos preceitos morais da cultura, ou seja, sua constituição marca a entrada do indivíduo na cultura.** Isso porque, ao se identificar com as figuras paternas identifica-se também com os preceitos culturais destes, que por sua vez serão sempre atualizados por identificações

secundárias com os representantes culturais da autoridade dos pais, como professores e modelos ideais “[...] *En el curso del desarrollo, el super-yo acoge también las influencias de aquellas personas que han ocupado el lugar de los padres, o sea, los educadores, los maestros y los modelos ideales*” (Freud, 1932/ 1981, p. 3137).

Ressaltamos que a dissolução edípica positiva, mediante a vivência da castração simbólica, faz com que o indivíduo aceite a sua condição de ser da falta, assuma a ferida narcísica de não ser fonte exclusiva de sua satisfação e de não ser a fonte exclusiva da satisfação do outro, pela promessa de que poderá sobreviver a substituição de seu Eu ideal para a identificação com o casal parental estruturando o ideal de Eu que o impulsiona para um futuro. Em Hornstein (1990, p.36):

A partir da triangulação edípica, o ideal fica colocado além do ego atual; a ferida narcísica produz uma fissura que separa o ego do ideal e projeta, somente para o futuro, um encontro com ele. No ideal a perda do objeto dimensiona o passado como falta, transforma-se na distância que separa o futuro do presente. O ego não é o ideal, mas há de sê-lo: o ideal do ego gera-se de um a ser e aspirar a ter, [...] que a partir deste ideal seja investido narcisisticamente o que se se supõe presente, em estado potencial, no ego.

O processo pelo qual é convertido a libido objetal em libido narcísica, à luz de Freud (1923/2007), é denominado por dessexualização/sublimação, ou seja, incorre na desistência das metas sexuais das pulsões, ou seja um certo tipo de sublimação. O processo de dessexualização é fundamental para a formação do Superego, uma vez que, ao ser o herdeiro do complexo de Édipo, é erigido a partir da dessexualização dos vínculos com casal parental, que deixam de ser objetos eróticos para alçarem a condição de ideais. Esse processo também permite que a energia libidinal fique livre para que a serviço de Eros, o Eu possa investir nos processos do pensar viabilizando a mudança de meta da pulsão.

Nota-se que a dessexualização são do objeto e não da pulsão. O que se altera nessa relação é a maneira de se lidar com os objetos. Tal afirmação torna-se significativa para emprendermos dela algumas digressões teóricas: 1) a plasticidade da pulsão, 2) a importância dos ideais, 3) o investimento em si. Primeiro, a dessexualização da pulsão erótica permite o investimento em um objeto não sexual podendo assim ser compartilhado, valorizado socialmente. Mas, tal investimento só é possível via a organização dos ideais. Freud (1914/2004) ao trabalhar o conceito de narcisismo preconizou que o aparelho psíquico recusa-se a abrir mão de uma satisfação já experimentada na etapa narcísica primária do eu ideal, no qual se percebia como

onipotente e perfeito. Contudo, o mundo externo se fez presente e gradualmente marcou o Eu de sua limitação. O jogo identificatório sustenta então a possível saída para a busca do estado de plenitude narcísica experienciada pela criança: a busca pelo eu ideal perdido se dará na satisfação do Ideal de eu instaurado via identificação com os pais.

O desenvolvimento do Eu consiste em um processo de distanciamento do narcisismo primário e produz um intenso anseio de recuperá-lo. Esse distanciamento ocorre por meio de um deslocamento da libido em direção a um ideal-de-Eu que foi imposto a partir de fora, e a satisfação é obtida agora pela realização desse ideal.

Ao mesmo tempo, o Eu lançou os investimentos libidinais aos objetos. Ele empobreceu em favor desses investimentos e do ideal-de-Eu e voltará a enriquecer-se tanto pelas satisfações obtidas com os objetos como pela via da realização do ideal (Freud, 1914/2004, p.117).

A constituição do Ideal de Eu traz tanto a possibilidade de empobrecimento do Eu quanto seu enriquecimento pelo cumprimento do ideal. Essa dupla dimensão é esclarecida em razão da diferenciação entre ideal e idealização e o papel da sublimação. Segundo Hornstein (2009), o ideal impulsiona o indivíduo para o futuro instaurando inclusive mais um dos elementos que organizam a temporalidade no psiquismo. Na busca pelo ser como, o indivíduo investi em ações gratificantes deslocadas da meta sexual, ou seja, sublimadas, e o seu cumprimento permite um retorno narcísico fortalecendo o ego. Entretanto, ao se manter uma vinculação idealizada com os ideais, ao contrário da sublimação, ocorre um esvaziamento/empobrecimento do Eu, pois toda a sua potência narcísica fica atribuída ao objeto do qual não necessariamente há troca libidinais.

Na idealização se preserva o objeto externo sobreinvestido. Na identificação, “o objeto se colocou no lugar do ideal do ego”. A idealização pode levar o sujeito à catástrofe identificatória quando se produz uma projeção maciça e irreversível do ideal do ego sobre o objeto. O idealizador se depreende de todo o seu narcisismo em favor do objeto. Na identificação, em contrapartida, é o ego que assume o lugar do objeto (Hornstein, 2009, p.156, aspas do autor).

A sublimação remonta a pulsão em sua totalidade conferindo a possibilidade de liberdade para o indivíduo ampliar suas possibilidades de gratificação não estando preso a um único objeto de satisfação ou mesmo no mundo externo. O Eu para mobilizar as pulsões de forma sublimada precisa reconhecer seus limites e se por em jogo com seus ideais se alimentando

das identificações estruturantes que o constituíram. Por sua vez a idealização é uma forma do Eu buscar no mundo externo um representante para seu Eu ideal, sinalizando assim seu enfraquecimento em detrimento do engrandecimento do objeto. Outro aspecto a ser considerado é a possibilidade de se atingir o ideal. Hornstein (1990) pontua, que o ideal deve ser a identificação passagem para a sublimação promovendo o fortalecimento do Eu, pois em seu contrário, se o ideal é por demasiado inatingível a identificação torna-se aprisionante estabelecendo vínculos idealizados com os objetos externos, conseqüentemente, esvaziando libidinalmente o Eu, o enfraquecendo em detrimento do enaltecimento de objetos externos.

1.2.3 A Importância do Pobre Eu

Até o momento como recurso didático apresentamos o Eu função e o Eu singularidade separadamente e não discutimos a dinâmica entre o Eu e as demais instâncias, Portanto, apresentaremos de forma sucinta como Freud preconizou a dinâmica do Eu e sua relação com as demais instâncias psíquicas com o objetivo de compreendermos melhor o papel do Eu no interjogo pulsional.

En su empeño de mediación entre el ello y la realidad se ve obligado muchas veces a revestir los mandatos inconscientes del ello – con sus racionalizaciones preconscientes - , a disfrazar los conflictos del ello con la realidad, a fingir, con insinceridad diplomática, una atención a la realidad, aun en aquellos casos en los que ello há permanecido rígido e inflexible. Por otra parte, es minuciosamente vigilado por el rígido super-yo, que le impone determinadas normas de conducta, sin atender a los mandatos que lo aporaleman por parte del ello y del mundo exterior, y le castiga en caso de infracción con sentimientos de inferioridad y culpabilidad (1932/1981, p. 3144-3145).

Freud (1923/2007) apesar de reconhecer que “o Eu é um pobre coitado que, tendo de servir a três diferentes senhores, vive ameaçado por três perigos: o mundo externo, a libido do Id e a severidade do Supra-Eu” (p.63), postulou a esta instância o papel de reguladora dos processos psíquicos. O Eu, conforme descrito anteriormente, surgiu da necessidade da preservação da integridade do indivíduo diferenciando-se do Id sede das pulsões para uma instância com o objetivo de dominá-las, mesmo que de forma precária. Para tanto, lança mão dos mecanismos

de identificação e os processos secundários – atenção, ajuizar, memória, pensar, ação motora voluntária.

O Eu por sua vinculação com o Id mantém-se sempre uma tendência a regressão, portanto aos automatismos do prazer/desprazer e por essa razão sofre facilmente a influencia desse. Frente a situações de angústia e de dor insuportáveis o Eu regride funcionando sob os princípios do prazer ou pelo menos inibido (Freud, 1926/1981). Quando submetido a investimentos pulsionais das quais não consegue trabalhar, ligando as representações de forma a conseguir mediar até a possibilidade de satisfação, aciona a defesa como forma de não sucumbir à angústia de aniquilamento. Destarte, pode provocar a alteração tanto das percepções internas quanto das percepções externas, logo deturpando sua capacidade de assimilação do mundo forjando assim consciência inexata do que ocorre consigo.

Embora Freud (1923) compreendesse que o indivíduo sabe muito pouco sobre seus conteúdos, a não ser por meio de um árduo trabalho analítico, e que o Eu pouco tem a fazer frente aos seus senhores, pontuava que a consciência - apesar de ser um estado transitório e fugaz - seria o que resta ao indivíduo para lançar luz sobre o seu funcionamento inconsciente

Al principio nos inclinamos a rebajar el valor del criterio de la conciencia, ya que tan poco seguro se ha demostrado. Pero haríamos mal. Passa com él lo que com nuestra vida: no vale mucho, pero es todo lo que tenemos. Sin las luces de la conciencia, estaríamos perdidos en las tinieblas de la psicología abisal (Freud, 1932, p.3140).

Conforme Garcia Roza (2008b, p.228), “a consciência, de alguma maneira, enganadora ou não, é o meio de que dispomos para nos orientarmos com relação ao mundo exterior” e só a ela temos como norteadores para agir no mundo. Apesar de todas as debilidades do Eu frente às exigências da realidade externa e das pulsões, Freud (1926) pontua ser o vínculo percepção e consciência o fator que possibilita o Eu exercer o controle sobre as demandas que lhe acomete. Segundo Freud (1926), o eu tem o sinal de angústia como seu maior instrumento de domínio, pois ao seu menor sinal ele mobiliza energia para estabelecer o recalque colocando a representação ou a percepção fora do circuito de elaboração.

Tanto que Freud definiu como o papel da análise justamente, fortalecer o Eu tornando-o mais independente das críticas superegóicas, ampliando o seu campo de percepção e pelo desenvolvimento progressivo de suas funções, de modo que pode se apropriar de novas partes do Id. “*Donde era ello, há de ser yo*” (Freud, 1932/1981, p. 3146). Tal máxima de modo algum tira a primazia do inconsciente como determinante do psiquismo, mas sim aponta para

a necessidade de reconhecermos tanto as injunções do mundo interno cobradas pelo Id e Superego quanto da realidade e a importância do Eu como mediador dos conflitos. Freud (1926) assevera:

El yo es una organización; se basa en el libre comercio de todos sus componentes entre sí en la posibilidad de su recíproco influjo; su energía desexualizada proclama aún su procedencia en la aspiración a la unión y a la unificación, y esta necesidad de síntesis se hace más fuerte en razón directa del aumento de la fuerza del yo (p.2840).

O papel de protetor do aparelho psíquico é por demasiado árdua, mas necessária para a preservação da integridade psíquica e muitas vezes falha devido às injunções de seus algozes e por isso aciona a defesa. Entretanto, o Eu possui a seu favor o mecanismo sublimatório, uma vez que por meio da dessexualização da libido pode satisfazer as pressões pulsionais transformando-as em produtos narcisicamente apreciados e assim, retornando o investimento para o próprio eu ao invés de esvaziá-lo (Hornstein, 1990). Tal processo favorece o fortalecimento do eu, principalmente quanto a sua compulsão a síntese forjando cada vez mais o reconhecimento de si e de seus limites bem como suas fontes de satisfação (Freud, 1926).

1.3 OS PROCESSOS DO EU

1.3.1 Os Processos Primários

Os processos primários, conforme apresentado, tem sua primeira definição dado por Freud no “Projeto...” em 1895. Os processos primários foram definidos por Freud como sendo o modo de funcionamento primevo do aparelho psíquico. Caracteriza-se pelo livre fluxo de excitação entre as representações desde o estado desiderativo até a satisfação sendo ela alucinatória ou não, sendo por isso comparado ao modelo arco-reflexo. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), essa conceituação percorreu toda a obra freudiana sem alteração. Seus mecanismos de excelência são, por Freud (1915) definidos como: deslocamento “[...] uma idéia ou representação pode passar toda a soma de sua carga de investimento para outra idéia” (p.37) e condensação “[...] a idéia ou representação pode apropriar-se da carga de investimento de várias outras idéias” (p.37). Essas atribuições configuram o modo de funcionamento do Id,

instância psíquica regida pelo princípio do prazer, ou seja, pela busca de satisfação imediata desconsiderando as injunções do mundo externo. O livre fluir da excitação implicaria na incapacidade do aparelho psíquico conter a descarga até o encontro com o objeto no mundo externo. Como sua tendência é a descarga independente da avaliação do meio externo, a satisfação poderia por em risco a integridade psíquica (Freud, 1923/2007).

Todavia, não esqueçamos que o Eu é originário do Id e com ele mantem estreitas relações de troca. Como parte do Id, o Eu quando ainda incipiente funcionaria sob os mesmos desígnios, ou seja, do princípio do prazer visando a descarga imediata ou deslocando com facilidade o objeto ou o método de descarga quando os caminhos privilegiados estivessem por alguma razão barrados. Como resquício deste tempo primevo, de busca pela satisfação irrestrita, um certo modo de pensar não teria sucumbido ao princípio de realidade, permanecendo livre dos ordenamentos temporais e lógicos característicos dos processos secundários, “[...] é ele o fantasiar, que já se inicia como brincar das crianças e mais tarde prossegue com o devanear, deixando então sustentar-se em objetos reais” (Freud, 1911/2004, p.67).

O fantasiar é preservado, de acordo com Freud (1911/2004), como resquício da tendência geral do aparelho psíquico de “[...] apegar-se tenazmente às fontes de prazer disponíveis e sua dificuldade em renunciar a elas [...]” (p.67). Processo psíquico que não foi tomado pelo princípio de realidade e se mantém preservado no psiquismo em sua originalidade. Segundo Rouanet (1985), o fantasiar tem por função compensar os indivíduos de todas as renúncias pulsionais impostas pela realidade ou pelo desenvolvimento ontogenético.

A função do pensamento imaginário é compensar o indivíduo por todas as renúncias, quer as impostas pela realidade que as exigidas pelo desenvolvimento ontogenético. Cada objeto perdido é substituído por uma formação imaginária, cada fase ultrapassada, no percurso que vai da fase oral à genital, deixa rastros no psiquismo: fantasias nas quais se conserva, alucinatoriamente, o objeto desaparecido, a pulsão parcial superada. A fantasia é o correlato intrapsíquico da renúncia e da perda. É a anulação imaginária do sofrimento (Rouanet, 1985, p.201).

Para Freud (1911/2004) a tendência ao retorno ao reinado do princípio do prazer, logo dos processos primários, decorre do fato de que o indivíduo não abre mão de um prazer já experienciado. Se por um lado essa energia livre, decorrente das pulsões, animam as fantasias e permite os indivíduos sublimarem, de modo a burlar a repressão das pulsões eróticas e agressivas; por outro apontam para a fragilidade do psiquismo no que tange a tendência

regressiva de busca de satisfação indiscriminada. Essa dupla função da fantasia, qual seja, a de suporte para o conhecimento e a de defesa contra o desprazer se mantem no registro psíquico como funcionamento indelével. A luz de Rouanet (1985),

Elas [fantasias] contribuem, enquanto produtos e agentes da defesa, para afastar do real os processos perceptivos e intelectuais. Nesse sentido, o imaginário é a sombra do conhecimento: infiltrando-se na esfera cognitiva, ele concorre para obscurecê-la. Ao mesmo tempo, na medida em que ele preserva, de alguma forma, a memória da frustração que o originou, ele pode constituir uma via para a recuperação do passado. [...] na medida em que contribui para a rememoração do passado e para a liberação do futuro virtual, ele é um caminho para a plena compreensão do presente: o presente do sujeito, livre do sempre igual a que o condenava a amnésia, o presente do real, finalmente inteligível na perspectiva de suas tendências imanentes, agora compreendidas (p.199-200).

Os processos primários são essenciais para o funcionamento do psiquismo por permitirem o livre associar entre representações investidas, lança o sujeito ao devanear diurno possibilitando o reinvestimento em si como forma de lidar com frustrações cotidianas e imaginar saídas para situações difíceis; guarda o sono reparador, pois movimenta os sonhos como realização de desejos evitando o despertar. Porém também pode ser observado em estados patológicos nos quais o sujeito se privado de uma parte de si pelo ocultamento da censura (Freud, 1900/1981).

Não obstante, esses mecanismos não podem ser os prevaletentes no psiquismo, pois ao serem regidos pelo princípio do prazer evitam quaisquer representações que desencadeiam desprazer e não selecionariam ou mesmo confirmariam no mundo externo a existência do objeto de satisfação pondo em risco o bem estar psíquico. Justamente, por esse motivo, Freud desde seus primeiros textos assevera que a complexidade do aparelho psíquico decorre justamente da emergência dos processos secundários, pois estes ampliam os caminhos de satisfação, logo de encontro com uma variedade de objetos que podem levar a satisfação - obedecendo ao critério oferecido pelo princípio de realidade - bem como permitindo o Eu se apropriar das representações recalçadas.

Entretanto, lembremos que os processos secundários regidos pelo princípio de realidade levam em consideração a realidade externa, bem como os valores apregoados em sociedade que dão a sustentação simbólica para lidar com as demandas pulsionais. Deste modo, os suportes simbólicos disponibilizados pela cultura são fundamentais no que tange a

organização do psiquismo. Tal assertiva demonstra a necessidade de se analisar o contexto cultural objetivando compreender quais são os suportes simbólicos que marcam cada época para assim, termos a dimensão do que pode estar sendo posto como amparo para os investimentos libidinais do indivíduo que favoreça ou não a sua saúde psíquica.

1.3.2 Os Processos Secundários

Os processos psíquicos secundários configuram-se como um desenvolvimento tardio do modo de funcionamento do psiquismo e passam a ser possíveis a partir da organização do Eu. O aparecimento desses processos deve-se a necessidade de vinculação com o mundo externo como forma de garantir a satisfação dos impulsos que assolam o psiquismo, bem como fugir da representação do objeto hostil (Rouanet, 1985). Como guardião dos processos secundários o Eu tem por função mediar às demandas pulsionais até a satisfação levando em consideração as injunções do mundo externo, mesmo que para isso precise se haver com alguma dose de desprazer. Tópicamente, atua como mediador entre as instâncias psíquicas e a realidade externa, mas sua autonomia é relativa, pois guarda em sua história o fato de ser uma diferenciação do Id. Dinamicamente representa o polo conflitivo e para seu suporte recorre aos mecanismos de defesa acionados pelo sinal da angustia. Por fim, no sentido econômico, cabe ao Eu lidar com as demandas pulsionais promovendo as ligações necessárias entre investimento e representações objetivando a satisfação. Contudo, muitas vezes durante a execução de suas atribuições as tentativas de ligação da energia pulsional acabam por ser contaminadas pelas características do processo primário, assumindo, portanto aspectos compulsivos, repetitivos e irreais (Laplanche, 2001).

Freud desde o início de sua obra apresentou o aparelho psíquico como sendo por demasiado sensível aos ditames da série prazer/desprazer. Sendo o psiquismo uma constituição eminentemente experiencial conforme vimos o surgimento dos processos secundários não objetivam aniquilar os objetivos do princípio do prazer, pelo contrário visam garantir seus designios. O psiquismo conservaria o registro mnêmico provocado desde o surgimento do impulso até a sua satisfação. Mediante o surgimento do estado desiderativo a tendência seria o reinvestimento desse caminho representacional até a satisfação. Entretanto, esta satisfação seria alucinatória, logo não levaria a cessação da demanda e em última análise poderia levar o

indivíduo à morte caso não saísse desse circuito. A regra biológica ensinou que o organismo precisaria levar em consideração o mundo externo para sua preservação (Freud, 1895/2003).

O princípio de realidade não abandona o propósito de obtenção final de prazer, mas exige e consegue impor ao prazer um longo desvio que implica a postergação de uma satisfação imediata, bem como a renúncia às diversas possibilidades de consegui-la, e a tolerância provisória ao desprazer (Freud, 1920/2006, p.137).

Para tal intento o Eu tem a sua disposição a percepção, a atenção, a memória, o julgar, o pensar, controle da motilidade e os mecanismos de defesa como atributos para realizar a mediação entre as demandas pulsionais e as exigências sociais (Freud, 1923/2007). Conforme posto, “[...] **se existir um eu, ele tem que inibir os processos psíquicos primários**” (Freud, 1895/2003). Essa ideia é retomada na obra “Interpretação dos Sonhos” (1900/1996), entendendo que o processo secundário seria responsável pelo desvio da excitação para que não fosse buscada a identidade de percepção característica do processo primário. Assim Freud anuncia o surgimento do processo secundário em “Interpretação dos Sonhos” (1900/1996)

Tornou-se necessária uma segunda atividade - ou, em nossa terminologia, a atividade de um segundo sistema - que não permitisse à catexia mnêmica avançar até a percepção e desde aí ligar as forças psíquicas, mas que desviasse a excitação surgida da necessidade por uma via indireta que, em última análise, através do movimento voluntário, alterasse o mundo externo de tal maneira que se tornasse possível chegar a uma percepção real do objeto de satisfação (p.625).

A ideia de inibição mantém-se na obra supracitada como sendo imprescindível para acionar o processo psíquico secundário. Tal como no “Projeto...” a inibição provocaria uma alteração na intensidade da excitação psíquica para que o aparelho suporte esperar a presença do objeto de satisfação no mundo externo. O mecanismo da **atenção** é fundamental nesse processo, pois ele **permite que o Eu fique no estado de expectativa para recepcionar a mensagem vinda de ω , o signo de qualidade**, para só assim desencadear a descarga por meio da motilidade. Nas palavras de Freud (1895/2003) “[...] o efeito da atenção psíquica é a ocupação dos mesmos neurônios portadores da ocupação perceptiva” (p.235). Ou seja, **a atenção guia o Eu** para o encontro das representações que foram ocupadas a partir da percepção e desencadearam o signo de realidade dando o sinal para o Eu de que o objeto está de fato presente no mundo externo e é seguro realizar a descarga.

A atenção é um mecanismo importantíssimo para o desenvolvimento dos processos psíquicos secundários pois garante o investimento tanto no reconhecimento do mundo externo quanto no trajeto associativos das representações mentais. No texto “Uma nota sobre o ‘Bloco Mágico’” Freud (1925/2007) trabalha a questão do registro mnêmico e sua relação com o sistema percepção/consciência. Em seus estudos chega à conclusão de que se o organismo retivesse todas as informações que lhes chegassem à consciência esse sistema ficaria sobrecarregado inviabilizando o registro de novas informações. A resposta ao problema é dada pelo funcionamento da atenção que regularia a capacidade do psiquismo em captar e registrar de forma privilegiada algumas informações quando por ela investida. A atenção não seria um mecanismo necessariamente consciente nem ligado à demanda desiderativa, mas fundamental para a tomada de consciência tanto de aspectos do mundo externo quanto do mundo interno. Nas palavras de Freud, “[...] tudo ocorreria como se o inconsciente, utilizando-se do sistema P.Cs., estendesse sensores para tatearem o mundo externo e estes – após serem excitados pelos estímulos do ambiente e os degustarem – fossem novamente recolhidos” (1925/2007, p. 141). Ou seja, o objetivo da atenção seria promover uma varredura no mundo externo aumentando os registros experienciais do indivíduo permitindo o registro de diferentes situações e objetos para que no estado de demanda tivesse mais núcleos representacionais viabilizando a mediação entre o desejo e sua satisfação. Por isso Freud (1925/2007b) concebeu a atenção como sendo ativa, “[...] a percepção não é um processo passivo; pelo contrário, o Eu envia periodicamente pequenas quantidades de carga de investimento ao sistema perceptivo por meio das quais ele prova e testa os estímulos externos para logo recolher-se novamente” (p.150).

No exercício de varredura do meio interno e externo o Eu pode encontrar três situações segundo Garcia-Roza (2008): o objeto coincidir integralmente com a representação psíquica, o objeto coincidir parcialmente ou o objeto ser totalmente diferente da representação armazenada como memória. Essa três situações são pensadas para inserir na dinâmica da avaliação das exigências pulsionais ou sociais o recurso egóico do julgar.

O primeiro caso consiste na simultânea ocupação da imagem recordativa desiderativa e a presentificação do objeto no campo perceptivo, isto é: o estado desiderativo coincide com a percepção do objeto e a eliminação pode ocorrer sem prejuízo ao aparelho. Garcia-Roza (2008) aponta que, nesse caso a imagem mnêmica e a percepção coincidiriam inteiramente, de tal modo que os signos de qualidade oriundos do sistema ω dariam lugar à repetição da ação

específica, sem implicar em uma demanda de trabalho para o sistema ψ do manto¹¹. Contudo, convém ressaltar essa situação como um caso limite, ideal, o qual possivelmente não corresponda a nenhum momento real da experiência do indivíduo.

O segundo caso proposto, e de longe o mais frequente, corresponde à ocupação desiderativa da imagem recordativa simultaneamente com a imagem perceptiva de concordância parcial. A regra biológica decorrente da experiência ensinou ao organismo, que não é seguro iniciar a eliminação antes da identidade total entre a imagem recordativa e a imagem perceptiva. Por essa razão é necessário empreender uma ação para buscar a identidade esperada para iniciar a eliminação. Freud (1895/2003) explicita que as ocupações perceptivas nunca são ocupações isoladas, mas sempre de complexos associativos. Sendo assim, Freud (1895/2003) propõe um exemplo para compreender o caminho empreendido pelo aparelho psíquico para alcançar a identidade das imagens. Suponhamos que a ocupação desiderativa da imagem recordativa seja composta por um neurônio **a** + um neurônio **b**, enquanto que a imagem perceptiva seja representada por um neurônio **a** + um neurônio **c**. Nesse caso o aparelho psíquico recorrerá a uma **nova atribuição do Eu: o juízo**. A atribuição do juízo é decompor o complexo representacional em uma parte que quase nunca muda no caso supracitado o neurônio **a** nomeado por Freud como a coisa, e a parte variável do complexo nesse caso os neurônios **b** e **c** nomeados como predicado.

Na obra “A Negativa” (1925/2007b) Freud retoma a discussão da função do julgar ampliando na concepção de Porchat (2005) as atribuições desse processo psíquico. Se no “Projeto...” o julgar teria por meta decompor e comparar o objeto em relação a imagem mnêmica do armazenada na memória em “A Negativa” **o ajuizar configurar-se-ia no primeiro mecanismo que permite estabelecer o que é Eu e o Não-Eu, separação essa necessária para se distinguir sujeito e objeto, entre um dentro e um fora**. Por fim, o ajuizar promoveria a confirmação se o que é percebido no mundo externo de fato coincide com o objeto, ou seja, remete a acuidade da percepção. Lembremos da tendência psíquica de buscar o prazer e evitar o desprazer, essa tendência pode deslocar a atenção de tal forma a levar a deformação da percepção seja externa quanto interna.

Segundo Freud (1895/2003), “[o] O julgar é, portanto, um processo ψ que só é possível pela inibição do eu e provocado pela dessemelhança entre a ocupação desiderativa de uma [imagem] re[cordativa] e a ocupação perceptiva que lhe é similar” (p.205). A dessemelhança

¹¹ Garcia-Roza nomeia a parte variável do sistema ψ de *pallium*, contudo manteremos a denominação utilizada por Freud: manto.

assinalada pelo julgar é o impulso para o trabalho de pensar que se findará mediante o encontro com a coincidência entre as representações. Tomemos o exemplo utilizado por Freud para clarificar esses processos.

Seja a imagem de recordativa desiderativa a imagem do busto materno e seu mamilo em visão frontal, e a primeira percepção uma visão lateral deste objeto sem o mamilo. Na recordação da criança acha-se uma experiência ocorrida por acaso na amamentação, na qual um movimento determinado de cabeça transformou a imagem frontal em lateral. A imagem lateral vista conduz agora a um movimento de cabeça que – uma tentativa mostra –, tem de ser executado ao contrário, e chega-se à percepção da visão frontal (Freud, 1895/2003, p. 205).

O julgar primário estabeleceria a dessemelhança entre a representação seio sem mamilo e seio com mamilo. **O pensar então surge como processo de busca de identidade para realizar o desejo por meio do processo secundário.** “O processo secundário, contudo, abandonou essa intenção [identidade de percepção] e adotou outra em seu lugar - o estabelecimento de uma “identidade de *pensamento*” [com aquela vivência]” (Freud, 1900/1996, p.628). A identidade de pensamento no exemplo acima corresponderia no percurso de excitação por todas as representações que constituem essa imagem recordativa, até que se estabeleça a relação entre o seio sem o mamilo como sendo o mesmo seio com mamilo que fora registrado.

O terceiro caso exposto por Freud (1895/2003) que pode acontecer no estado desiderativo ocorre quando não há semelhança alguma entre a imagem percepção e a imagem recordativa. Nesse caso, segundo o autor, dá-se início a atividade de reconhecer a imagem perceptiva, para que se possa a partir dela encontrar uma imagem recordativa. As percepções de objetos dessemelhantes que impulsionam tanto o juízo quanto o pensar de modo que se crie caminhos diferentes em ψ do manto, ampliando as associações de representação; tornando mais complexo o modo de funcionamento do psiquismo.

Os processos de pensar visam a realização do desejo tanto quanto os processos primários, a diferença consiste que aqueles buscam reencontrar o objeto de desejo de uma forma indireta, percorrendo caminhos secundários permitindo a descarga levando em conta a realidade externa. Por isso Freud (1895/2003) afirma que o “processo de pensar consiste na ocupação de neurônios ψ com alteração da compulsão de facilitação pela ocupação lateral partindo do eu” (p.210). A questão fica novamente no campo da quantidade de excitação e sua forma de circulação no psiquismo. Freud postula que “processo secundário é, assim, uma repetição do

curso ψ originário [de quantidade] em nível inferior, com quantidades menores” (Freud, 1895/2003, p.210).

O enlace entre os processos secundários se daria da seguinte forma: em estado desiderativo ou exploratório a atenção guiaria a percepção de modo a ampliar os registros mnêmicos do indivíduo; dado o encontro com os objetos seria desencadeado o julgar como forma de reconhecê-los; a diferença entre o registro mnêmico e o objeto investido no mundo externo desencadearia a função do pensar. Por meio da atividade do pensar que o Eu coordena as percepções externas com os traços mnêmicos oriundos de antigas experiências com o objetivo de “[...] produzir, por via associativa, modelos cognitivos que reflitam adequadamente a realidade” (Rouanet, 1985).

El desempeño de esta función el yo tiene que observar el mundo exterior, imprimir una copia fidelísima del mismo en las huellas mnêmicas de sus percepciones y mantener a distancia, por medio de la prueba de la realidad, aquello que en tal imagen del mundo exterior es añadidura procedente de fuentes de estímulos internas. Por encargo del ello rige el yo los accesos a la motilidad, pero há interpolado entre la necesidad y o acto un aplazamiento en forma de actividad del pensamiento, durante el cual utiliza los residuos mnêmicos de la experiencia (Freud, 1932/1981, p.3143)

Durante o processo do pensar o Eu não pode deixar se levar pelas intensidades de investimentos em representações privilegiadas. Seu papel é justamente evitar que haja a repetição das vivências fundamentais, ou seja, livrar o aparelho da compulsão a repetição de investir nas representações de gratificação primordiais quanto à fuga diante das associações penosas (Rouanet, 1985). Tanto a percepção quanto o registro das experiências são fundamentais no processo de pensar, pois o pensamento é justamente a ação de por em diálogo ambas as fontes de informações, para a partir destas poder promover a inserção do indivíduo no mundo de maneira mais eficaz; **“Em resumo: a razão freudiana é experiencial [...]. Tipicamente, o homem pensa ‘com seu corpo e com sua experiência’”** (Thá, 2004, p.127, aspas do autor, grifo nosso). Logo, as condições de vida as quais os indivíduos estão submetidas são fatores de suma importância para a compreensão do desenvolvimento da razão, ou seja, da capacidade de pensar sobre si e o seu entorno.

O pensamento constitui-se como mediador entre o desejo e a ação motora necessária para a satisfação. Ele se inicia dada a percepção da diferença entre o objeto externo e a representação mental do objeto de satisfação original. O julgar ao decompor a imagem perceptiva

desencadeou o pensar que visa encontrar seja pela identidade perceptiva ou pela identidade de pensamento objetos que possibilitem a descarga pulsional. Como vimos, nada se perde no psiquismo, portanto ambas as tendências se mantem atuantes nos processo de pensar. Freud (1895/2003) postulou três tipos de pensar: o prático, o judicativo e o teórico.

O primeiro a ser definido seria o **pensar prático** e teria uma finalidade prática; **sua meta é reconduzir desde uma percepção a excitação para a imagem recordativa, estabelecendo a identidade e liberando a descarga**. Por sua característica de busca pela via mais direta de satisfação estabelecendo a identidade perceptiva, **o pensar prático ou recordativo** aproximar-se-ia do modo de funcionamento dos processos primários. O objetivo desse modo de pensar é o de produzir o mais rapidamente possível a identidade, isto é, o reencontro com o objeto gratificante. O pensar só ocorre diante da incongruência, da diferença, então quando o investimento de memória coincide com o investimento de desejo o pensar é suspenso. Podemos dizer então, conforme Rouanet (1985), que o problema posto para o pensamento prático consistiria em impedir qualquer alteração no trajeto entre a percepção e a representação mnêmica da satisfação, ou seja, que o investimento de desejo desencadeado não seja perturbado por outros núcleos representacionais não necessários para a urgência que se coloca, bem como evitar também, qualquer representação que evoque desprazer. Por essa razão Freud (1895/2003) postula que “Uma defesa primária do pensamento é assim criada. O pensamento prático vai tomar toda produção de desprazer como uma advertência, um sinal de que uma certa via deve ser abandonada” (p.255). Nas palavras de Rouanet (1985) o pensar prático

é um tipo de pensamento de tal forma voltado para a ação imediata, que é forçado a renunciar à reflexão totalizante e relaciona, por um lado inútil porque o objetivo da ação específica pode ser alcançado sem ela, e por outro lado impossível porque a vulnerabilidade desse pensamento à influencia do desprazer inibe determinadas associações (p.196)

O **pensar judicativo ou cognitivo**, por sua vez, amplia a rede de conexões entre representações possibilitando a criação de novos caminhos para se chegar sempre à mesma meta, reviver a vivência de satisfação. Pois afinal, à luz de Gabbi (1994) “[...] a meta de todo e qualquer processo de pensamento é estabelecer a identidade, ou seja, realizar desejo. A vivência de satisfação fixou um caminho de descarga. A meta de todo pensar é encontrar este caminho, todavia, em um estado de inibição por parte do eu” (p.84). Mas ao criar novas facilitações entre as representações, o pensar judicativo que para a supressão de uma

necessidade/desejo o Eu tivesse uma maior variedade de objetos, ou seja, para a realização de sua meta. Contudo, no pensar judicativo, o encontro com o objeto se daria por meio de ocupações de todas as vias associadas a ele, inclusive as conduzentes ao desprazer (Caropreso, 2008).

Lembremos que para Freud (1923/2007) a linguagem verbal tornaria possível o contato com os conteúdos promotores de desprazer, pois as representações palavra seriam ocupadas no lugar da representação dos objetos hostis, permitindo sua evocação sem desencadear intensidades insuportáveis de desprazer. A linguagem verbal propicia ao aparelho psíquico a possibilidade de recordar e analisar todas as suas experiências independentemente de serem prazerosas ou não, por essa razão Freud pontua que o pensar que consegue tomar inclusive as memórias hostis tornar-se independente do processo primário. O **pensar teórico ou crítico** seria justamente o pensar emancipado dos dados imediatos e dos automatismos da série prazer/desprazer. De acordo com Rouanet o pensar crítico (1985), “[...] tem o poder de refazer caminhos associativos já percorridos, num trabalho de regressão que implica a conscientização de conteúdos esquecidos ou que jamais afloraram a consciência” (p.195). Isso porque

[...] o pensamento teórico – cognitivo e crítico – está livre para realizar todas as conexões, ou revê-las criticamente, porque é capaz de deixar-se seguir pelos índices de qualidade verbal, e de seguir associações independentemente de sua característica agradável ou penosa. É por isso que Freud diz explicitamente que o pensamento prático está próximo da defesa (fuga diante do perigo, cujo paradigma é o recalque), enquanto o pensamento teórico dela se distancia (Rouanet, 1985, p. 196).

As formas de pensar são complementares, atuam como suporte umas das outras. O pensar cognitivo/observador tem por objetivo percorrer todos os caminhos possíveis entre as associações representacionais, para que quando em estado desiderativo o investimento de desejo tenha uma maior gama de possibilidades de satisfação dada a observância do mundo externo. Contudo, caso o mecanismo de interpolação entre o desejo e a satisfação seja o pensar prático segundo Rouanet (1985), o indivíduo “é forçado a renunciar à reflexão totalizante e relacional” ficando sempre a mercê de vias de satisfação imediatas, ou seja, com pouco ou quase nenhuma mediação da linguagem verbal. Por sua vez, o pensar crítico, além de possibilitar vias mais complexas de associações, permite o Eu se apropriar ou reapropriar de conteúdos que podem ou não terem sido conscientes um dia. Sua importância assim se evidencia.

Lembremos em Freud (1938/1981): “*La perdida de tal conocimiento de sí mismo implica para el yo un déficit de poderio e influencia, es el primer indicio tangible de que se encuentra cohibido y coartado por las demandas del ello y del super-yo*” (p.3399). O processo de fragilização do ego decorre da perda de partes de sua história pelos processos das defesas ante os sinais de angústia desorganizadores desencadeados pelas cobranças pulsionais ou superegóicas. Portanto, o pensar crítico teria papel fundamental no processo de retomada da história perdida, pois somente um pensar livre dos automatismos do princípio do prazer e ligado aos signos linguísticos poderia investir nas trilhas da memória visando retomar o que esta fora de seu alcance.

Vimos então que a sobreposição dos processos secundários aos princípios primários decorreu da necessidade de se observar o mundo externo, na busca de garantir satisfação sem colocar em risco o indivíduo. Tal desenvolvimento só foi possível após a organização do Eu no núcleo do aparelho psíquico. É o bom funcionamento do Eu que possibilita ao indivíduo exercer sua capacidade de discernimento levando em consideração o que lhe é bom ou o que lhe prejudicará.

O Ego perceptivamente competente seria assim aquele capaz de observar corretamente o mundo exterior, e a luz dos dados obtidos, administra a vida psíquica de forma a admitir à consciência todas as representações, e somente elas, que incorporem impulsos compatíveis com a realidade externa observada (Rouanet, 1985, p.164).

Segundo Crocco (2007), **a edificação do ego viabiliza o desenvolvimento da razão, que por sua vez permite que o indivíduo examine a realidade com atenção, memória e discernimento.** O indivíduo submetido ao princípio de realidade é o sujeito consciente, que busca na realidade os objetos de satisfação possíveis e inscritos em sua história. A razão individual a qual o autor se refere, deve ser analisada a partir de sua constituição histórica, logo, social.

Sendo assim, no próximo capítulo dissertaremos sobre os movimentos históricos que desencadearam a ascensão do uso da razão como modo de compreensão/inserção no mundo em detrimento dos ordenadores culturais que até então davam o suporte simbólico para a subjetivação dos indivíduos, quais sejam, os mitos e os dogmas religiosos. Veremos que essa mudança é acompanhada/dirigida por alterações no processo de garantia de subsistência dos homens, ou seja, do modo de produção. Com o desenvolvimento do capitalismo de manufatura até a sua versão atual da acumulação flexível às mudanças objetivas implicaram

em modificações radicais na forma de subjetivação, tal como foi até aqui definidas segundo a perspectiva psicanalítica. Em suma, buscaremos analisar como a sociedade atual pautada na lógica da mercadoria como sendo esta o único e exclusivo modo de sustentação da subjetivação (Bauman, 2009, 2010; Turcke, 2010; Severiano, 2010) pode estar afetando a constituição da individualidade, principalmente, no que tange o funcionamento dos processos secundários do eu, que como demonstramos, são fundamentais para individualização.

CAPITULO II – O MALOGRO DA RAZÃO: DO PROJETO ILUMINISTA DE AUTONOMIA À DOMINAÇÃO PELA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

O caminho a ser percorrido neste capítulo vai da apresentação da queda da visão teocêntrica do mundo na Idade Média, explicitando o projeto iluminista no que tange a construção histórica do ideal de autonomia dos indivíduos pautado no uso livre da Razão, até a crítica da Escola de Frankfurt elaborada por Adorno e Horkheimer ao uso da Razão na contemporaneidade. Este percurso objetiva demonstrar que a razão tida como fator emancipatório, ao viabilizar os indivíduos a pensarem por si mesmos sua condição humana e inserção social, fora cooptada pela lógica mercantil, quando apropriada pela burguesia e instrumentalizada a serviço do desenvolvimento tecnológico de meios de produção na sociedade capitalista (Adorno e Horkheimer, 1985).

Evidenciaremos, enfim, o logro da razão moderna. Os indivíduos na ânsia de se emanciparem pelo uso livre da razão, acabaram somente por mudar os parâmetros dogmáticos ordenadores intrínsecos ao processo de equalização/padronização (Adorno, 1986a). Laconicamente, ao buscarem a emancipação dos dogmas da Igreja por meio do desenvolvimento da ciência, como modo de dominar a natureza e organizar as relações entre os homens, acabaram por se submeterem aos conhecimentos desenvolvidos por um saber científico direcionado para a acumulação de capital em benefício de uma minoria detentora dos meios de produção, a burguesia (Adorno e Horkheimer, 1985).

2.1 DO FIM DAS TREVAS¹² AO NASCIMENTO DA MODERNIDADE

O período chamado de Idade Média baseava-se numa ideia norteadora e fundamental: **a existência humana devia-se a ação contínua de Deus**, desde a criação do mundo até os desígnios sociais. Tal concepção de divindade, tido no ocidente como forma soberana, organizadora e mantenedora do cosmos, teria controle não só sobre a vida e morte dos indivíduos como também a casta a que ele pertenceria. Em outras palavras, percebe-se que, o

¹² Para alguns historiadores, o período da Idade Média (séc. V ao XV) ficou conhecido como idade das trevas por ter “enclausurado” nos feudos e no retorno à vida campestre, todo o material clássico produzido pelos intelectuais até ali.

conjunto de elementos culturais que o indivíduo comum da época teria acesso, calcava-se em fundamentos teológicos bastante estratificados. As instituições de amparo social que ordenavam a vida cotidiana eram ancoradas em dois ideais: o da Igreja e do Império, representantes *magnus* da ordem divina. Neste contexto, a noção de indivíduo era a de um sujeito submetido aos mandamentos de Deus em primeiro lugar e do senhor feudal secundariamente, de maneira que um servo seria servo até a morte, não havendo possibilidade de ascensão social nem de miscigenação de classes (como no caso de um casamento entre o senhor e uma plebéia, por exemplo). Submetidos a tais normas no processo de aculturação característico da Idade Medieval, os sujeitos aceitavam tudo como emanção da vontade divina e sua noção de ordem consistia em acatar e perpetuar este cenário.

O mundo é experimentado como divino. Provém de um *archê*¹³, de uma origem interior, e percorre o caminho que a ordenação e o destino lhe determinam; mas a origem, a ordenação e o destino pertencem a ele próprio. Ele é o todo existente, a plenitude perfeita, a realidade absoluta; não só empírica ou historicamente, mas sobretudo como númen¹⁴. O divino é o elemento fundamental e misterioso do mundo. O homem está nele e ele está no homem: experimentá-lo e afirmá-lo – isto constitui a relação religiosa fundamental. São igualmente divinas as várias entidades e potências do mundo (Guardini, 1995, p.17).

Em tal contexto, no qual o dado teológico se impõe como organizador mental predominante, o mito era a forma básica utilizada para analisar e compreender o mundo e suas injunções. Segundo Guardini (1995), o mito nasce justamente como uma tentativa de interpretar os elementos e acontecimentos do mundo. Podemos **entender o mito como uma unidade não racional, mas viva**. Cada novo elemento que surgia, requerendo interpretação, trazia consigo o germe de um novo mito a ser criado ou transformado.

No Feudalismo, modo de organização sociopolítica e econômica, o Senhor Feudal além de ser o representante do poder divino também era o detentor da terra. A agricultura era o meio de sobrevivência e o modo econômico essencial na Idade Média nos países europeus. Toda a riqueza era extraída da terra, seja em produtos agrícolas ou minerais, e distribuída de forma não igualitária entre o Senhor Feudal, a Corte e a Igreja. Como única fonte de renda para sustentar toda a organização sociopolítica da época e com um sistema de sucessão de terras, na qual somente o primogênito teria direito aos feudos, no século XI o feudalismo começou a

¹³ Para os filósofos pré-socráticos, a *arché* (ἀρχή; origem), seria um princípio que deveria estar presente em todos os momentos da existência de todas as coisas; no início, no desenvolvimento e no fim de tudo. Princípio pelo qual tudo vem a ser.

¹⁴ Do latim numen, majestade divina.

dar sinais de falência. O não desenvolvimento de técnicas agrícolas capazes de aumentar a produção o suficiente para sustentar a população em crescimento; a estagnação do comércio; a partilha ineficiente da terra; desencadearam o movimento das Cruzadas que, sob a justificativa de “Conquistar a Terra Santa”, buscavam explorar e acumular riquezas oriundas de outros territórios, bem como dar destino ao excedente populacional da Europa (Pazzinato e Sennise, 1995). As expedições rumo ao Oriente desencadearam mudanças irreversíveis. Até então a unidade política econômica conhecida na Europa eram os feudos, essencialmente agrícolas, com as Cruzadas surgem os burgos. Durante os três séculos que aconteceram as Cruzadas foram sendo organizadas feiras medievais de troca de mercadoria nas rotas que os soldados utilizavam a rumo do Oriente. Estas feiras, a princípio itinerantes, tornaram-se permanentes. Os comerciantes que constituíam os burgos e sobreviviam somente da troca de mercadorias fundaram uma nova classe social: a burguesia. O fortalecimento econômico da burguesia com o desenvolvimento do comércio levou ao êxodo rural os habitantes dos feudos, ampliando cada vez mais os burgos e, por conseguinte o poder da burguesia em detrimento da nobreza feudal (Sanches, 2007).

No século XIV, a Europa passa por uma crise intensa em decorrência da seca que comprometeu a agricultura e a peste negra que dizimou um terço da população europeia (Sanches, 2007). Passada a crise, a economia voltou a crescer e a discrepância entre o sistema feudal e o modo de economia baseado no comércio de bens foi tornando-se mais evidentes. Sanches pontua que a “[...] estagnação do cultivo agrícola, motivada pelo modelo produtivo baseado na subsistência, o excesso de intermediários no trânsito e no comércio das mercadorias vindas do Oriente e a escassez de metais para cunhar moedas provoca um estrangulamento do mercado europeu, contendo o ritmo do crescimento econômico” (p.22). A expansão marítima dos séculos XV e XVI foi o recurso tomado para buscar solução para tais entraves. Contudo, não há mudanças que ficam localizadas em um único âmbito da sociedade. As necessidades econômicas desencadearam processos de mudanças políticos e sociais decisivos tanto na forma de organização social quanto na visão de homem. De acordo com Sanches (2007),

As contradições geradas no interior do feudalismo por sucessivas e mal digeridas crises políticas; e, exteriormente, pela expansão comercial, levaram-no a um estado de tensão tal que o desenrolar dos fatos culminou com o Movimento Renascentista, nos séculos XV e XVI, iniciado na Itália. Nesse período histórico, ocorreram transformações sociais, científicas, culturais, religiosas e políticas todas responsáveis pela constituição de uma

nova visão do mundo e do homem em oposição às formas mais dogmáticas de interpretação da realidade, típicas na Idade Média (p.23).

O “motor” econômico alavancou mudanças em todos os âmbitos da sociedade. O homem servo de Deus, submisso e dependente dos dogmas religiosos para a compreensão do mundo não era viável para a ascensão das mudanças socioeconômicas que se faziam visíveis. A visão de mundo teológica começa a se desmoronar. A astronomia demonstrou que a terra não era o centro do universo, mas simplesmente girava em torno do sol; as navegações mostraram que o mundo não era quadrado e havia novos continentes a serem explorados com riquezas naturais e culturais impensadas até então; a ciência gradualmente tornou-se independente dos ditames da Igreja constituindo-se como campo autônomo da cultura. Sanches (2007) ressalta que foram as descobertas científicas no campo da física, da química, da astronomia, e da biologia que fortaleceram o homem em sua busca pela dominação da natureza. A noção de natureza enquanto objeto passível de ser estudado foi fundamental, segundo Guardini (1995), para que o homem mudasse sua posição no mundo de adorador para criador. O mundo, sob a ótica da ciência, começou a deixar de ser concebido como criação divina e para ser experienciado como uma entidade natural e como essência natural poderia ser conhecida pela razão humana e dominada pela ação do homem.

Estas transformações marcaram uma alteração importante na forma de perceber e experienciar o mundo. Até então, poderíamos dizer que a ciência para o homem medieval era a procura dos discursos das instituições tidas como autoridade na época. Mas a partir da metade do século XIV e principalmente no século XV o conhecimento dirigia-se a realidade das coisas. Nas palavras de Guardini (1995, p.33) o homem “[d] Deseja ver com os próprios olhos, demonstrar com a sua própria inteligência, atingir uma opinião criticamente fundamentada, independente de padrões anteriores”. Começa a se vislumbrar um **mundo passível de ser dominado pela ação humana sem o direcionamento divino**. Guardini (1995) enfatiza que estas rupturas históricas permitiram e estimularam o desejo de ampliar os horizontes e o modelo de homem que surge é o de que se lança a aventura “**em um mundo infinito e de se tornar o seu senhor**” (p. 37, grifo nosso).

Podemos tomar como marco da passagem da Idade Média para a Idade Moderna a Revolução Copernicana, que ao deslocar a Terra do centro do Universo, invalidou a ideia de um mundo finito idealmente organizado por leis divinas “**despejando o homem de sua estável habitação e lançando-o num ambiente de incerteza**” (Costa e Moreira, 2010, grifo nosso). A relação entre o homem, o universo e natureza deixou de ser algo mediado pelas leis divinas,

deixou de representar algo imutável ou intocável permitindo a ressignificação do homem de si e de tudo que lhe cerca. Segundo os autores, nesta perspectiva o desenvolvimento da Razão, da criação e utilização de métodos alçaria o homem o controle da natureza e a colocando-a a seu serviço, e assim poderia dela extrair matéria prima destinada à produção sistematizada e ao avanço da civilização.

2.2 O PROGRAMA ILUMINSTA E A PROPOSTA DE AUTONOMIA DO INDIVÍDUO PELO USO DA RAZÃO

As descobertas científicas, que possibilitaram ao homem no final da Idade Média ampliar seus conhecimentos e avançar da condição de ser representante máximo da criação divina para o próprio criador da nova história, fundaram também a noção moderna de cultura. Para isso foi necessário retirar a noção divina do centro do pensamento (teocentrismo) e, paulatinamente construir a noção do homem enquanto aquele que age, domina, compreende o seu contexto e pode materializar sua intelectualidade em instrumentos e instituições (antropocentrismo). O conceito de cultura que se forjava nesse ínterim era a de um “o conjunto da obra do homem independente de Deus e da sua Revelação” (Guardini, 1995, p.43).

Segundo Rouanet (1993), o antropocentrismo permitiu a valorização do papel do homem acerca de si mesmo e da natureza e sob essa perspectiva gestou um novo projeto civilizatório no qual se articulavam três princípios básicos: universalidade, individualidade e autonomia. A Universalidade pode ser compreendida como uma visão integral do ser humano independente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade, por sua vez, traz a noção de que os seres humanos são pessoas concretas mesmo quando não representadas por um determinado grupo, são portadores de direitos, sendo valorizado, inclusive, a individualização crescente. Por fim, a **autonomia** significa, “[...] que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material” (Rouanet, 1993, p. 9, grifo nosso).

O projeto civilizatório, descrito por Rouanet (1993), integra um movimento muito mais amplo que ficou conhecido como Iluminismo que, segundo Matos (2001), foi um movimento intelectual europeu que atingiu seu apogeu no século XVIII com os enciclopedistas franceses

Voltaire, Diderot, Helvétius, Rousseau, entre outros, na Inglaterra com Locke e Kant na Alemanha. O princípio fundamental do Iluminismo era o princípio da valorização da “luz natural ou razão”. **O uso da razão era considerado a promessa do conhecimento da natureza pelo avanço da ciência, aperfeiçoamento moral e emancipação política.** Destarte, o conhecimento da natureza substituiria, ou se emanciparia do mito, tornando-se o caminho para o surgimento de uma sociedade esclarecida.

A condição de autonomia nos campos do pensamento, da política e da economia, segundo Kant (1783), principal filósofo da concepção Iluminista da razão, dependia da capacidade do homem sair de sua qualidade de minoridade. Nas palavras do autor:

Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável. A minoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela de um outro. *Sapere aude!* Tenha coragem de servir de teu entendimento, tal é portanto a divisa do Esclarecimento (s.p).

Mediante a queda da autoridade da Igreja após o surgimento do homem como ser que experiência e transforma a natureza por meio de sua razão e sentidos trouxe consigo a mudança da visão teocêntrica para a antropocêntrica; mas o fortalecimento do conceito de indivíduo autônomo deve-se ao programa do Iluminismo (Guardini, 1995). Anteriormente, o cristianismo havia estabelecido a relação entre Deus e o indivíduo; contudo essa **relação constituía-se com base na supremacia divina e na submissão do homem.** O Programa Iluminista não inverte essa relação, mas sim a transforma ao retirar o homem da matriz fusional com o divino e aventar a racionalidade em primeiro plano. Desse momento histórico em diante, o homem passou a ser entendido como um ser único que poderia se unir por razões utilitárias formando a sociedade civil. Rouanet (1993) ressalta que noção de individualidade, ao sabor iluminista, trouxe consequências significativas na relação indivíduo-cultura. A época de obrigações exasperadas e com gratificações transcendentais deixara de existir, o homem é visto com ser que também têm direitos, entre eles à felicidade. Esse ideal avulta o

eudemonismo¹⁵ numa escala sem precedentes históricos, pois a lógica que até então regia a humanidade fora quebrada “o todo existe para o indivíduo e não este para o todo” (p.16).

O individualismo da Ilustração teve, portanto o mérito de colocar no centro da ética o direito à felicidade e à auto-realização e o de valorizar o indivíduo descentrado, o homem que se liberta dos vínculos “naturais” e pode situar-se na posição de formular juízos éticos e políticos a partir de princípios universais de justiça, independentemente de quaisquer lealdades locais (Rouanet 1993 p.16).

A emancipação do homem dos dogmas religiosos marcou profundamente a concepção de homem, pois esse passa a ter a possibilidade de, sendo sujeito de direitos e dotado da razão, **produzir uma cultura que viabilizasse a felicidade e o bem estar dos homens**. Em outras palavras, a visão de homem esclarecido é daquele que se vê como sujeito de direitos e deveres que pode unir-se para o bem da comunidade. Seu papel não é descartado, todavia, também não é superestimado. O homem é entendido como capaz de construir sua própria identidade, independente de seu legado cultural por meio do exercício do julgamento ético.

Para Rouanet (1993), “o ideal iluminista é o da autoformação, da *Bildung*¹⁶ individual, o que pressupõe a apropriação da cultura pré-existente, mas pressupõe também a possibilidade permanente de romper com os modelos e normas dessa cultura” (p.37). Contudo, tal intento só se realiza balizado por dois pilares fundamentais e indissociáveis: a liberdade e a capacidade. Enquanto a liberdade remete-se ao direito calcado na universalidade e individualidade, a capacidade aponta para a possibilidade efetiva de exercer os direitos do sujeito.

A indissociabilidade destes dois fundamentos é a base para a diferenciação da ideia de autonomia proposta pelo Esclarecimento e o que fora difundido pela lógica Liberal. Autonomia significa, de acordo com a lógica liberal, liberdade independente da base material necessária para a sua realização (Hayek, 1944/1987). Ao contrário, a proposta Iluminista enfatiza não haver possibilidade de se falar em autonomia do sujeito se não há liberdade para exercer o pensar e, também, mediante a falta das condições materiais para se fazer uso dessa liberdade.

¹⁵ Do grego *eudaimonia*, felicidade. Doutrina moral segundo a qual o fim das ações humanas (individuais e coletivas) consiste na busca da felicidade através do exercício da virtude, a única a nos conduzir ao soberano bem, por conseguinte, à felicidade (Gregório, 2012).

¹⁶ Formação em alemão.

A tensão estabelecida entre os conceitos de liberdade e autonomia na proposta Iluminista evidencia uma visão de homem individualista, porém emancipado. Conceber como fundamental o conceito de capacidade na definição de autonomia, segundo Rouanet (1993), traz para o ideal iluminista uma dimensão extraindividual, marcadamente social. Haja vista que a **“a autonomia individual precisa, para concretizar-se, de dispositivos sociais que a assegurem, e esses dispositivos se reforçam com a ação do indivíduo autônomo”** (p.37, grifo nosso). Sendo assim, cada uma das dimensões da autonomia, a saber, intelectual, política e econômica só se realizam enraizadas em um sistema social compreendido como um todo histórico e em relação contínua com o sujeito, estabelecendo uma tensão dialética.

O núcleo do Iluminismo, segundo Rouanet (1993a), fora a **autonomia intelectual**. A libertação da razão cativa tutelada pela autoridade religiosa ou secular era o mote do projeto civilizatório da ilustração. Seguindo a ideia Kantiana (1783), durante milênios o homem havia vivido sob um estado de minoridade, haja vista não poder exercer o livre pensar, desatrelado do pré-concebido. **Para tanto, era fundamental exercer a crítica sobre a religião, por ser essa a principal responsável pela paralização do exercício da inteligência naquela época histórica**. A saída para a infantilização histórica do homem seria a educação, entendendo esta como a vacina que imunizaria o espírito humano contra as investidas do obscurantismo (Rouanet, 1993). Em outras palavras: a ciência substituiria o dogma pelo saber científico promovendo a emancipação do pensamento.

Outro dois aspectos foram apontados pelos filósofos da época segundo Rouanet (1993 a): a política e a economia. A primeira era pensada como a possibilidade do homem em liberdade poder ser senhor de suas ações no espaço público, de tal forma que o resquício histórico desse ideal foi a queda do regime político da Idade Média: o despotismo. Já a segunda desdobrou-se como o ideal do liberalismo.

De acordo com Rouanet (1993), as sociedades regidas pelos princípios liberais buscaram, ao seu modo, a execução do ideal universalista e nesta vertente, se acirra a concepção de que todos eram iguais em condições e capacidade para progredir independente de sexo, raça ou condição socioeconômica. O liberalismo econômico com base na divisão internacional do trabalho vislumbrava uma comunidade mundialmente interdependente. No campo da política combatia-se o imperialismo ao entender essa ação como uma impostura diante do ideal de soberania não de povos, mas da humanidade.

As sociedades liberal-democráticas realizaram em grande parte o ideal individualista da Ilustração, haja vista que nesta época esse ideal estava inibido pelos resquícios da aristocracia. A ascensão da burguesia tornou a experiência de individualização algo passível de ser alcançado independente de classe. Rouanet (1993) apontou que esse ideal fora difundido mundialmente, mas nos Estados Unidos virou um mito ao se veicular a possibilidade de um *Office Boy* tornar-se presidente da república, um dos elementos centrais do sonho americano.

A história da sociedade ocidental tem nos apontado uma dificuldade intrínseca nesse processo de individualização. Quanto mais autorizado a crescer em possibilidades e individualização, a apatia e o conformismo tornam-se sentimentos presentes na experiência humana. Rouanet (1993) reportando-se a Tocqueville e Stuart Mill, ícones liberais, discute que a modernidade caracteriza-se como sociedade de massa por sua tendência universalizante e nesse contexto, as ações niveladoras da vida coletiva transformam os homens “num rebanho de animais tímidos e industriais” (p.21). No entanto, a individualização vai contra a proposta comercial de se tratar todos de forma igual para viabilizar o consumo.

Para Rouanet (1993), a concepção esclarecida gestada pelo movimento Iluminista, converteu-se nas sociedades ocidentais em uma combinação de **hiperindividualismo** e de **antiindividualismo**. O primeiro, para o autor, tem como manifestação primordial um egocentrismo exacerbado que **converteu a proposta eudemonista¹⁷ em um hedonismo¹⁸ esfuziante**. Para a satisfação vem o consumo como saída sacralizada (Turcke, 2010), a busca ilimitada de se tirar vantagem sobre o outro e a apatia a cerca dos temas comuns. No extremo oposto, fica a segunda postura: a busca de uma identidade grupal independente de qual seja.

O ideal de coletividade fora corrompido facilmente no século XVIII, onde a apologia ensandecida do interesse do indivíduo passou a galope a frente da lógica da utilidade coletiva. A felicidade, enquanto um objetivo humano, fora substituída pela vivência esfuziante do prazer hedonístico, independente de suas consequências. **O ideário iluminista de individualidade fora convertido de maneira perversa em individualismo**, sendo que o caráter atomístico desse “levou a desconhecer que todo indivíduo é social e que o *telos* da individuação crescente só poder ser alcançado socialmente” (Rouanet 1993 p. 16).

Tanto no hiperindividualismo quanto no antiindividualismo o projeto iluminista é deturpado: por um lado, o eudemonismo foi substituído por um culto ao prazer heterônomo. Por outro, ao

¹⁷Do grego *eudaimonia*, felicidade. Doutrina moral segundo a qual o fim das ações humanas (individuais e coletivas) consiste na busca da felicidade através do exercício da virtude.

¹⁸Do grego *hedoné*, prazer. Nome genérico das diversas doutrinas que situam o prazer como o soberano bem do homem ou que admitem a busca do prazer como o primeiro princípio da moral: a doutrina dos cirenaicos.

retomar a ideia de sujeitos coletivos, acabam por perder o privilégio mais difícil da modernidade que fora a possibilidade dos homens pensarem e agirem sem a tutela da Igreja. (Rouanet, 1993). **O que se sacrifica sob a égide do hiper ou anti- individualismo é justamente a individualidade**, subjugada entre a tirania da minoria na ordem do consumo ou na apatia, sustentada pela identificação idealizada no grupo (Freud, 1921/1981).

O projeto iluminista fora convertido justamente no que lhe fora alvo de maior crítica: **legitimação ideológica**. O liberalismo real apropriou-se do discurso iluminista de crítica imanente livre das tutorias com a finalidade de autonomia cultural, política e econômica de tal forma que tais ideais tornaram-se a própria ideologia de sustentação da heteronomia. Em outras palavras: o ideal de sujeito autodeterminado, independente de seu caldo cultural, se forma a partir de ideais éticos racionalmente construídos. Em contrapartida, o indivíduo contemporâneo continuou na condição de heterônimo, ou seja, sendo orientado pela exterioridade da determinação da lei (Renaut, 2004).

Sob o discurso amplamente difundido nas sociedades liberal-capitalistas de que todos são iguais e tem o acesso garantido à educação, a responsabilidade de ser diferente, bem sucedido, feliz torna-se **responsabilidade única e exclusiva dos indivíduos**, apartando assim, toda e qualquer noção histórica das condições socioculturais objetivas nas quais os indivíduos estão inseridos.

o papel da crítica da ideologia, na Ilustração era defender a razão livre, a cidadania autodeterminada e a liberdade econômica; o papel da crítica da cultura, aplicada às modernas sociedades do capitalismo tardio, era denunciar esses mesmos valores, enquanto realizações fraudulentas do ideal da autonomia (p. 23, Rouanet, 1993).

Discutindo os elementos-chaves do Iluminismo – universalidade, individualidade e autonomia intelectual – Rouanet (1993) aponta as distorções que ocorreram durante a tentativa de programar o projeto moderno. Nele, a ideologia destina-se a mascarar a veracidade dos fatos e escamotear a real intenção de alguns elementos de maneira que, facilmente, campanhas nacionalistas pregam o racismo e a xenofobia e a individualidade torna-se sinônimo de poder de consumo. O conformismo disfarçado e o anonimato na atualidade levam em pauta não o pensar sob si mesmo e o outro, mas de comprar o que todos compram (Slater, 2002). A autonomia fica relegada a um plano imaginário, pois a realidade demonstra que

a autonomia intelectual, baseada na visão secular do mundo, está sendo explodida pelo reencantamento do mundo, que repõe os duendes em circulação, organiza congressos de

bruxas, associa-se ao guia Michelin para facilitar peregrinações esotéricas a Santiago de Compostella e fornece horóscopos eletrônicos a texanos domiciliados no Tibet. A autonomia política é negada por ditaduras ou transformada numa coreografia eleitoral encenada de quatro em quatro anos. **A autonomia econômica é a mentira sádica para os três terços do gênero humano que vive em condições de pobreza absoluta** (Rouanet, 1993, p.10).

A ciência desvinculou-se do ideal ético ao ser capturada pela lógica da produção e passou a ser aplicada até, por exemplo, no complexo militar, passando a servir a guerra e a destruição, ou seja, na destruição em massa da raça humana (Bauman, 1998). Para Rouanet (1993), **neste momento histórico, a ciência não tem mais vinculação nenhuma com o ideal do esclarecimento e com a autonomia. Transforma-se em seu oposto, legitima formas de organização social totalitárias, impossibilitando a discussão das ações por partes dos interessados.**

2.2.1 A Influência do Ideário Iluminista na Psicanálise

Justifica-se fazermos uma pequena digressão com o objetivo de localizar a Psicanálise freudiana no ideário iluminista, em favor de melhor entendermos o destaque conferido ao uso da razão como possibilidade de emancipação dos indivíduos. A Psicanálise surge no final do século XIX, momento histórico considerado ápice da construção do individualismo, portanto, conforme Garcia e Coutinho (2004), tributaria do pensamento moderno de emancipação pelo uso livre da razão, pois foi somente a partir “da criação da ideia de indivíduo como entidade independente, detentora de uma dimensão interior e apta a auto-observação foi possível a construção do conceito de sujeito com o qual a psicanálise trabalha” (p.125). No entanto, o saber psicanalítico propicia o questionamento do protótipo da razão difundida a sua época, ao pontuar que os indivíduos sabiam muito pouco de si mesmos e eram tomados por forças que desconheciam.

O ideário iluminista, conforme até aqui exposto, tinha dois eixos básicos que o compunha: a fé na ciência como expressão da racionalidade sustentáculo da emancipação do homem e a crítica à dependência dos dogmas religiosos e da superstição. Ambos os aspectos são notórios na obra freudiana cuja crítica ao infantilismo do indivíduo retroalimentado pelas doutrinas

religiosas o afastaria de seu processo emancipatório de pensar por si mesmo (Freud, 1927/2011).

Freud é perfeitamente iluminista em sua fé na razão, em sua valorização da ciência e em sua hostilidade à religião e ao mito. Em seu combate contra as tutelas que infantilizam o homem, ele faz sua palavra de ordem a de Kant a favor da maioria humana e adotaria sem hesitar o grito de guerra de Voltaire contra a religião: *écrasez l'infâme* (Rouanet, 1993a, p.104).

Na obra “Futuro de uma Ilusão” (1927), Freud discute a concepção de religião e seu papel na economia psíquica dos indivíduos. Souza (2011) pontua que Freud, nessa obra, faz uma crítica incisiva ao que na época denominou de “infantilismo psicológico da humanidade” (p.469) e assume de forma explícita a sua posição frente ao esclarecimento como possibilidade de individuação. Tendo este estudo freudiano como base, Rouanet (1993a) aponta Freud como sendo um iluminista radical por conceber que o exercício da razão seria o caminho de fato a levar o homem a emancipação, mesmo sabendo que esse intento seria difícil de alcançar ao levar-se em consideração a tendência regressiva inerente ao psiquismo humano.

O estudo sobre a religião e os fenômenos de massa realizados por Freud foram cruciais para o entendimento dos limites da execução do projeto iluminista pautado na emancipação do homem pelo uso livre da razão. Freud nas obras “Psicologia de Massa e análise do Eu” (1921), “Futuro de uma Ilusão” (1927) e “Mal estar na civilização” (1930), apresentou tais fenômenos como sendo decorrentes da necessidade dos indivíduos procurarem restaurar seu sentimento de onipotência tão caro a eles. Em razão da vivência de desamparo constitucional dos indivíduos, atualizada pela premência das forças da natureza e as renúncias pulsionais impostas pela cultura, procurariam situações de vinculação nas quais pudessem se colocar a disposição do cuidado de outrem, sentido como forte e poderoso capaz de restaurar o sentimento de completude característicos do tempo primordial do narcisismo primário. Aqui se evidencia a posição de Rouanet (1993a) de afirmar que a psicanálise é a “consciência infeliz do iluminismo”, pois com o conhecimento da dinâmica psíquica, evidencia os frágeis elos da racionalidade.

Podemos dizer, amparados em Rouanet (1993a) e nos estudos apresentados no primeiro capítulo deste trabalho, que a razão é uma aquisição recente e inacabada no desenvolvimento filogenético do homem. Conforme exposto, a razão corresponderia aos processos secundários

realizados pelo Eu com o intuito de sobrepujar sempre que possível os processos primários por meio da atividade do pensamento cognitivo ou crítico, orientada pelo princípio de realidade. Contudo, tanto os processos secundários quanto o princípio de realidade são desdobramentos de funcionamentos anteriores, quais sejam: os processos primários e o princípio do prazer os quais permanecem operantes no psiquismo hoje e sempre. Na realidade são buscados avidamente pelos indivíduos...

a regressão a estágios infantis, anteriores à consolidação dos processos secundários é facilitada pela vulnerabilidade do Ego [...]. Mas além de fácil, essa regressão é ardentemente desejada, porque é uma fonte de prazer. A remoção dos entraves que a ontogênese impôs aos processos primários é prazerosa. O prazer resultante da supressão da barreira da inteligência é buscado no sonho, volta periódica ao paraíso perdido da infância, no rumo, em que o pensamento volta ao passado mais remoto, para recuperar o prazer infantil com a brincadeira (Rouanet, 1993a, p.105).

O princípio de realidade, para além de um desdobramento do princípio do prazer, é na realidade uma forma de garantir a sua realização, pois ao avaliar as injunções da realidade externa para satisfazer as necessidades pulsionais, o Eu age como mediador da satisfação, visando que esta aconteça de alguma forma, desde que preserve a integridade do psiquismo (Freud, 1911/2004). O pensar é o mecanismo psíquico implicado no processo de discriminação e compreensão do mundo, atuando como direcionador da energia libidinal para objetos e ações visando à satisfação. Segundo Rouanet (1993a), por meio da atividade do pensar os indivíduos podem buscar, mesmo que de forma sôfrega, escapar da compulsão a repetição característica do princípio do prazer. Abrir mão da minoridade, ou seja, de ser conduzido por outrem e não precisar se haver com o desprazer, muitas vezes desencadeados pela própria existência humana, é condição *sine qua non* para alçar maturidade de pensar sobre si a partir de si, podendo assim, libertar-se de injunções da cultura que lhes impusessem uma repressão pulsional além da necessária para a convivência em sociedade (Freud, 1930/1981), ou na atualidade, como explicitaremos posteriormente, pela imposição da exigência de prazer a todo custo (Garcia e Coutinho, 2004).

O homem certamente se encontrará em uma situação difícil: terá de reconhecer todo o seu desamparo, sua insignificância no mecanismo do mundo, não será mais o centro da criação e o objeto do cuidado terno de uma Providência bondosa. Ele estará na mesma condição da criança que deixou a casa paterna, tão aquecida e confortável. Mas não é verdade que o destino do infantilismo é ser superado? O homem não pode permanecer

criança para sempre; ele precisa sair finalmente para a “vida hostil”. Pode-se chamar isso de “educação para a realidade” [...] (Freud, 1927/2011, p.120, aspas do autor).

Conhecer a si e ao seu entorno sem dobrar-se ao desprazer que algumas representações e situações podem desencadear é a tarefa do Eu. Freud (1938/1981) mantém até seus últimos escritos a definição de um Eu forte e autônomo como sendo aquele que conseguiu agir como mediador tanto das pulsões e dos preceitos superegóicos quanto das ingerências do mundo externo, mesmo pontuando a sua fraqueza econômica e dinâmica. Lembremos que Freud (1923/2007), preconizou o Eu como sede da razão, contudo, não podemos pensar nessa razão como apartada das injunções pulsionais, pois são estas que o alimentam. Pelo contrário, a razão preconizada por Freud (1927/2011), remete o sujeito ao encontro com sua vida pulsional, no sentido de se apropriar da força motriz de transformação a ela intrínseca. Nas palavras de Rouanet (1989)

No registro moral, como sabemos, a razão sábia, interagindo com a paixão, produz a autonomia. Isto significa que o ego suficientemente maduro para administrar sua vida passional sem levar em conta nem os imperativos irracionais da moralidade externa nem os imperativos, muito mais irracionais, da moralidade interiorizada no Superego. Ele é seu próprio tribunal, e só ele julga que impulsos podem ser atendidos, como e quando, ignorando todas as tutelas, internas ou externas. A razão louca regula a vida moral pela defesa inconsciente; a razão sábia, pelo julgamento intencional (p.463).

A razão sábia não nega as injunções da realidade, mas também não sufoca o poder transformador das fantasias. O sujeito autônomo reconhece em si suas pulsões amorosas e agressivas podendo barrá-las, de forma consciente, e não por meio de mecanismos de defesa inconscientes, ou seja, se desapropriando de um saber de si importante. A renúncia se diferencia do recalque. O recalque extirpa da consciência uma parte da história do sujeito, impedindo-o de melhor se reconhecer e fazer suas escolhas. Já a renúncia implica no ato voluntário, ou seja, na escolha de um caminho e não outro na busca pela satisfação. E aqui se põe a questão dos processos secundários, pois como Freud (1927/2011) pontuou possibilita a sublimação das pulsões, buscando satisfações substitutas. A ação da inteligência permite ao Eu estabelecer o que nomeou de juízo de condenação, ou seja, a operação racional da inteligência em prol de dominar sem danos ao psiquismo inclusive o que lhe é hostil (Freud citado por Rouanet, 1989).

É essa razão a que Freud (1927/2011) se remete para pensar o processo de autonomia do sujeito. Ao passo que radicaliza a concepção de sujeito totalmente adaptado à ordem social vigente, pontuando que o mesmo pelo progressivo domínio da natureza devido ao avanço da ciência, pode pensar por si e admitir os desconfortos inerentes a sua condição frente às injunções da natureza, reconhece que há uma minoria detentora dos modos de produção que ao tomar a maioria recalcitrante como força de trabalho as remete a condição de massa. Justamente, a razão a serviço de uma classe social foi o alvo de crítica de Adorno e Horkheimer (1985). A essa razão cooptada para o benefício de uma minoria, podemos entendê-la como instrumento de dominação dos homens pelos próprios homens, razão instrumental (Adorno e Horkheimer, 1985; Hokheimeir, 2008) perdendo assim seu caráter emancipador para o de coerção em diversos níveis na vida dos indivíduos, evidenciando a discrepância entre o desenvolvimento do progresso científico do progresso cultural a que nos referimos. Passemos então, a análise da conversão da razão como possibilidade emancipatória para elemento de dominação no bojo da sociedade capitalista.

2.3 A “CONVERSÃO” DA RAZÃO EM RAZÃO INSTRUMENTAL

Na Idade Média o grande organizador simbólico da sociedade era o mito e o discurso religioso. A convivência entre os indivíduos, as explicações acerca dos fenômenos da natureza, a justificativa sobre a forma de organização social, etc., davam-se por meio das explicações fornecidas pelos ideais religiosos. Contudo, as Cruzadas e o desenvolvimento socioeconômico à época, mobilizaram mudanças definitivas na forma de entendimento do mundo e conseqüentemente na organização da convivência social (Sanches, 2007).

O ideário iluminista surge nesse momento histórico com o objetivo de emancipar o homem dos ditames do ocultismo e da submissão ao poder da natureza, para tanto fez a exaltação da Razão convocando os indivíduos a pensarem por si mesmo, saindo da condição de minoridade, ou seja, da aceitação inquestionável das explicações acerca do mundo e seus fenômenos dadas pela Religião (Kant, 1794/2011). O desenvolvimento das ciências possibilitaria uma interpretação do mundo mais objetiva e emancipatória, pois, supostamente, não teria objetivo de servir a ninguém além do próprio homem. Contudo, o desenvolvimento científico acabou servindo a necessidade de uma classe social que começou a surgir

concomitantemente ao progresso da ciência e da emancipação humana dos mitos e das ilusões da Igreja, qual seja, a burguesia.

Segundo Fabiano e Palangana (2009), a classe burguesa alcança a sua maturidade nas últimas décadas do século XVIII, data da primeira Revolução Industrial. A manufatura, como modo de organização de produção, mostrou sinais de esgotamento no início do século XVIII, pois não comportava a demanda que aumentava continuamente. Com o objetivo de aumentar a produção o saber científico foi incentivado a sistematizar novos métodos de produção, incluindo desde o desenvolvimento de máquinas até novas formas de divisão de trabalho dentro das fábricas. Os trabalhadores, mão de obra desqualificada oriunda do campo, não precisavam conhecer todo o processos de produção de um determinado bem tal como os artesãos conheciam, para eles bastavam dominar a técnica necessária à realização da atividade que lhe competia na produção do bem final. Os indivíduos dentro da nova divisão do trabalho deixam de deter não só os meios de produção, mas também, a totalidade do processo que lhes permitiam reconhecer o valor de seu trabalho e o saber imbricado no processo podendo nele criar e se reconhecer narcisicamente, no produto de seu trabalho. Destarte afirmam os autores:

Aos poucos, a produção manufatureira incrementa a divisão do trabalho, dobra a vontade do homem e coopta, prioritariamente, sua força física. Coloca entre parênteses suas habilidades gerais e, em troca, propicia-lhe habilidades específicas, rapidez e segurança no manejo dos instrumentos de trabalho. O indivíduo, absorvido por uma função parcial, **é privado da compreensão e da capacidade de análise do processo produtivo** como um todo. Junto com a objetividade, a subjetividade humana é modificada. **A percepção, a sensibilidade, a concentração, a atenção, enfim, as faculdades humanas são moldadas de acordo com a tarefa empreendida. A consciência individual perde o parâmetro de auto-reconhecimento.** Desarma-se a identidade formada no aprendizado e na prática do ofício (Fabiano e Palangana, 2001, p.4, grifo nosso).

O desenvolvimento dos modos de produção por meio dos avanços científicos que, sob o ideário iluminista teria por objetivo emancipar o homem das injunções da natureza, bem como mediar às relações humanas em prol de um viver comum harmonioso, sob os interesses da burguesia transformaram-se em modos de dominação ainda mais extenuantes. Não só a sua força de trabalho lhe é expropriada, mas também os elementos simbólicos que constituem a totalidade de seu trabalho interferindo de maneira incisiva na forma de compreensão do mundo. A percepção fragmentada do processo falseia a consciência dos indivíduos que por

não dominar a totalidade não tem acesso aos elementos necessários para elaborar a crítica ao processo de dominação ao qual estão sendo submetidos (Horkheimer, 2002).

O engenho e arte do poder do homem sobre a natureza nos primórdios da Modernidade passou a ser a engenharia de uma arte de dominar o próprio homem e o ambiente social em que vive. Inegavelmente, os avanços tecnológicos e científicos, ocorridos no processo do desenvolvimento da sociedade industrial, trouxeram grande conforto e bem-estar à vida humana. Entretanto, não se pode deixar de considerar os níveis de regressão social que essa forma de organização do trabalho produziu na desfiguração do indivíduo, tomando-o como objeto e não como sujeito da produção da existência (Fabiano e Palangana, 2011, p.2).

Horkheimer (2002) ao analisar a evolução da filosofia da Razão na cultura ocidental pontua que “a razão em seu sentido próprio de *logos* ou *ratio*, sempre esteve essencialmente relacionada com o sujeito, com a sua faculdade de pensar” (p.12), o seu papel estava necessariamente ligada ao bem estar do homem, no seu melhor viver em sociedade, expressar pelo pensar emancipado das aparências, em verdade buscando sempre ir para além dela de forma a não ceder a nenhuma ilusão que pudesse se interpor entre o homem e seu domínio da natureza. Contudo, ao ser posta a serviço da produção mercadológica em benefício de uma classe social específica, a razão perde sua característica emancipatória.

[...] o século XIX tornou-se o momento histórico em que o conhecimento produzido pelos homens foi revestido pelo imperativo da utilidade. *Ser útil* tornar-se-ia o fator preponderante à produção e à aplicação do conhecimento. O conhecimento científico, que até o Iluminismo tinha uma relação com a verdade, no sentido de esclarecer os elementos que determinam o funcionamento dos fatos para não entendê-los apenas no plano dogmático, perdeu tal característica. O interesse do universo burguês, que então já se determinava de forma consolidada, subjugou o conhecimento ao imperativo do lucro. (Sanchez, 2007, p.40)

Adorno e Horkheimer (1985), ao problematizarem o conceito de Esclarecimento, o fizeram com o intuito de apresentar uma argumentação que provocasse o desconforto necessário para despertar a crítica, sendo esta fundamental para a saída do homem da barbárie. Os autores argumentaram que a intensão da *Aufklärung*, traduzido na obra como Esclarecimento, era o de subjugar as explicações irracionais baseadas no mito e substituí-las pelo produto da razão, o saber. Entretanto, o significado de razão e saber seria radicalmente diferente do vicejado no

ideal iluminista. Com a ascensão da burguesia, de simples moradores de vilarejos de rotas comerciais, a classe dominante e a concomitante mudança no plano da economia de subsistência para a economia de mercado, o esclarecimento foi resignificado com os ideais inerentes a tais transformações sociais. Nas análises de Adorno e Horkheimer (1985), o esclarecimento, ao pretender substituir o mito, tornou-se ele próprio o mito à medida que sua força transformadora e revolucionária sucumbiu ao paradigma do utilitarismo, pervertendo-se em recurso necessário à manutenção da lei e ordem sociais emergentes no contexto do iluminismo: **o capitalismo**. Ao ser esvaziado de seu potencial questionador, cedendo a pressão de manutenção do modelo social até então emergente, o esclarecimento deixou de reconhecer em seu bojo os **elementos regressivos inerentes ao contexto social** em transformação. **O esclarecimento acaba por desumanizar o homem ao contrário do mito que inclusive humanizava seus deuses**, pois “a razão como órgão destinado a perceber a verdadeira natureza da realidade e determinar os princípios que guiam nossa vida começou a ser considerada obsoleta” (Horkheimer, 2002, p.23).

A ciência é uma das produções culturais instituída para beneficiar o homem, tornando sua sobrevivência mais confortável possível. Evidente que a eletricidade, os meios de transportes, a engenharia civil, a medicina, por exemplo, tornou a vida humana mais fácil, **entretanto seu enlace ético com o homem se desfez ao se transmutar em mero instrumento de dominação** a serviço da manutenção do poder de uma minoria, a burguesia. Conforme a análise de Adorno e Horkheimer (1985) a ciência produzida sob a lógica do esclarecimento não estaria de fato relacionado à produção de sentido e sim vinculado a algo que fosse passível de ser convertido em algo prático. O saber acumulado, a ciência, teria dois definidores essenciais: a utilidade e a calculabilidade.

A operação, o cálculo e o procedimento eficaz forneceriam as condições para que tivéssemos a certeza de caminharmos em terras bem mais firmes que o efêmero terreno da metafísica. A transformação da matéria deveria ser efetuada por um cálculo preciso e eficiente. Ficariam afastadas quaisquer justificativas sobrenaturais. Era chegado o tempo em que os deuses deveriam ser reconhecidos como embustes ou como projeções dos desejos humanos de compreensão da relação entre si mesmos e com a natureza. Sonhava-se então com um sistema dedutivo único, de caráter lógico-formal, capaz de solucionar todos os problemas oriundos das relações sociais (Pucci et al, 2000, p.47).

Evidencia-se que o homem durante o trajeto da ciência moderna emancipou-se do mito, mas foi derrubado pela razão instrumental, esvaziada de amparo simbólico capaz de mediar as

angustias inerentes aos homens. A razão como possibilidade de compreensão do mundo por meio da reflexão calcada na experiência, foi cooptada pelos interesses da burguesia e atrelada ao processo de produção visando lucro. A resposta ao sonho de libertação da opressão dos dogmas da Igreja e da supremacia da natureza pelo uso livre da razão tornou-se de fato o pesadelo de dominação dos homens pelos próprios homens. A extração da mais valia em cima do trabalho do homem transformou sua força de trabalho em mercadoria. Não sendo proprietário dos meios de produção, o trabalhador dentro da fábrica passa a ser apenas uma peça da engenharia de produção. Seu conhecimento sobre o processo de produção fora fragmentado a tal ponto que além de não se reconhecer no seu trabalho, elemento identitário importante, tem sua capacidade cognitiva esvaziada, pois coloca toda sua capacidade criativa a serviço de um trabalho heterônomo que não a requer e nem a desenvolve (Fabiano e Palangana, 2011). Os bens produzidos pelos indivíduos devem seguir somente a lógica da utilidade. Se não serve para algo, deve ser questionado não com o objetivo de melhorar as condições da vida humana e sim com inserção mercadológica. Infelizmente, **a lógica utilitária aqui apresentada não seria a da adaptação social necessária para o convívio em grupo, mas a massificação que torna todos idênticos em suas supostas necessidades garantindo assim, a rotatividade da mercadoria** (Adorno, Horkheimer, 1985).

a transformação de todos os produtos da atividade humana em mercadorias só se concretizou com emergência da sociedade industrial. As funções outrora preenchidas pela razão objetiva, pela religião autoritária, ou pela metafísica, tem sido ocupadas pelos mecanismos reificantes do anônimo sistema econômico. É o preço pago no mercado que determina a oferta de uma mercadoria e a produtividade de uma espécie de trabalho (Horkheimer, p.45, 2002).

O mito que o esclarecimento tanto buscou superar intencionava estabelecer uma comunicação simbólica relatando algo, trazendo sua origem, explicando e dando sentido as vivências humanas. A razão, pautada na liberdade difundida e cerne da Idade Moderna, defendida por Kant, para Adorno e Horkheimer (1985), levaram os homens a se alienarem daquilo que objetivavam apoderar-se ao tornar a natureza pura objetividade. **A ciência pragmática, objetivante e factual promove, segundo os autores, um sistema de signo desligados, ou seja, destituídos de qualquer intenção de superação do sistema vigente.** “No trajeto para a ciência moderna, os homens renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade” (Adorno e Horkheimer, 1985, p.21).

O Esclarecimento, tanto para Kant quanto para os autores frankfurtianos, compreende a capacidade de se questionar a ordem social posta, revendo todas as explicações dadas como definitivas sobre a natureza e sobre as relações humanas estabelecidas. Segundo Adorno e Horkheimer (1985) “só o pensamento que se faz violência a si mesmo é suficientemente duro para destruir os mitos” (p.20). Em outras palavras, **a razão deve ser capaz de refletir a si mesma com condição de ser crítica** (Adorno e Horkheimer, 1985). No entanto, o pensar torna-se automático e pragmático sob a égide dos interesses econômicos que passaram a nortear o desenvolvimento humano com mais ênfase após o surgimento da categoria de indivíduo. Nas palavras de Horkheimer (2002), “é como se o próprio pensamento tivesse se reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um programa estrito, em suma, tivesse se tornado uma parte e uma parcela da produção” (p.26).

A razão posta a serviço da acumulação econômica, sob o signo da calculabilidade, promoveu **a reificação do pensamento num processo automático, limitando-o à capacidade de repetir o que lhe é posto como dado imediato e a razão serviria unicamente a produção de novos instrumentos de dominação**. Agora não mais da natureza, mas também dos homens. Para Adorno e Horkheimer (1985) esse domínio aconteceu via coisificação da razão, entendendo essa como a razão utilizada como instrumento universal a serviço da fabricação de todos os demais instrumentos. A conversão de razão em razão instrumental foi levada às últimas consequências por seu enlace histórico com o desenvolvimento econômico, pois o princípio de troca passou a imperar.

O terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. **Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma** (Adorno, Horkheimer, 1985, p.114, grifo nosso).

Adorno e Horkheimer (1985) já advertiam que a maldição do progresso irrefreável era a irrefreável regressão. A desumanização do homem pelo próprio homem aponta para a cisão que razão instrumental promoveu entre a experiência do mundo sensível e o pensamento. A razão instrumental pautada na ciência enquanto técnica voltou-se contra o seu próprio senhor. A ciência que teria por objetivo assenhorar o homem sobre a natureza, garantir/facilitar sua existência bem como possibilitar uma interpretação do mundo livre de dogmas, ou seja “trazer luz às trevas impostas pelo mito”, transformou-se em pesadelo impondo a todos os níveis sociais a reprodutibilidade mecânica da acumulação do capital.

A razão instrumental a semelhança do dogma impõe uma explicação única dos fenômenos sociais, caracterizando-se como uma falsa razão. No plano cognitivo, segundo Rouanet (1989), observa-se uma falsa consciência dos fenômenos sociais, na incapacidade de reconhecer os elementos irracionais do processo de produção que subjulga o homem a máquina e a lógica do capital; e no plano moral a heteronomia de se conduzir por princípios morais alheios a própria história de vida.

CAPÍTULO III – O ESPRAIAMENTO DA RACIONALIDADE TÉCNICA ATÉ O RECÔNDRITO DAS SUBJETIVIDADES HUMANAS

Neste capítulo, analisaremos a partir das significativas mudanças dos modos de produção, atrelados ao desenvolvimento tecnológico, as transformações subjetivas implicadas pela objetividade social. Isso porque, a visão de homem que permeia nossa pesquisa entende que, “[...] a história do indivíduo e a história da cultura estão interligados entre si e com as relações de produção, o que significa dizer que as alterações sociais que implicam em um controle maior da natureza, implicam, também, alterações na personalidade” (Crochik, 1990). Sendo assim, cada momento histórico forjam determinados indivíduos adequados para a manutenção da hegemonia do *status quo* dominante (Conh, 1986). Destarte, apresentaremos algumas características do capitalismo de produção e sua transmutação para a acumulação flexível, com base no consumo, momento histórico que vivemos atualmente (Bauman, 2001,2010), objetivando evidenciar a mudança fundamental dos ordenadores sociais, suportes para o processo de subjetivação dos indivíduos (Freud, 1923/2007, 1930/1981).

Articularemos a teoria freudiana do eu como mediador entre mundo externo e mundo interno e sujeito autônomo da teoria crítica para discorrermos sobre o impacto da sociedade administrada sob a subjetividade do homem contemporâneo. Esta articulação se justifica, pois conforme analisamos são os processos secundários fundamentais para a progressiva autonomia do indivíduo, e é justamente a ação destes que vem sendo alijada mediante os ditames da sociedade pautada no consumo como modo de acumulação de capital – que impõe a lógica da descartabilidade e da satisfação imediata – e que tem nos meios de comunicação de massa, principalmente na televisão – o elemento central nos modos de socialização dos indivíduos contemporâneos em detrimento das instituições como família, escola e igreja (Severiano, 2010; Kehl, 2003 e 2005; Turcke, 2010; Adorno, 2008; 1996; 1986b).

3.1 DO *HOMOS ECONOMICUS* AO *HOMOS LUDENS*: O DESLOCAMENTO DO CAPITAL DA PRODUÇÃO PARA A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Na segunda metade do século XIX, uma preocupação latente foi a de preparar o indivíduo para o plano do liberalismo econômico. Os sistemas sociais tais como os de urbanização e arquitetura, educacionais, bancário, fabril passaram a serem organizados orientados segundo as necessidades do capitalismo, enquanto modelo produtivo. O utilitarismo aplicado à razão adquire um grande peso totêmico e a verve está em legitimar e sustentar o modelo de bem comum outorgado no âmbito das revoluções burguesas. A estatística e os modelos físicos matemáticos utilizados como recurso filosófico de contraposição ao dogma e ao teocentrismo medieval passam a ser a grande meta produtiva. O saber começa a ser objetivamente aplicado à produção mercantil, salvaguardando interesses sociais burgueses. Com a reorganização dos meios produtivos impulsionados pela revolução industrial e as reorganizações do trabalho por meio do modelo de divisão de tarefas e o aperfeiçoamento das ferramentas de produção viabilizaram uma contingência histórica de tal forma que o trabalho converteu-se em fonte de riqueza. Com o advento da industrialização a ligação estabelecida no campesinato entre terra, trabalho humano e acumulação de riqueza é deslocado para o eixo trabalho/riqueza. Ou seja, não é mais necessário ter algo além de suas próprias forças para conseguir acumular riquezas, o trabalhador tem sua força de trabalho como elemento de troca (Bauman, 2001). Se no feudalismo a terra era o modo de acumulação e de subsistência, com o advento das indústrias **o trabalho passa a ser a fonte de obtenção da subsistência para o proletariado e de acumulação para o burguês** (Bauman, 2001). Se por uma demanda social constitui-se um ser com poder de senhor feudal na figura do capitalista, pela apropriação da ciência em prol do desenvolvimento de modos de produção, construiu-se, na contramão, a figura do vassalo transubstanciada em proletariado.

O dismantelado “modelo tradicional de vida” de que o trabalho era parte antes de sua emancipação estava para ser substituído por uma nova ordem: desta vez, porém, uma ordem pré-projetada, uma ordem “construída”, não mais o sedimento do vagar sem objetivo do destino e dos azares da história, mas produto do pensamento e ações racionais. Ao descobrir que o trabalho era a fonte da riqueza, a razão tinha que buscar, utilizar e explorar essa fonte de modo mais eficiente que nunca (Bauman, 2001, p.164).

Neste contexto socioeconômico, o indivíduo necessário para a solidificação do capitalismo de produção deveria coadunar com o ideário racionalista difundido à época. Segundo Severiano (2010), nesse modelo de acumulação todo excedente deve converter-se em produção, logo todo o desenvolvimento intelectual e material deveria estar voltado para o aumento da produção de bens de consumo. O propósito nessa fase do desenvolvimento do capitalismo era o da acumulação. A riqueza burguesa estava na materialidade da sua fábrica e de seus estoques, ou seja, havia a necessidade de se ampliar os meios de produção como forma de produção da riqueza. Sob esse ideário, dever-se-ia abdicar do gozo dos bens de consumo, investir em trabalho árduo, satisfazer-se em acumular e garantir o domínio de si não sucumbindo aos prazeres imediatos oferecidos pela aquisição dos bens produzidos. A ética protestante, de acordo com Severiano (2010), reportando-se a Weber, foi de suma importância para sustentar simbolicamente o indivíduo necessário para a construção das grandes fábricas, templos do ideário moderno, do capitalismo de produção. Sob a perspectiva protestante, abdicar-se do consumo em prol do trabalho e da acumulação, do investimento e aperfeiçoamento dos modos de produção eram interpretados como sinal da validação divina de que suas renúncias não estavam sendo em vão. O modelo de homem no capitalismo pesado ou sólido (Bauman, 2001) seria o que Severiano nomeou como *homo economicus*, definindo-o como,

um indivíduo racional, soberano em suas decisões de compra, que supunha realizar seus intercâmbios econômicos num “mercado livre” e de concorrência “perfeita”, com hábitos e estilos de vida muito estruturados, individualizados, voltados para a poupança e para o consumo instrumental, orientado fundamentalmente pela condições objetivas e funcionais do produto (2010, p.125).

Bauman (2001) aponta o modelo de produção fordista como a expressão máxima do capitalismo de produção e do ideário Moderno da razão aplicada à acumulação de capital. Henry Ford, o precursor do modelo de produção automobilística fordista, trouxe para o seio do capitalismo o ideário de bens duráveis e a noção de verticalidade. A dimensão de acúmulo como valor social já estava arraigado nos homens; nesta modalidade de produção os *homo economicus* eram os protótipos de indivíduos perfeitos para serem os soldados da produção. O valor social era de que os bens produzidos pelos homens deveriam durar por toda uma vida. A concepção de verticalidade implica que todos os processos envolvidos na produção estivessem sob o comando único do dono da fábrica (Gounet, 2002). O Fordismo caracterizou-se pela introdução da esteira nas fábricas, aumentando o ritmo da produção

consideravelmente, em contra partida, imobilizando os indivíduos inclusive fisicamente, a gratificação na execução de seu trabalho **e a imposição de um ritmo externo marcando o modo de apreensão do mundo**. O indivíduo não mais dominava a arte de seu ofício e muito menos o tempo necessário para a sua execução.

Entre os principais ícones dessa modernidade estavam à fábrica fordista, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obediente e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda espontaneidade e iniciativa individual (Bauman, 2001, p.33-34).

O soldado da produção não precisa pensar para elaborar suas atividades, pois a administração científica da produção já havia feito por ele. Seus movimentos eram previamente determinados, o espaço físico a ocupar na fábrica estava pintado no chão e o tempo de execução marcado pelos cronômetros dos supervisores (Gounet, 2002). A acumulação do capital estava na exploração da mais valia sobre o trabalho realizado pelos indivíduos; havia assim um enlace fortificado entre capital e trabalho, estabelecendo uma mutua dependência entre o capitalista e o trabalhador, por isso a mentalidade de longo prazo era possível, pois não existia acumulação de capital sem a presença do trabalhador, em outras palavras, poderíamos pensar em uma “estabilidade relativa” (Bauman, 2001, p. 168).

Todavia, com o contínuo investimento nos meios e na administração da produção, solidificando cada vez mais o vínculo entre o desenvolvimento científico com o capital, desembocou em 1929 na crise de superprodução que abalou a economia mundial, pois a produção havia excedido a necessidade de consumo da população. A produção era em massa, mas até então não havia a preocupação de que a distribuição também o fosse, logo o escoamento da produção não acompanhava os ritmos das fábricas. Surge nesse contexto a necessidade de se **transmutar o indivíduo que privilegia o consumo norteado pela necessidade para o indivíduo que necessita norteado pelo consumo** (Severiano, 2010). Os modos de produção capitalista norteiam tanto a organização dos modos de subsistência quanto o de ordenação simbólica na sociedade. O *homo economicus* não poderia mais ser comedido em seus gastos e no controle dos impulsos carniais a espera da recompensa divina. Para escoar as mercadorias presentes no pátio das empresas era necessário inculcar uma nova forma de ser e estar nas relações sociais.

Assim como a busca “racional” de lucro, que animou os primeiros produtores capitalistas, se inscreveu dentro de um *ethos* e de um contexto material específico, também, a atual

busca “irracional” e desejanse por consumo possui um *ethos* específico, desenvolvendo-se através de um longo processo histórico, donde a complexificação das relações econômicas e tecnológicas, nas sociedades capitalistas avançadas, veio a ocasionar a inversão de uma máxima da ética protestante, responsável, então, pelo impulsionamento do sistema capitalista: não consumir, ou consumir somente aquilo que é absolutamente necessário para a sobrevivência e para uma vida sóbria. A atual máxima da “sociedade de consumo segmentada” inverte-se: consumir sempre para muito além do “necessário”. Entretanto, isto hoje, não mais obstaculiza o desenvolvimento do capitalismo, mas, pelo contrário, é o seu principal propulsor (Severiano, 2010 p.125).

Seria necessário mudar toda uma forma de pensar que fora perpetrada por séculos. Os indivíduos submetidos a uma lei cientificamente comprovada, ordeiros, fiéis aos donos das fábricas, contidos em seus impulsos, os soldados da produção não seriam mais o perfil ideal para sustentar a nova metamorfose do capital (Bauman, 2001). Por essa razão, segundo Severiano (2010), houve a necessidade de se educar as massas principalmente pela publicidade que a partir das décadas de 20 e 30 emergem como uma instância cultural e simbólica de extrema significação, no que tange a ação normativa, antes relegada apenas aos grupos primários (família, escola, igreja).

Essas mudanças são potencializadas com o avanço tecnológico que teve seu marco na invenção do *microchip* na década de 70. Nesse período histórico ficou caracterizado pela “[...] ruptura do paradigma industrial e tecnológico, pelo advento da microeletrônica, pelo avanço das telecomunicações e pelo incremento da automação [...]” (Lisboa, 2002, p. 35). Foram essas inovações tecnológicas que propiciaram transformações na base técnica de produção, no sistema informacional e de comunicação. Essas alterações permitiram uma maleabilidade ao capital impensável em qualquer outro momento histórico (Bauman, 2001), ou seja, o modo de produção se altera radicalmente, logo os ideais norteadores também. Maleabilidade esta facilmente percebida no fato de o capital financeiro predomina sobre o capital produtivo (Bauman, 2001), ampliando-se o livre comércio e a globalização financeira, acirrando-se a concorrência em escala mundial, em outras palavras: é a transnacionalização do capital. Essas transformações só foram possíveis devido ao avanço tecnológico de base microeletrônica. O enfraquecimento das ligações entre capital e trabalho faz com que o trabalhador fique extremamente vulnerável ao mercado econômico global. O descompromisso do capital com o trabalhador acentua-se, pois graças à automação o processo de produção depende cada vez de menos trabalhadores. A geração de lucro está agora mais atrelada a circulação de produtos,

logo na competitividade de mercado. O instalar e desinstalar de fábricas, predominante, nos países subdesenvolvidos, é um desdobramento desse processo, pois as fábricas aproveitam subsídios tributários cedidos pelos governos com a promessa de geração de empregos e riquezas, exploram a mão-de-obra barata e quando recebem um convite mais atrativo (lucrativo) removem sua base de produção com destino ao novo oásis de exploração, deixando para trás uma leva de trabalhadores aturdidos e desorientados. Soma-se a essa instabilidade a que o trabalhador é lançado, a diminuição progressiva de muitos postos de trabalho, em decorrência do fenômeno da automação e da intensificação do trabalho àqueles que estão empregados, tendo por maior consequência destes fatos o aumento do desemprego e do subemprego. **A flexibilidade é a chave do negócio.**

Mais uma vez é a indústria automobilística que introduz as mudanças significativas não só no modo de produção, mas também, nas formas de subjetivação. O modelo fordista não era compatível com as condições físicas do Japão, pois o território é muito pequeno e não comportava os grandes pátios de estocagem muito menos fábricas enormes. O modelo de produção desenvolvido foi o Toyotismo. Segundo Gounet (2002), esse modo de produção caracteriza-se pela exploração da capacidade cognitiva dos trabalhadores, objetivando tornar a empresa mais competitiva. A qualificação do trabalhador é um requisito nessa nova modalidade de produção, além do condicionamento de suas sensações e percepções que as indústrias requeriam ao colocá-lo fixo na esteira, com a automação flexível, o Capital se apropria também das habilidades técnicas e mentais dos indivíduos. “[...] aptidões da cabeça mais do que das mãos; do lógico mais do que do artífice; dos nervos mais do que dos músculos; do piloto mais do que trabalhador braçal; do técnico de manutenção mais do que do operador” (Marcuse, citado por Fabiano e Palangana, 2001). Esse trabalhador deveria ser flexível e polivalente (Lisboa, 2001), para se adequar ao Toyotismo. Em linhas gerais esse modo de produção caracterizava por produzir segundo demanda, logo maior variedade de produtos, o trabalho era em equipe e cada qual deveria saber as atribuições de seus parceiros, e o principal: produção *just time*. A produção era realizada no menor tempo possível e podendo ser alterado o produto a ser produzido em tempos ainda mais apertados. A própria experiência com tempo é alterada em razão da necessidade mercadológica. Segundo Oliveira (2009),

entre a vida marcada pela posição do sol ou pelos sinos das igrejas medievais e a vida que se acelera, encurralada entre os minutos e segundos cada vez mais exatos a partir do advento da modernidade, divisa-se o motor dessa transformação: o modo de produção

capitalista, as exigências e imposições de mercado nos redemoinhos do consumo estimulado e imposto pela capital. **É preciso acelerar a produção e o consumo, é preciso consumir e consumir-se, o capital não pode parar, tem que reproduzir-se e ampliar-se** (p. 104, grifo nosso).

Outro aspecto importante é a mudança ocorrida nas estruturas das fábricas. A verticalidade da fábrica fordista é substituída pela horizontalidade de produção no sistema toyotista. As antigas fábricas tornaram-se ilhas de produção, leves e capazes de mudar conforme a demanda. Quanto menos funcionários, menos peças a serem produzidas dentro na matriz, **mais flexível tornava-se e, portanto mais competitiva**, e conseqüentemente inibindo ainda com mais fervor laços de solidariedade entre os indivíduos. A diminuição progressiva dos postos de trabalho decorrente da automação flexível, **a lógica de longo prazo fora substituída pela de curto prazo** para atendimento da demanda. O trabalho em equipe na Toyota significava lançar os trabalhadores uns contra os outros, pois a meta deveria ser alçada independente do rendimento individual. A competitividade, a flexibilidade e a ameaça perene de ter a garantia de sua subsistência negada pelo desemprego estrutural, levam os indivíduos a permanecerem “dócil, incapaz ou não desejosa de oferecer resistência organizada a qualquer decisão que o capital venha tomar” (Bauman, 2001, p. 173). A instabilidade e a incerteza é uma poderosa força desagregadora.

[...] A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há mais como saber quem acordará no próximo dia em qual divisão, a idéia de “interesse comum” fica cada vez mais nebulosa e perde todo o valor prático.

Os medos, ansiedades e angústias contemporâneas são feitos para serem sofridos em **solidão**. Não se somam, não se acumulam numa “causa comum”, não têm endereço específico, e muito menos óbvio (Bauman, 2001, p. 170, grifo nosso).

De acordo com Bauman (2010), a lógica da modernidade líquida fragmenta as possibilidades de reivindicação e discussão sobre as condições sociais perpetradas em benefício de uma minoria. Ao lançar os indivíduos uns contra os outros ou mesmo louvarem o individualismo, não há como reconhecer o ataque sofrido em comum. Sofre sozinho e “neste mundo novo, pede-se aos homens que busquem soluções privadas para problemas de origem social, e não soluções geradas socialmente para problemas privados” (Bauman, 2010, p.50). A desarticulação entre os indivíduos é fundamental dentro dessa nova etapa do capitalismo. A produção por demanda, flexível, *just time* colocou definitivamente o consumidor no seu

epicentro. O ato de consumir é solitário e segundo Bauman (2001), “não surpreende, pois que hoje o principal compromisso do capital seja com os consumidores e só nessa esfera se pode falar de ‘dependência mútua’” (p.174, aspas do autor).

Na transição do capitalismo de produção para o capitalismo flexível, a ênfase, de acordo com Lasch (1986), passaria de se ter “posse de coisas” a de “consumo de coisas” (p.19). Ao possuir coisas a dimensão de durabilidade ainda estaria preservada; já no âmbito do consumo a descartabilidade seria marcante. No mundo das mercadorias flutuantes – tomadas contudo como suportes identitários – sentimentos de dependência, desorientação e perda de controle, passam a ser cotidianos remetendo os indivíduos a um “estado de desconforto e ansiedade crônica” (Lasch, 1986, p.19). Mais tais sentimentos não poderiam paralisar os indivíduos em seus atos de consumo, e sim ser magistralmente manipulados para criar a falsa ideia de que consumir poderia amenizar seu sofrimento. Na sociedade administrada, a relação com a mercadoria é posta como modelo de resolução de conflito e apaziguamento do sofrimento gerado pela própria condição social esclerosada.

Conforme Adorno (1986a), o espraiamento da lógica da mercadoria emprenha-se em todas as relações humanas extirpando a consciência sustentando o conformismo com a ordem social posta, entendida como natural, portanto **fragilizando o indivíduo que se percebe como incapaz de solucionar suas demandas e de reconhecer os despautérios das injunções sociais**. Nas palavras do autor, “[p] Pretendendo ser o guia dos perplexos, e apresentando-lhes de maneira enganadora os conflitos que eles devem confundir com os seus a indústria cultural só na aparência os resolve, pois não seria possível resolve-los em suas próprias vidas (Adorno, 1986a, p.98).

Para tanto, segundo Kehl (2005), foi necessário uma mudança radical na forma de dominação na qual, “[...] Tornar a opressão, a exploração, todas as formas de dominação, desejáveis, é resultado das estratégias contemporâneas de socialização e inclusão na ordem social: não mais operam pela repressão/ renúncia mas pela sedução e oferta de gozo” (s.p) Com a promessa de felicidade, ausência de conflito, oferecidas nos rótulos de shampoo a sensação de saciedade é tão fugaz quanto o tempo da propaganda, grande oráculo da contemporaneidade, é necessário constituir um novo caráter, um novo modelo libidinal, que sustente a nova demanda social (Adorno, 1986b).

Na sociedade do consumo, como a aquisição de bens deve ser contínua para que a produção possa constantemente ser renovada, os indivíduos devem abrir mão de todo um ideário de

adiamento, necessário para a produção, e passar a vivenciar sob a égide de um tempo de satisfação imediata. O *homo economicus*, sustentáculo da modernidade sólida, deu lugar ao *homo ludens* (Severiano, 2010). À luz da autora o que observamos é o “[...] surgimento de um novo *ethos*, não mais orientado pela moral puritana e racional do capitalismo nascente [produção], mas baseado num modelo hedonista e lúdico, cujos valores fundamentam-se na “autorrealização” e na “felicidade”, buscadas no próprio ato de consumir” (p.126, aspas da autora).

3.2 PARA ALÉM DOS PORTÕES DAS FÁBRICAS: A EXPROPRIAÇÃO DA SINGULARIDADE ATRAVÉS DAS ONDAS ELETROMAGNÉTICAS

Até aqui analisamos como a razão aplicada aos meios de produção reduziu o indivíduo a acessório da maquinaria, sendo esta que dita o ritmo e o modo pelo qual as ações físicas e mentais serão organizadas. Partindo da premissa marxista de que o modo de produção das condições materiais de vida forjam as relações sociais e a apreensão do mundo pelos indivíduos, podemos depreender que o desenvolvimento do capital interfere na forma com que os mesmos atuam sobre as condições concretas de sua existência. A administração científica da divisão social do trabalho condiciona o campo experiencial dos indivíduos limitando/forjando sua percepção, concentração, atenção e vinculação humana (Fabiano e Palangana, 2001), criando uma **consciência coisificada da realidade social no qual o indivíduo está inserido** (Adorno e Horkheimer, 1985). Mantendo a observação de Fabiano e Palangana (2001) que “Junto com a objetividade, a subjetividade humana é modificada” (p.4), faremos uma pequena digressão acerca da concepção de tempo fundada sob as bases capitalista para elencarmos elementos para compreender o ardil da expropriação da subjetividade humana pela manipulação inclusive do tempo livre por meio dos instrumentos da indústria cultural (Adorno, 1986a). Para tanto leiamos em Bucci (2001):

eu gosto de pensar que o relógio foi inventado porque era o único aparelho capaz de medir o trabalho humano que se converteu em mercadoria. Quando a força de trabalho se transforma em mercadoria, é preciso haver uma unidade para medir essa mercadoria a ser comprada e vendida. Tudo bem, vão dizer que o relógio foi inventado porque os trens precisavam de horários unificados ou, antes disso, porque era preciso haver um processo

de padronização das medidas do tempo nos vastos territórios dominados pelos países que nasciam com a construção do Estado moderno, mas o relógio surge como medida de tempo linear. E o que é que se media em tempo, em hora corrida? A quantidade de trabalho. Hoje quando nós encaramos a ubiquidade da televisão e sua instantaneidade, a simultaneidade tanto dos processos comunicativos como das transações do capital, estamos encarando uma outra escala de tempo, que agora atende a uma nova necessidade do capital refeita em necessidade de urgência comunicacional (p.89-91).

Na sociedade capitalista, afirma Millan (2002), a relação entre tempo, espaço e poder social significa dinheiro, conseqüentemente a crescente “monetização” (p.53) das relações sociais alteram substancialmente a concepção de tempo e espaço. O lucro está, como vimos, no menor tempo empreendido para execução do produto, pois isso denota um menor tempo de capital parado, pois afinal “tempo, como se sabe, é dinheiro; eis por que o tempo sempre cumpriu um papel decisivo no capitalismo” (Kurz, 1999). A aceleração tanto da produção quanto da vida social esta intimamente ligada a dominação do poderio econômico nas experiências humanas. O calendário universalizado, segundo Millan (2002), é um exemplo da uniformidade da mediação do tempo difundido no mundo todo como parâmetro econômico, social e político. A história do capital traz a reboque o esvaziamento subjetivo das dimensões tempo e espaço, pois sua experiência estaria mediada de forma incisiva pelos ordenamentos econômicos, imprimindo seu ritmo e sua onipresença graças, principalmente, pelo desenvolvimento técnico-científico. De acordo com Virilio, citado por Amancio (2006)

Depois da era da aceleração energética dos motores a vapor, a explosão ou ainda do motor elétrico, vem, pois, a era da aceleração informática dos últimos motores, motor da “inferência lógica” do computador e de seu programa, “motor de realidade” do espaço virtual e programa de busca da rede das redes, em que a velocidade do cálculo toma o lugar do turbo compressor do motor do automóvel, ou ainda da velocidade das turbinas e propulsores da aviação supersônica... A velocidade absoluta dos novos meios de transmissão telemáticos vem dominar, por sua vez, a velocidade relativa dos antigos meios de transporte, e a aceleração local dos veículos dá lugar à aceleração global dos vetores de uma informação em vias de globalização (p.81, aspas do autor).

As transformações técnico-científicas, propiciaram a transmutação da experiência espaço-tempo, pois em tempos de capital global a necessidade de se chegar o mais rápido possível em qualquer ponto do planeta institui a velocidade como uma necessidade intrínseca a garantia da competitividade no mercado e a pressa como uma virtude aos homens (Santos, 2001, s.p). Se

a dimensão espacial, segundo Virilio (1993), envolvia a premissa de se estar presente, o desenvolvimento tecnológico modificou radicalmente esta concepção ao permitir via a transmissão das ondas eletromagnéticas à chegada de informações instantaneamente dos lugares mais longínquos do planeta.

O mundo de hoje parece existir sob o signo da velocidade. O triunfo da técnica, a onipresença da competitividade, o deslumbramento da instantaneidade na transmissão e recepção de palavras, sons e imagens e a própria esperança de atingir outros mundos contribuem, juntos, para que a idéia de velocidade esteja presente em todos os espíritos e a sua utilização constitua uma espécie de tentação permanente. Ser atual ou eficaz, dentro dos parâmetros reinantes, conduz a considerar a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude (Santos, 2001, s.p).

Na atualidade, o indivíduo enquanto corporeidade não precisa estar presente para ter a experiência de algo, pois tudo chega a ele, mesmo aquilo que jamais teria acesso se dependesse da sua presença física (Virilio, 1993). Sendo assim, “o distanciamento, o apuro de linguagem e o exercício da investigação cedem motivação para a fugacidade dos fatos, cuja memória fica comprometida pela **superexposição informacional deslocada da experiência particular do receptor**” (Costa, 2009, p. 119). Apesar de todas as informações chegarem ao indivíduo pelos meios de comunicação devido ao avanço tecnológico, nenhuma de fato consegue ser registrada **devido ao excesso que assolapa todos os sentidos perceptivos e cognitivos dos indivíduos, uma vez que o corpo e o psiquismo têm limites para absorção dos estímulos e conseqüentemente para a sua organização e registro** (Freud, 1895/2003, 1920/2004). É em razão desse desequilíbrio entre a informação obtida pelos órgãos dos sentidos e a informação mediatizadas pelas tecnologias de comunicação de massa que “[...] terminamos por transferir nossos julgamentos de valor, nossa medida das coisas, do objeto para sua figura, da forma para sua imagem” (Virilio, 1993, p. 40). **Pensar é fazer experiências, mas no contexto da aceleração irrefreável do capital é justamente essa dimensão que se perde**, lançando os indivíduos a condição de passividade, logo de não metabolização psíquica de suas experiências, ficando “**a mercê do irrepresentável que os habita e que os deixa sem palavras**” (Macedo, Werlang e Dockhorn, 2008, p. 70, grifo nosso). Lembremos apoiados em Mitrovitch (2007) que: “[...] quanto maior a possibilidade de estímulos e excitações externas, isto é, quanto maior a possibilidade de choques, mais alerta estará o sistema perceptivo da consciência, o que significa que armazenará uma menor quantidade de traços mnemônicos” (p.79). Hoje se vive um tempo sem memória, pois esta vai

contra os preceitos de descartabilidade imposto pelo capitalismo flexível, na realidade os indivíduos gabam-se sem perceber de sua própria desgraça ao rirem-se de sua falta de memória (Bauman, 2010). A desarticulação promovida pela ausência do registro de memória é característica da situação traumática, na qual como vimos, é **rompido o escudo protetor do aparelho psíquico – o Eu** – inundando de um a mais de excitação com o qual é incapaz de lidar, ou seja, de transformar a energia livre em energia ligada por meio da atividade voluntária do pensar, mantendo o indivíduo preso na repetição compulsiva característica da situação traumática (Freud, 1895/2003, 1920/2004). A compulsão a repetição aponta para o desespero da dor de uma memória danificada e “essa dor, sem trégua, encontrará no ato, um caminho para ‘representação’; essa negociação psíquica cobra um preço algo: **atordoado pelo excesso, o sujeito se vê inexoravelmente, prisioneiro de seu fazer**” (Macedo, Werlang e Dockhorn, 2008, p. 78, aspas da autora, grifo nosso).

Ao entendermos a concepção de tempo como elemento ordenador da subjetividade, dos processos psíquicos secundários, é que se faz premente a análise dessa categoria em sua perspectiva histórica de forma, inclusive, apontar que não existe uma única maneira de se experienciar a temporalidade tal como os ideais da racionalidade técnica nos faz crer ao tentar manter os indivíduos presos à passividade inerente a condição de expectadores (Debord, 2009). Segundo Santos (2001), a dimensão achatada da história presa a um presente eterno e com uma visão/explicação única dos fenômenos históricos permeadas **pelo excesso e a violência da velocidade sob os órgãos dos sentidos humanos e da capacidade elaborativa** é

própria a uma minoria, e não tem e nem busca sentido. Serve à competitividade desabrida, coisa que ninguém sabe para o que realmente serve, de um ponto de vista moral ou social. Fruto das necessidades empresariais de apenas um punhado de firmas, tal velocidade põe-se a serviço da política de tais empresas. E estas arrastam a política dos Estados e das instituições supranacionais. E aí se situa a matriz de um grave equívoco. Porque, vista historicamente, a técnica não é um absoluto (Santos, 2001, s.p).

Nas sociedades pré-capitalistas, por exemplo, a concepção de tempo não era linear e sim cíclica. Segundo Kurz (1999), as sociedades agrárias experienciam o tempo de forma cíclica, na qual os ritmos temporais são repetições constantes regulados por ciclos cósmicos e sazonais. Nestas sociedades, “existem formas inteiramente diversas de tempo que transcorrem paralelamente e cuja aplicação varia de acordo com o objeto ou a esfera de vida a que se reporta a percepção temporal: ‘cada coisa tem seu próprio tempo’” (p.1, aspas do autor). Na

Antiguidade e na Idade Média, como a religião tinha a primazia sobre a economia, o tempo de festas e ritos era mais importante que o tempo dedicado à produção. O tempo destinado ao trabalho tanto nas zonas rurais quanto nas oficinas dos artesãos na Europa Medieval não era acachapado pela necessidade da produção em série, mesmo que com meios modestos, a produção não era um fim em si mesmo, esvaziado como hoje, trazia em si o prazer e o ócio. O ritmo da produção era determinado pela necessidade e pela vontade do produtor, de tal maneira a atividade laboral era percebida como estruturante e revigorante da subjetividade, autodeterminada, sem a pressão da concorrência. Sendo senhor de seu próprio tempo, as pausas entre o tempo dedicado a produção poderiam ser o suficientemente longas para estabelecer longas conversações entres os pares. A transmissão do ofício e das tradições culturais permitia a construção de ideais comuns de identificação, fortalecendo os laços afetivos de amparo entre os indivíduos e a possibilidade de criação e transformação da realidade social experienciada de forma singular (Adorno, 1996).

O tempo do capital é radicalmente diferente. Como Bucci (2001) pontuou, a partir da conversão da produção em trabalho, o tempo passou ser a unidade de medida dessa mercadoria. A revolução capitalista, de acordo com Kurz (1999), consistiu sobremaneira em desvincular a dita economia de todo contexto cultural e de toda necessidade humana; tudo é feito, produzido e vivido no tempo linear criado pela necessidade econômica de produção. O tempo da produção é racionalmente organizado de forma a não se perder tempo. O tempo é expropriado do trabalhador que passa a viver sob o ritmo que lhe é determinado pela máquina e pelo detentor do capital. As atividades cada vez mais fragmentadas tornam o trabalho morto, pois é “submetido ao tempo inumano, abstrato e insaciável dos relógios e cronômetros” (Gagnebin, citado por Mitrovitch, 2007, p. 83). Não há sublimação, arejamento na produção do trabalho morto, pois os indivíduos não conseguem se reconhecer no resultado de seu trabalho, logo não promove a vivência de satisfação e de reconhecimento narcísico, justamente por não mais dominar a totalidade do processo.

Por essa razão, segundo Kurz (1999), houve-se a necessidade de se desvincular o tempo livre do tempo de trabalho. O tempo de trabalho era percebido pelo operário como tempo morto, em contrapartida, para o capitalista o tempo livre não tinha serventia nenhuma, decorrendo daí a necessidade se administrar inclusive o tempo livre do trabalhador, por isso o autor nos alerta para não confundirmos o tempo livre do operário regido pelas normas da economia com o ócio dos trabalhadores autodeterminados. O tempo livre do trabalhador, segundo Adorno e Horkheimer (1985), passou a ser administrado pela elite dominante com o objetivo de

integrar deliberadamente os indivíduos a lógica do capital por meio do entretenimento massificado como estratégia de controle do tempo livre, de modo a não permitir que o indivíduo localize a expropriação sofrida no passar das horas de sua própria individualidade.

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho (Adorno e Horkheimer, 1985, p.128).

A administração do tempo livre perpassa pela difusão dos bens simbólicos, nos quais predominam a lógica da razão instrumental do **ser útil**, ou seja, a sua finalidade é a adaptação e o ajustamento dos indivíduos aos ditames do capital. Por essa razão Adorno (1996), pontua que se trata não de cultura, mas sim de uma semicultura, uma vez que a finalidade não é fornecer amparo para a individualização humana e sim à sua **expropriação por meio da padronização e unificação na massa**. Na produção de bens culturais marcadamente atravessados pela lógica econômica, portanto comprometida com a dominação social, amortece o potencial crítico dos sujeitos, pois a **dimensão emancipatória que a cultura ofereceria está cada vez mais embotada**.

A lógica da mercadoria ao penetrar em todos os vínculos e produções humanas traz em si a marca da racionalidade instrumental dominadora, formalizada no que Adorno e Horkheimer (1985) definiram como indústria cultural, ou seja, toda a produção humana materializada em cultura estaria submetida ao ideário de acumulação de capital e não no de emancipação humana. Em Evangelista (2003),

a partir da reprodutibilidade mecânica de bens culturais padronizados, o progresso técnico **vai costurando, mediante diversos setores – rádio, cinema, revistas –, a coesão e a unidade do sistema**. Sob o pretenso atendimento ao gosto do consumidor, promove-se seu nivelamento, sua normalização e padronização – ditados pelos setores mais poderosos da indústria, aos quais se submete a indústria cultural (p.96).

A cultura produzida com a finalidade de integração forçada ao sistema, a indústria cultural, “[...] é construída de forma a não propiciar aquilo que não pode cumprir desde o seu começo: a garantia de uma sociedade racional, livre e igualitária” (Pucci et al, 1999, p.55). Na

concepção da Escola de Frankfurt, a indústria cultural se caracteriza por sua não identidade, ou seja, não se identifica com a mercadoria objetivamente, nem tão pouco com a cultura ao passo que se identifica de modo totalitário com a ideologia hora vigente. Conforme observa Cohn (1986, p.19), a indústria cultural não pode ser considerada cultura, porque está “[...] subordinada à lógica da circulação de mercadoria e não mais a sua própria”, nem pode, tão pouco, ser considerada indústria, pois “[...] tem mais a ver com a circulação do que com a produção”. Na concepção de Leo Maar (2001), a indústria cultural configurasse como o amálgama “[...] dos âmbitos da ‘civilização’ – produtora das mercadorias como necessidades – e a ‘cultura’ – produtora das consciências que tem precisão destas necessidades” (p.106).

Por meio de artifícios de entretenimento, veiculados em massa, a dominação do indivíduo se torna ainda mais mordaz. Ao propiciar um excesso de informação de forma lúdica, reforçando que o momento de lazer seria o do relaxamento, os indivíduos não se encontram em estado de expectativa necessário para desencadear o pensar, objetivando analisar as incoerências do que lhe é oferecido, pelo contrário, “[...] a indústria cultural se faz presente, trazendo a falsa diversão, a atividade que distrai no sentido literal do termo, isto é, que desencaminha, que desorienta, que empobrece o exercício mental, a percepção e a sensibilidade” (Pucci et al, 1999, p.13). Segundo Adorno (1986), essa forma de entretenimento é característica do modo de produção contemporâneo pois,

esse modo de produção que engendra temores e ansiedade quanto a desemprego, perda de salário e guerra tem o seu correlato “não-produtivo” no entretenimento: isto é, num relaxamento que não envolva nenhum esforço de concentração. As pessoas querem divertir-se. Uma experiência plenamente concentrada e consciente de arte só é possível para aqueles cujas vidas não colocam um tal *stress*, não impõem tanta solicitação, a ponto de em seu tempo livre, eles só quererem alívio simultaneamente do tédio e do esforço, toda a esfera da diversão comercial barata reflete esse duplo desejo. Ela induz ao relaxamento porque é padronizada e pré-digerida. [...] **O tempo de lazer desses usuários serve a apenas para repor sua capacidade de trabalho** (p.136-137, grifo nosso).

Por essa razão, o tempo livre criado no seio do capitalismo tardio não pode ser confundido com o ócio, pois não tem em si a característica de atividade independente e autodeterminada **condições fundamentais para o exercício reflexivo emancipatório** (Adorno e Simpson, 1986). O tempo livre do lazer na sociedade administrada é a continuidade do tempo laboral, “formação continuada” dos indivíduos sustentáculos do modo de produção, de tal maneira que neste contexto tempo livre é sinônimo de tempo de consumo “[...] **o vazio da aceleração foi**

capaz de tomar posse do que restava da vida; as formas raquíticas de descanso foram substituídas por um hedonismo enfurecido de idiotas do consumo, um hedonismo que comprime o tempo livre da mesma forma que, antes, o horário de trabalho” (Kurz, 1999, p.3, grifo nosso).

3.3 A “AUTONOMIA” DA ESCOLHA NA SOCIEDADE ADMINISTRADA

Ser moderno é ser um consumidor; modernizar é em última instância, manter tanto um modo de vida consumista quanto a capacidade de participar da cultura do consumo (Don Slater, 2002)

O consumo hoje, não mais se configura como aquisição de bens materiais, evoluímos, se pudemos assim dizer, para o consumo inclusive de identidades (Bauman, 2009). Na sociedade administrada, o consumo tomado como o grande elemento socializador, adquiriu papel central na vida dos indivíduos, pois regidos pela lógica da descartabilidade, da flexibilidade e do prazer a todo custo, os outros indivíduos não são tomados em sua alteridade como suportes identificatórios e assim, a mercadoria que teria por finalidade tornar a vida humana mais confortável, passa na atualidade a ser suporte identificatório e mesmo de elementos capaz de **dar sentido há própria existência humana** (Adorno, 1986a; Bauman, 2010; Turcke, 2010; Slater, 2002).

Segundo Severiano (2010), na sociedade do consumo identitário, ou espetacular (Debord, 2009) o que pode ser percebido é um duplo fetiche da mercadoria. Retomando Marx, a autora explicita que valor de troca intrínseco na fabricação da mercadoria na era industrial produzia o ocultamento de todas as relações sociais imbricadas neste processo. A comercialização se daria entre troca de dinheiro pela mercadoria requisitada, uma relação supostamente estabelecida entre objetos concretos e naturais. Ainda, segundo a autora, “as relações sociais são, portanto, projetadas numa forma aparente, que é a forma-mercadoria, e o valor desta passa a significar, para a consciência espontânea, uma propriedade objetiva das coisas” (p.129). Na sociedade contemporânea o fetiche não caberia somente ao ocultamento das relações sociais implicadas na sua produção, logo as relações de exploração e dominação. A

mercadoria na atualidade agrega em si, supostamente, **aspectos intrínsecos a subjetividade como ideais de felicidade, liberdade e realização humana**. Severiano (2010) afirma que “com a atual expansão, sem precedentes, de uma infinidade de objetos de consumo, não só as relações sociais de trabalho ficam camufladas, na forma-mercadoria, mas também se incorporam a ela cada vez mais poderes imateriais” (p.130); a mercadoria agora não só oculta as relações sociais, mas agrega em si a condição de valor-signo, representa além da materialidade *status* e distinção social. **O consumo adquiriu, assim, a dimensão de referência identitária**. Conforme Turcke (2010), “a mercadoria *x* não deve apenas deleitar, mas ao mesmo tempo, proporcionar um determinado estilo de vida, uma atitude, um pertencimento social” (p.54).

A mudança de atitude frente ao ato de consumir implicava, segundo Lasch (1986), na necessidade **de enfraquecer a capacidade de julgamento dos indivíduos** (Freud, 1923/2007) que por décadas foram educados para postergar sua satisfação e consumirem norteados pela necessidade. Os indivíduos não poderiam mais acreditar na sua capacidade de discernimento e menos ainda em sua capacidade de autogerir, pois caso assim não o fizessem a máquina econômica não funcionaria. Para tanto, segundo o autor, inicia-se um movimento maciço de veiculação dos ideais de inserção social via consumo, radicalizado com os avanços tecnológicos aplicados aos meios de comunicação de massa. Não só mercadorias eram disponibilizadas pelas propagandas habilmente orquestradas pelos publicitários, os verdadeiros soldados do capital na era da imagem, mas também modelos identificatórios impregnados dos ideais a serem buscados desesperadamente pelos indivíduos. As mercadorias ao ganharem cada vez mais roupagens de conteúdos afetivos, promessas de satisfação **sem o árduo trabalho do pensar como mediador entre desejo e sua realização** (Freud/1895/2003), mobilizam a lógica inconsciente que, como nos afirma Kehl (2003), não é moral, não segue normas, não encontra contradições, e funciona primordialmente por imagens. O que se vende além de produtos, **são fantasias de satisfações irrestritas e supostamente sem ônus para os indivíduos** (Lasch, 2003). Mas o que observamos é que “não ter uma logo significa de agora adiante ficar sem nome, sem individualidade, sem pertencimento, em suma perdido” (Turcke, 2010, p.54).

A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual todo “ter” efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda

realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que não é (Debord, 2009, p.18, aspas do autor).

Kehl (2003) ao analisar os modos de subjetivação na atualidade propõe a articulação entre o conceito de Indústria Cultural e Sociedade do Espetáculo como forma de compreender a exacerbação do individualismo, logo do **esmaecimento do indivíduo**. Segundo a autora, o princípio seria o mesmo: a dominação da lógica econômica sobre toda e qualquer produção humana, ou seja, tanto material quanto cultural. O indivíduo é subsumido na totalidade social esmaecendo a sua própria singularidade forjando-se enquanto pseudo-indivíduos (Adorno 1996). As identificações estruturantes, capazes de sustentar simbolicamente os indivíduos enquanto alteridades, são deslocadas para **assimilação inquestionável das imagens orquestradas pela classe dominante**.

São essas **imagens** (ainda quando seja construídas com palavras) que apelam a um conjunto indiferenciado de pessoas, anulando as diferenças pela via das identificações e apagando o lugar e as condições de sua enunciação. **Imagens enunciadas por “ninguém” e dirigidas a “todos” são hoje o principal produto da cultura de massas** (Kehl, 2003, s.p., aspas da autora, grifo nosso).

Segundo Kehl (2003), na sociedade do espetáculo gerida pela necessidade econômica de uma minoria, e habilmente orquestrada pelos publicitários, que ao apelarem justamente para a lógica do desejo fragilizam a potencialidade da singularização, pois coletivizam o inconsciente via saturação de imagens reduzindo o desejo à satisfação de necessidades.

A saturação de imagens que evocam representações do desejo inconsciente – reveladas pelo avanço técnico das pesquisas de *marketing* e positivadas nas imagens da publicidade, do cinema, das telenovelas e dos programas de auditório – **dispensa os consumidores/espectadores da responsabilidade pela dimensão singular do inconsciente**. Isso é o oposto do recalçamento; é a materialização e a **mercantilização do inconsciente**. [...] O que se produz é **uma versão do “inconsciente coletivo”** em escala industrial, com o conseqüente “apagamento” dos sujeitos do inconsciente. (Kehl, 2003, s.p. aspas da autora, grifo nosso).

As imagens difundidas via mídia, principalmente pela televisão, são manipuladas para representar os interesses econômicos da classe dominante, pois como afirma Debord (2009) “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (p.25). Tais imagens são pré-concebidas com o intuito de fazer circular as mercadorias disponibilizadas,

logo o que os indivíduos **creem desejarem e exercerem a sua autonomia de escolha** ao selecionar um objeto em detrimento do outro não percebem que o objeto já estava disponível e pré-determinado antes mesmo de sua vontade. Ao contrário, **sua vontade foi deliberadamente manipulada para dar adesão ao que lhe é oferecido**. Segundo Adorno (1986b), “o julgamento das necessidades corretas e falsas teria de ser feito de acordo com uma visão da estrutura geral da sociedade, com todas suas mediações. O fictício hoje deforma todo e qualquer atendimento das necessidades e é inconscientemente percebido sem questionamentos [...]” (p.71). Na condição de espectador que a sociedade espetáculo, o indivíduo está passivo frente à enxurrada de informações que lhe chegam inviabilizando a potencialidade de se apropriar delas passando a ser vivido por elas, neste sentido “[...] quanto mais ele contempla, menos vive. Quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo [...]” (Debord (2009, p.24). Quanto mais socializado na sociedade do espetáculo, menos singular esta o indivíduo, menos se reconhece no seu fazer e no seu pensar.

O enfraquecimento da capacidade de julgar as necessidades individuais e a competência de supri-las, não é prerrogativa do capitalismo tardio. Inicia-se com o desenvolvimento da sociedade industrial, pois como condição de seu desenvolvimento os indivíduos deveriam deixar de produzir individualmente o que necessitavam para sua subsistência e adquirir o que era comercializado em larga escala. Nas palavras de Lasch (1986) “O industrialismo, por sua própria natureza tende a desencorajar a produção doméstica e a fazer com que as pessoas fiquem dependentes do mercado” (p.20). Sob essa perspectiva, o consumismo não seria antitética a produção e sim sua outra face, pois a situação de dominação sobre o homem impingindo sua total adesão aos meios sociais como forma de sobrevivência física e psíquica se manteria.

O exercício repetido da autovigilância constrangida, da submissão ao julgamento dos especialistas, da descrença em sua própria capacidade de tomar decisões inteligentes, seja como produtores seja como consumidores, falseia as percepções das pessoas tanto em relação a elas mesmos como ao mundo que as rodeia. [...] seja como trabalhador ou como consumidor, o indivíduo não apenas aprende a avaliar-se face aos outros mas a ver a si próprio através dos olhos alheios; aprende que **a auto-imagem projetada conta mais que a experiência e as habilidades adquiridas** (Lasch, 1986, p.21, grifo nosso).

Nesse contexto, a **performance**, o parecer ser, ganha centralidade na organização subjetiva dos indivíduos submetidos ao ideário de socialização necessário para a manutenção da ordem

econômica vigente. A concepção de centralidade da imagem foi discutida por Debord (2009) ao definir a sociedade contemporânea como sendo organizada e gerida a partir de jogos de imagem. A centralidade na formação do caráter, no senso de continuidade, na experiência da atividade ovacionados na era industrial, foi substituída pelo ideário do parecer. Segundo o autor “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (p.13, grifo do autor).

A experiência e a relação com o objeto permitindo o estranhamento, logo a ativação dos processos do pensar como forma de reconhecer e transformar a realidade circundante (Freud, 1895/2003), foi corrompida ao ser secundarizada em relação ao domínio da imagem sobre a materialidade. Os indivíduos não se relacionam com o objeto em si na sociedade do espetáculo e sim com a ideia veiculada sobre ele. Ou seja, “o espetáculo domina os homens vivos quando a economia já os dominou totalmente. ele nada mais é que a economia desenvolvendo-se por si mesma. **É o reflexo fiel da produção das coisas, e a objetivação infiel dos produtores**” (p.18, grifo nosso). A primazia da imagem não é antagonica a objetivação do indivíduo, pelo contrário, é a exacerbação da lógica mercadológica sobre o mesmo. Lasch (1986) explicita que “cada vez mais, as nossas impressões sobre o mundo derivam não das observações que fazemos, tanto como indivíduos quanto como membros de uma comunidade mais ampla, mas de elaborados sistemas de comunicação, que vomitam informações [...]” (p.119). **A comunicação essencialmente imagética**, segundo Kehl (2001), não requer do sujeito uma posição ativa na compreensão do que lhe é informado, logo **dispensa a necessidade do pensar**. O pensar por imagens, tipicamente a dos sonhos, remete a condição básica de que o pensar é realização de desejo (Freud, 1900/1996). As imagens trazem em si tanto o desejo quanto a sua satisfação, “cada imagem apresentada é como se fosse um microfragmento de gozo que o espectador consegue obter” (Kehl, 2001, p.41). Por isso Severiano (2010) enfatiza a dimensão unilateral da sociedade administrada,

pois esta se caracteriza principalmente pela abundância e por uma racionalidade instrumental dominadora, porém sutil, na qual o “progresso técnico”, aliado aos mais sofisticados meios de comunicação, passou a direcionar o homem de forma imperceptível, fabricando seus desejos e necessidades, **paralisando a consciência crítica e transformando a sociedades num mundo sem oposição** (p.132, aspas da autora, grifo nosso).

O Eu, como instância mediadora entre mundo externo e mundo interno, acaba por ser deslocado, secundarizado, uma vez que a satisfação deixa de requerer uma mediação. **No mundo das imagens a atenção** – mecanismo do eu que propicia a investigação do mundo externo como forma de reconhecê-lo e armazenar informações a serem utilizadas em estados desiderativos (Freud, 1895/2003) – **é direcionada não pela vontade dos sujeitos**, mas sim pelas **informações contundentes e sedutoras fornecidas pelos meios de comunicação de massa**. A propaganda não é mais somente um meio de comercializar mercadorias, tornou-se ela própria a comunicação que (Turcke, 2010) “supera a finalidade de venda, à qual exclusivamente serve, tornando-se autorreferencial” (p.36). Os indivíduos forjados no espetáculo são autoreferenciais, propagandas de si mesmo pois no mundo das imagens “fazer propaganda de si próprio torna-se um imperativo e autoconservação” (Turcke, 2010, p.37). **Pela primazia da imagem que convoca os indivíduos a permanecerem atentos, ligados, em seus imperativos de visibilidade**, Lasch (1986) pontua que os meios de comunicação de massa “[...] estimulam uma atenção sem precedentes nas imagens e impressões superficiais, a um ponto em que **o eu torna-se quase indistinguível de sua superfície**” (p.21, grifo nosso).

Como dissemos, para operar a mudança ideológica que sustentasse a nova forma de acumulação de riqueza foi necessário lançar mão dos recursos de comunicação em massa que atrelados aos ordenamentos econômicos em benefício da burguesia passou a veicular formas de ser e estar, incutindo nos indivíduos o **sentimento de desconfiança de si mesmo**, uma vez que deveriam sempre estarem prontos para aderir a uma nova demanda de mercado (Lasch, 1986). O consumo como eixo para o desenvolvimento econômico requer indivíduos sempre prontos a aderir ao novo produto apresentado, logo independente da história, gostos e experiências individuais, todos devem consumir o que o mercado oferece (Bauman, 2010). Os objetos engodos escamoteiam justamente a dimensão histórica de sua produção, das relações sociais estabelecidas para a sua construção, conferindo a ele um ar de natural “de que as coisas são por si mesmas”, extraindo todo o processo de dominação nele imbrincado (Severiano, 2010). Apartados de sua concepção histórica os indivíduos assimilam de maneira imediata elementos que se constituem historicamente, logo passível de intervenção e mudanças. O escamoteamento ideológico propiciado pela apresentação da imagem, via indústria cultural (Adorno, 1986a), **como totalidade em si mesma do processo social, confere um ar de imediatismo**, além de urgência. Os indivíduos na atualidade concebem seu mundo **fundando em um eterno presente sem possibilidades de retardar suas satisfações**

em prol de uma busca sublimada e do retorno libidinal gratificante. Neste sentido Kehl (2003) afirma que

Nossa alienação é semelhante à do operário analisado por Marx: uma parte de nosso tempo de vida é cedido à acumulação do capital, pela via do consumo das imagens, sem que nós tenhamos consciência disso; ao contrário: uma parte de nosso tempo de vida é cedido para a acumulação do capital, pela via do consumo das imagens, enquanto nós pensamos que estamos apenas nos divertindo e usufruindo **do “excesso” de liberdade de escolhas que nos é oferecido.** Não nos damos conta de que todas essas escolhas são a mesma escolha, e que nossa liberdade limita-se à liberdade de nos deixar seduzir pela paixão da servidão. A alienação, no modo de produção do capitalismo avançado que é, predominantemente, **produção de imagens**, abarca a todos na medida em que **as imagens convocam a todos, sem exceção. O apelo das imagens publicitárias dirige-se a um cidadão genérico** (s.p.).

Sob o impacto da realidade escamoteada pela indústria cultural o indivíduo é levado a crer, a todo instante, que esta sendo livre para escolher o que consumir e mesmo quem ser, como pelas injunções sociais atuais não consegue analisar as contradições inerentes no modo de organização da vida em comum, adere cada vez mais arduamente à condição de heteronomia necessária para a manutenção do *status quo* (Adorno, 1996). Ainda reportando-nos a Adorno,

[...] A indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto de seus consumidores. Na medida em que nesse processo a indústria cultural inegavelmente especula sobre o **estado de consciência e inconsciência de milhões de pessoas** as quais ela se dirige, as massas não são, então o fator primeiro, mas um elemento secundário, um elemento de cálculo; acessório de maquinaria. O consumidor não é rei como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é sujeito da indústria, mas seu objeto (Adorno, 1986a, p. 92-93, grifo nosso).

A diferença é massacrada, contudo de forma velada, pois ao ser veiculado ao indivíduo de forma sedutora todos os ordenadores simbólicos mercantilizados, insuflando-o a condição de singular, ele não tem os elementos necessários da realidade social para discernir entre a sua necessidade e o seu desejo, da imposição orquestrada por outrem. Neste contexto a cultura transformada em mercadoria perde sua dimensão transformadora ao servir de amparo aos homens, permitindo sua apropriação, **mas acima de tudo sua transcendência.** A racionalidade instrumental se embrenha de forma sorrateira em toda e qualquer produção

cultural, extirpando seu caráter de resistência ao ser regida pelas leis da ordenação econômica. A cultura sabidamente transformada em mercadoria ratifica a estereotipia e a padronização as quais todos os indivíduos estão expostos (Adorno, 1996).

A cultura tornou-se ideológica não só como supra-sumo das manifestações subjetivamente acalentadas do espírito objetivo, mas na mais ampla escala também como esfera da vida privada. Esta, com a **aparência de importância e autonomia**, esconde que só se arrasta ainda como apêndice do processo social. A vida se converte em ideologia da reificação e, a rigor, em **máscara mortuária**. (Adorno, 1986, p.87, grifo nosso).

Os indivíduos forjados pela cultura reificada, são na verdade pseudo-indivíduos (Adorno, 1986). A formação da singularidade dependeria da capacidade de interiorização dos indivíduos, recorrendo a sua própria história de vida para individualizar-se. Entretanto, ao tomar como **suporte identitário as celebridades instantâneas produzidas pela indústria cultural ele se padroniza com a totalidade**. Segundo Maia (2005), os homens na atualidade somente conseguem se nomear a partir dos bens de consumo que adquirem tirando deles a sua identidade. A profusão de imagens/mercadorias oferecidas via os meios de comunicação não conferem elementos diferenciadores, pelo contrário, amplia a possibilidade de captura dos homens tornando-os ainda mais heterônomos. Ou seja, **“a subjetividade do sujeito parece ter sido dissolvida a tal ponto que ele se vale do objeto como fonte predominante de referência, como suporte primordial de identidade em detrimento dos vínculos com a alteridade”** (Severiano, 2010, p.129, grifo nosso). As referências identitárias manipuladas ideologicamente, com objetivo claro de manter os indivíduos heterônomos, são internalizadas inconscientemente, de modo a desintegrar toda e qualquer capacidade/potencialidade de singularização ou de dar um sentido único a sua própria existência. Segundo Caniato (2009),

essa é a perversão dos processos identificatórios, é a supimpa forma de que se valem as sociedades autoritárias para a captura das subjetividades. As identificações passam a ser feitas não com o próximo – que desqualificado, tornou-se desprezível e/ou até perigoso – mas com objetos distantes, abstratos, que não dão o retorno afetivo na idealização que deles fazem os indivíduos. **Cada qual está efetivamente só e enfraquecido** [...]. As identificações se processam no âmbito de um simbólico enganoso, no qual a irracionalidade dessa maquinação social se torna assimilável pelas fantasias inconscientes dos sujeitos. Os modelos identificatórios impostos socialmente são cuidadosamente

preparados para se tornarem atraentes [...] e, porque escamoteadas suas dimensões de opressão, **servem à imediatez não seletiva do princípio do prazer** (p.197).

O encontro com a alteridade que permitiria pelo jogo identificatório o fortalecimento do Eu é substituído pelo consumo do outro, que passa a ser visto como objeto de prazer egóico do indivíduo, só tendo função enquanto mantém esta condição, pois caso contrário é descartado. Na sociedade administrada, calcada no hedonismo esfuziante, no qual os indivíduos estão sempre prontos a aderirem à nova demanda de mercado que lhe acena a promessa de gozo e felicidades mediante a aquisição de bens de consumo, na busca pela satisfação imediata não é preciso realizar o **esforço necessário para pensar sobre si, se havendo com os conflitos decorrentes entre seus desejos e os suportes simbólicos mediadores**, ou seja, **o Eu é descartado**, pois “[...] os meios de comunicação fazem um zeloso esforço para contar-nos quem e o que somos [...]” (Lasch, 1986, p.120).

As promessas de satisfação veiculadas pelo discurso midiático são impossíveis de serem realizadas, mas são insistentemente oferecidas aos indivíduos como verdades absolutas. Kehl (2005) aponta que o “[...] espetáculo é a positivação desse acontecimento abstrato (fase invisível do poder) que é a acumulação de capital. Ele torna o engajamento subjetivo cada vez mais consistente, na medida em que é cada vez mais inconsciente” (s.p). Os indivíduos ao não terem acesso aos elementos da realidade social, internalizam de forma inconsciente os preceitos veiculados de forma glamorosa pela mídia com o único objetivo de manter a roda do consumo girando. Sendo assim, ao não se ter os elementos objetivos desta realidade para compreender a falácia do discurso ideológico, os indivíduos são tomados por sentimentos de culpabilidade (Freud, 1930/1981), imputando a si mesmo a impossibilidade de serem felizes como os preceitos a eles determinados socialmente. Na sociedade administrada cabe à publicidade operacionalizar tanto a venda da mercadoria quanto a implantação do discurso ideológico dominador.

O que a publicidade propõe aos consumidores em potencial é uma pseudo escolha.

“Seja livre: escolha o melhor modelo de automóvel do mercado – da marca x. Aqueles que podem comprar um carro naquela faixa de preço perceberão que as marcas se equívalem; para os que não podem – uma grande maioria – a escolha não se coloca. Os que não se incluem entre os que podem comprar, ficam de fora. Fora da representação. Fora do discurso. Ou são incluídos pela via da identificação com as imagens: esta a “fabricação concreta da alienação” a que se refere Debord (Kehl, 2003, s.p., aspas do autor, grifo nosso).

O grande engodo da indústria cultural, segundo Adorno e Horkheimer (1985), é justamente a conciliação forçada entre o particular e o geral. **A integração social na atualidade configura-se como a adesão total e impensada dos indivíduos as condições objetivas da sociedade**, reputando a si mesmos, a responsabilidade de serem ou não reconhecidos por seus iguais. O contato com a realidade passa a ser mediado pela indústria cultural, mas é percebida como imediata pelos sujeitos que, ao não estranharem as informações que lhes são dadas como imediatas, **não desencadeiam o processo de pensar**. Pelo contrário, conforme afirma Cohn (1986): “Na linguagem de Adorno a ideologia apresenta os dados da experiência social como imediatos, como dados sem mais, quando na realidade são mediados por um processo que os produziu” (p.11); e sua eficácia está “[...] na capacidade para vedar o acesso aos resultados da atividade social como produtos, **mediante o bloqueio da reflexão sobre o modo como foram produzidas**” (p.11, grifo nosso). Seus informes sobre os indivíduos os acometem a nível inconsciente, conforme Cohn (1986), pois além de falsear os dados da realidade também reprime mantendo-os sempre prontos a retomar a consciência. Por essa razão Kehl (2005) afirma que “[...] o espetáculo produz adesão inconsciente à ordem social que ele traduz em imagens. Este o sentido de nossa radical alienação, hoje: **o inconsciente trabalha para os modos mais abstratos de reprodução e concentração de capital**” (s.p., grifo nosso). Expropriados do que tem de mais íntimo os indivíduos são tomados pela totalidade autoritária imposta de forma glamourizada, logo **impossibilitando ainda mais, pois encantados e distraídos, o pensar reflexivo inerente a condição de autonomia** (Adorno, 1996). Thompson (2009, p.134) ao analisar a teórica postulada por Adorno e Horkheimer afirma que

o desenvolvimento da indústria cultural é parte intrínseca do processo de crescimento da racionalização e retificação nas sociedades modernas, um processo que torna os indivíduos **cada vez menos capazes de pensamento independente e sempre mais dependente dos processo sociais sobre os quais eles possuem pouco ou nenhum controle**.

A individualidade é sacrificada sob a lógica da razão instrumental, que ao administrar todos os recursos simbólicos lançam os indivíduos na totalidade da massa, universalizando o princípio da troca tanto na dimensão objetiva como na subjetiva (Adorno e Horkheimer, 1985). Neste sentido, Zuin (2001) nos alerta que “[d] Dificulta-se a sobrevivência do pensamento crítico numa sociedade em que os indivíduos se transformam em “caixas de ressonância” de mensagens que seduzem pelo incentivo à integração, muitas vezes cega, a um

coletivo regido por uma palavra de ordem autoritária” (p.11, aspas do autor). O potencial transformador é mais uma vez reprimido ao se extirpar a ação do pensamento, que ao propiciar sempre novas significações (Rouanet, 1985), fortalece o Eu ampliando o conhecimento sobre si e seu entorno. Mas o que presenciamos segundo Adorno (1986b), neste modelo de socialização é uma consciência individual com “[...] cada vez menos espaço de manobra, passa a préformá-la de um modo cada vez mais radical, como que lhe cortando, *a priori*, a possibilidade da diferença, que passa a se reduzir à mera nuance dentro da homogeneidade da oferta” (p.78). Os indivíduos esvaziados de si e preenchidos pelos elementos ordenadores da cultura transformada em indústria, cujo objetivo de realização da felicidade humana fora subsumido ao da acumulação do capital, os fragiliza ainda mais, pois para aderir aos ditames que a indústria cultural lhe impõe, “[...] precisa despir-se de suas histórias, identificações e ideais para se tornar mais contingente e flexível e poder, desse modo, ingressar no mercado de consumo [...]” (Maia, 2005, p.62).

CAPÍTULO IV – DA FRAGILIDADE A FRAGILIZAÇÃO DO EU NA CONTEMPORANEIDADE

Para Freud (1895/2003, 1926/1981, 1930/1981) é o desamparo que marca a condição humana e desencadeia tanto o desenvolvimento do indivíduo quanto da civilização. Segundo o autor, a fragilidade do bebê humano o coloca na condição de depender exclusivamente da boa vontade de outrem para que sua sobrevivência seja garantida, afirmando inclusive que todos os motivos morais tem sua origem nesta condição (1895/2003). A tradução do termo **desamparo** é emblemática para compreendermos a necessidade inexorável do outro na organização subjetiva dos indivíduos. Segundo Ceccarelli (2009), o termo desamparo em alemão é *Hilflosigkeit* sendo composto por “[...] três palavras: *Hilfe*, que significa socorro; *los*, que pode ser definido por sem; *keit* que forma o subjetivo” (p.113), de tal modo que uma melhor tradução seria **insocorribilidade**. O estado de insocorribilidade a que se remete Ceccarelli, na obra de Freud segundo Macêdo (2011) tem duas origens: “o primeiro é o desamparo motor ou físico, associado ao trauma do nascimento, indicando um perigo real e ligado a fatores externos; o segundo é o desamparo psíquico, indicando um perigo pulsional interno” (p.101). Em suma, “**o sujeito exposto ao excesso de excitação vive uma dimensão de desamparo**” (Macêdo, 2011, p. 101, grifo nosso). Em ambos os casos o que se tem em comum é a fragilidade do ser humano de lidar com o excesso de estímulo interno ou externo que rompe o organismo sem que este tenha recursos próprios o suficiente para lidar com a excitação (Freud, 1926/1981).

Na vida intrauterina a necessidade e a satisfação do bebê decorrem de respostas imediatas e incondicionais através de sinais físico-químicos (Millan, 2002), a rapidez que se é vivenciada a necessidade e a satisfação, cria no imaginário da criança a fantasia de vivência de plenitude narcísica, conseqüentemente, a origem do sentimento de “se basta a si mesmo” (Vasconcelos, 2001, p.65). Nesse período, as necessidades do bebê são imperativas. O corpo materno privilegia as necessidades da criança a ponto de que se houver falta de nutrientes para ambos, a mãe se enfraquece em detrimento do desenvolvimento do feto. Contudo, **o nascimento marca de forma traumática a ruptura deste estado de prazer absoluto**. Ao nascer a criança passa a ter sensações deprazerosas, entrando em tensão e angústia, mobilizando a ação que clama pela presentificação do objeto para por fim ao que lhe acomete, experienciando por

fim a sensação de prazer pela descarga (Freud, 2003, 1981b). **As vivências de desprazer são aterrorizantes ante ao despreparo do bebê em garantir sua existência**, por essa razão Freud (1926/1981), coloca como protótipo da angústia o trauma do nascimento. Nas palavras de Green (citado por Macêdo, 2011), “a transformação na vida psíquica, no momento do súbito abandono ou privação da mãe quando abruptamente ela ficou desligada de seu bebê, **é experimentada pelo filho como uma catástrofe**: porque, sem qualquer sinal de alarme, o amor foi perdido de repente” (p.101). A condição biológica do homem estabelece pois, “las primeras situaciones peligrosas y crea la necesidad de ser amado, que ya no abandonará jámas al hombre” (Freud, 1926/1981, p. 2872), está aqui dada a importância do objeto como amparo a dimensão disruptiva do excesso pulsional. Freud (1895/2003) desde o início de seus trabalhos sobre a concepção do psiquismo a partir do desamparo, postulou que o outro, semelhante, surge para a criança como (1) primeiro objeto de amor, (2) o primeiro objeto hostil e (3) o único auxiliar e (4) modelo (Freud, 1921/2011). Por essa razão, cabe frisar que

falta de amparo, ou ausência de sustentação, só se configura como desamparo, em psicanálise, na medida em que evoca no sujeito a experiência subjetiva de estar submetido a uma intensidade pulsional excessiva, que o deixa à mercê do outro; isto é, assujeitado aos caprichos do outro, que pode ou não auxiliá-lo a lidar com esse estado emocional (Garcia e Coutinho, 2004, p.133).

O Eu se constituirá como protetor do aparelho psíquico justamente como forma de lidar com os investimentos e desinvestimentos pulsionais e as injunções do mundo externo de modo a garantir suportar a presença e a ausência do outro cuidador. A mãe investe narcisicamente o bebê, reeditando o seu próprio narcisismo, de modo que tal investimento acaba por sustentar a fantasia do lactante de auto suficiência após o nascimento. Mas, sua prontidão a aplacar as urgências pulsionais do bebê por melhor que seja não é perfeita, “[...] tais estados de desprazer são precursores dos estados de consciência responsáveis pela **discriminação mundo interno-mundo externo**, indispensável para o estabelecimento do sentido de realidade” (Millan, 2002, p.84, grifo nosso). As primeiras experiências de satisfação e de dor marcam o psiquismo de uma forma indelével registrando a série prazer e desprazer fundando a tendência compulsiva de descarga característica dos processos primários do psiquismo, de alucinar a satisfação ou estabelecer a defesa contra o objeto hostil (Freud, 1895/2003). Entretanto, as duas tendências em seu extremo levariam ao desinvestimento no mundo externo a ponto da morte. O psiquismo necessita suportar certo acúmulo de excitação em seu

interior para poder esperar o auxílio do outro, que por meio da ação específica dá o contorno e apazigua as urgências pulsionais do bebê.

Dois aspectos aqui são fundamentais: a premência pulsional e o limite imposto pela realidade. A fantasia narcísica de onipotência vai sendo colocada em xeque quando a satisfação alucinatória não promove a descarga de excitação circulante no psiquismo (Freud, 1923/2007). Aos poucos percebe que é dependente do outro, no caso a mãe, que vem de fora para trazer-lhe alívio ao estado de tensão, e internaliza essas experiências como protótipo do amparo à medida que a tensão é apaziguada (Vasconcellos, 2001). **A repetição dessa vivência vai organizando o Eu do bebê, que ao se dar conta da realidade em pequenas doses, vai discriminando as poucas o eu do não-eu.** O lapso existente entre a necessidade e o aparecimento da mãe como agente da ação específica, vai sendo preenchido pelos sons do ambiente, pela voz da mãe, dando indício da proximidade do objeto (Millan, 2002). O espaço-tempo é preenchido por toda a riqueza de estímulos que há em torno do bebê, requisitando sua atenção possibilitando o registro dos traços mnêmicos que serão acionados pelo pensar como forma de distinguir o interno e o externo permitindo que a descarga seja realizada somente dada a presença do objeto gratificador. **A capacidade de suportar o desprazer acontece pela identificação narcísica** com o outro do amparo que ao se colocar como objeto da ação específica permite ao bebê internalizar a sua dimensão cuidadora/ apaziguadora, tornando-a parte do próprio Eu e o desenvolvimento das funções secundárias. Vislumbramos que **sem a ação do outro o Eu não pode se constituir**, muito menos desenvolver-se. Nas palavras de Campos (2004),

é através da alteridade que o processo secundário e a identidade se constituem: o outro será tomado como complexo representativo que organiza as facilitações entre o núcleo e o manto de ψ . Ele é vivido como uma experiência excessiva, que possibilita a organização do eu por meio da simultaneidade associativa que se dá entre a percepção de um corpo alheio e a descarga da ação específica. Em suma, **o outro é fundamental para a organização de ψ , do eu e dos processos secundários** (p. 45, grifo nosso).

Entretanto, devido ao despreparo do bebê ante a garantia de sua existência o tempo de espera para a satisfação não pode ser demasiadamente longo, pois caso o seja, a capacidade de antecipação e de contenção da excitação até o aparecimento do objeto gratificador perderá sua função e o outro será internalizado como objeto hostil. A ambivalência é inerente a relação

com o objeto, pois este se apresenta tanto como experiência afetiva gratificadora quanto como experiência de frustração e ódio (Millan, 2002).

A condição de existência, ou seja, de vida e morte esta necessariamente vinculada à dependência inerente a condição humana. A criança precisa **aprender a reconhecer as qualidades do objeto para poder lidar com o excesso pulsional** circulante no aparelho psíquico, sendo que para isso requer **tanto distinguir-se quanto reconhecer o outro fundamental**. Para Freud (1895/2003), os processos secundários surgem da necessidade de preservação da vida, que no caso do ser humano passa inquestionavelmente pelo convívio/cuidado com o outro semelhante a ele. O reconhecimento de si separado do outro só se dá na relação de alteridade, uma vez que, “por meio do semelhante, o homem aprende a se reconhecer” (p.207), logo distinguir-se do meio.

Como vemos essa relação não é tão harmoniosa como gostaríamos de supor. Outro seria aquele que viria ao socorro do indivíduo e o salvaguardaria da morte, mas também como aquele que restringe o programa do princípio do prazer (Freud, 1930/1981). A cultura seria então o recurso construído pelos homens para enfrentar as formas de sofrimento a eles inerentes, quais sejam: a caducidade do corpo, a supremacia da natureza e a relação entre os homens (Freud, 1930/1981). A cultura foi definida por Freud (1930/1981), como a soma de todas as produções humanas que fizeram distinguir-se dos seus antecessores animais, ou seja, todo conhecimento técnico-científico que viabilizasse o domínio da natureza e todas as instituições necessárias para regular as relações entre os homens. Estas duas funções não estariam desvinculadas, pelo contrário:

essas duas orientações da cultura não são independentes uma da outra, em primeiro lugar, porque as relações mútuas entre os homens são profundamente influenciadas pela medida de satisfação dos impulsos possibilitadas pelos bens existentes e, em segundo lugar, porque o próprio indivíduo pode se relacionar com outro na condição de um bem, na **medida em que este utiliza a força de trabalho do primeiro ou o toma como objeto sexual**; porém, em terceiro lugar, porque todo indivíduo é virtualmente um inimigo da cultura, que, no entanto deve ser um interesse humano geral (Freud, 1927/2011, p.37).

Apesar de serem dependentes entre si, renunciar a satisfação das pulsões é um abalo narcísico importante para os indivíduos. Em contra partida, a fragilidade constituinte os coloca na condição de aceitar os ordenamentos culturais em prol da garantia de sua sobrevivência (Freud, 1930/1981). **A cultura esta fundada no desamparo, ou seja, na necessidade de**

lidar com as condições materiais e objetivas que o mundo apresenta e com os excessos pulsionais. Adaptar as pulsões à cultura, realizando a passagem da natureza à cultura, só é possível mediante a renúncia da condição de onipotência narcísica e introjeção das representações culturalmente aceitas.

O processo de singularização, segundo Severiano (2010), solicita ao indivíduo o abandono da condição narcísica do ego ideal em rumo a organização do ideal do eu pautado pelos ideais culturais suportes da sublimação, permitindo assim, a dessexualização da libido podendo ser reinvestida em si próprio. Esse processo requer necessariamente a aceitação tanto da castração quanto da alteridade como elemento fundamental para a realização de seus desejos, por meio de satisfações substitutas, edificantes e não desorganizadoras. Em outras palavras,

O sujeito psíquico é, assim, **um ser que reconhece as suas contradições e os seus conflitos**, sabendo que não é totalmente senhor de sua própria casa pelo fato de existir o inconsciente, **submetido à vacilação e ao medo do despedaçamento**, mas capaz de fazer de suas falhas o trampolim para chegar à posição de sujeito humano e de sujeito social [...] (Enriquez, 2006, grifo nosso).

A entrada na cultura se dá pelo recalque dos desejos incestuosos e agressivos, pelo abandono dos primeiros objetos sexuais, ou seja, a resolução edípica e edificação do superego (1930/1981), por isso, por mais que a cultura viabilize caminhos para satisfações substitutas, elas serão sempre, por essência, incompletas uma vez que “[...] jamais indenizarão as primeiras renúncias pulsionais, o que deixa na alma humana uma ferida que não se cicatriza: aqui se origina o ‘mal-estar’ do qual sofre o homem” (Ceccarelli, 2009, p.117).

O mal estar, segundo Freud (1930/1981), surge da cobrança cultural excessiva da renúncia pulsional, na qual uma minoria tem o direito de satisfação em detrimento de uma maioria recalitrante (Freud/1927/2011). Entretanto, lembremos que a teoria freudiana data do final do século XIX, momento em que a economia estava centrada na produção de bens e na extração do lucro pela mais-valia (Bauman, 2001) e regida por uma moral repressora tanto da Igreja quanto do Estado fundamental para o avanço do capital industrial. Tal organização social levou Freud (1930/1981), ao teorizar sobre o sofrimento humano, a compreender que a sociedade de sua época exigia a repressão das pulsões sexuais em uma ordem superior ao necessário para o processo civilizatório, e por essa razão os sujeitos sucumbiam às neuroses.

Na atualidade, o mal estar não estaria vinculado a renúncia da satisfação pulsional, pelo contrário. **O mal estar na sociedade hodierna está na imposição da satisfação a todo custo**

(Severiano, 2010). O adiamento necessário para a satisfação característico do modo de produção industrial foi substituído pela satisfação imediata e irrestrita da atualidade imposta, mesmo que de forma sedutora, pelas injunções do capital que tem no consumo o seu modo de acumulação (Bauman, 2001). Os indivíduos são impelidos a buscarem a satisfação imediata e indiscriminada com todo e qualquer objeto mesmo não sendo o objeto adequado a satisfação da necessidade que se faz premente.

Ribeiro (2012) reportando-se aos estudos de Besset afirma que:

Freud já apontava um mal-estar que o indivíduo não é capaz de eliminar completamente, pois é inerente à vida e está presente desde sua gênese. O mal-estar é produto dos discursos dominantes em nossa civilização. Não se trata, portanto de eliminar o mal-estar, mas de ser capaz de lidar com ele e não ser destruído internamente. **É esta capacidade elaborativa que poderá nos fazer manter a tensão entre a vida pulsional e social sem fazer sucumbir um dos dois lados** (p.99, grifo nosso).

A formação do superego a partir das identificações com a autoridade paterna permitiria alguma singularização, principalmente, porque pelo vínculo amoroso possibilitaria a transcendência dos valores por eles fundados ao poder na convivência desidealizar os objetos e, assim permitindo revoltar-se contra o que estava dado como certo (Freud, 1923/2007). Ou seja, **o Eu fortaleceria-se no interjogo identificatório com os pares dentro de uma norma que limita os excessos pulsionais tanto agressivos quanto libidinosos**. As relações estabelecidas forjariam a memória fundamental para que o Eu possa recorrer para atuar no mundo de forma adequada, porém diferenciadora (Freud, 1895/2003, 1923/2007). Na atualidade, **a mídia ocupou um lugar de destaque na difusão dos modelos identificatórios tão voláteis quanto as tendências da moda**, no qual não há retorno libidinal e sim um esvaziamento do Eu em prol do objeto-mercadoria (Severiano, 2010). Ou seja, a experiência necessária de continuidade essencial para a formação de um Eu suficientemente forte, capaz de se singularizar no contato com o outro, preservando a sua história é eliminada pela volatilidade de que tudo é trocado, inclusive a identidade (Bauman, 2009). Rouanet (1985) reportando-se a Adorno escreve que

enquanto a integração social se baseava, no passado, num tipo de socialização que permitia alguma autonomia, e podia processar-se através do jogo de instâncias psíquicas, [...] No passado, a integração se fazia pela mediação de um Superego ainda ambíguo, capaz de censurar o desejo, mas também a realidade, na medida em que ela incorporasse

normas aceitáveis. O Ego ainda era suficientemente forte para arbitrar entre as exigências dos seus três “tiranos”, em nome de um princípio de realidade que não significasse necessariamente a realidade que dada (Rouanet, 1985, p.169).

Lyotard (2008) aponta que a contemporaneidade caracteriza-se pelo **esgotamento e desaparecimento dos grandes discursos de legitimação político-religioso**, passando para o discurso fragmentado e facilmente mutável dos saberes da ciência positivista. Segundo o autor, com a Revolução Industrial do século XVIII descobriu-se a recíproca “não há técnica sem riqueza, mas não há riqueza sem técnica, com a que sem técnica não há riqueza” (p.81, grifo nosso), de modo que toda a ciência a ser produzida não mais se destinaria a implementação do bem estar dos homens, mas sim a ampliação do domínio dos capitalistas. O autor corrobora com os estudos realizados por Adorno e Horkheimer (1985), afirmando que o ideal de emancipação iluminista pelo uso da razão foi corrompido, uma vez que os avanços tecnológicos ocorridos a partir da Segunda Guerra Mundial acabaram por deslocar a ênfase dos meios para os fins, bem como **a mutação do capitalismo que promoveu a valorização da fruição individual das benesses sociais em detrimento do bem estar coletivo**.

O entrelaçamento entre ciência e capital como o momento histórico de mudança na forma de dominação do homem. Adorno e Horkheimer (1985) pontuaram que, o progresso técnico - científico do modo de produção e organização societária, por trás de um discurso humanitário de bem estar do homem, promoveu na realidade a regressão do mesmo. Freud (1927/2011) apesar de manter-se confiante no desenvolvimento da ciência como forma de emancipação do homem, já afirmava que “enquanto a humanidade fez progressos contínuos no que diz respeito à dominação da natureza e pode se esperar outros ainda maiores, **não é possível constatar com segurança um progresso análogo na regulação dos assuntos humanos [...]**” (p.38). É justamente essa a observação de Adorno e Horkheimer (1985) de que “todo progresso da civilização tem renovado, ao mesmo tempo, a dominação e a perspectiva de seu abrandamento” (p.50).

Adorno (2008), pontua que a racionalidade instrumental, ou seja, a lógica universalista do valor de troca, ao penetrar todas as dimensões da vida humana ocupou o espírito dos indivíduos de tal maneira que os lançaram a uma exterioridade vazia de adesão aos ditames sociais indiferenciados na massa, portanto incapazes de pensar por si mesmos. A lógica de que cada um pode ser o que quiser dentro de uma sociedade gerida pelo ideário neoliberal, acaba por submeter à desautorização da figura paterna como modelo identificatório, que na

mutação do capitalismo, de liberal a monopolista, transformou o antigo fabricante ou o pequeno comerciante, que possuía certa independência econômica, em mero funcionário ou – pior ainda- em desempregado. Com isso, a conexão da figura paterna enquanto chefe de família, com a de agente econômico autônomo e provedor dos meios de subsistência dos seus membros entrou inapelavelmente em crise, **erodindo aquela autoridade que no passado, mediante uma saudável rebeldia, levava os filhos a se constituírem eles mesmos como sujeitos psíquicos bem formados, sem a debilidade do eu** característica de uma classe média decadente na Alemanha da década de 1930, que foi terreno fértil para a constituição da “base de massas” do nazismo. (p.16-17, grifo nosso)

O que presenciamos diante do esvaziamento da autoridade familiar, dos ordenamentos religiosos e da razão emancipada em detrimento da supremacia da lógica de troca subsumida em todos os âmbitos da vida dos indivíduos é que

O mito contemporâneo, à diferença do que ocorria em sociedades pré modernas, não promove a referência a uma fantasia da origem dos tempos que explicava e justificava a ordem presente. **O mito hoje é uma produção contínua do presente**, o apagamento da história das significações, que dessa maneira nos são apresentadas ingenuamente como “naturais”, como se emanassem da própria essência da vida (Kehl, 2005, s.p., grifo nosso).

A mídia veicula os ideais sociais manipulados ideologicamente como sendo os únicos a serem seguidos, na sociedade administrada, favorecendo investimentos libidinais idealizados, via identificação com modelos identificatórios totalitários, em detrimento dos processos sublimatórios, o Eu se esmaeceria devido à falta de retorno libidinal que ao contrário o fortaleceria possibilitando sua autonomia. Isso porque, os ideais veiculados são apartados da história singular de cada indivíduo e na condição de massa os indivíduos aderem aos ditames ideológicos buscando para si o ideal de felicidade tão propagandeada nos comerciais de Tv (Bauman, 2009), ou seja, integrando-se na massa indiferenciada sob o status de consumidor. Conforme Severiano (2010) ao contrário de um processo emancipatório e individualizante, o que percebe-se na atualidade onde vínculos idealizados são estimulados é

um processo regressivo que envolve a renúncia do enfrentamento da realidade, um esvaziamento dos vínculos alteritários, com redução dos processos de reflexão crítica e exacerbação do fascínio por um objeto-engodo, o qual encerra o sujeito em um

pseudoestado conflitivo, camuflando ainda mais seus sentimentos de “impotência/desamparo” frente a realidade (p.138)

A lógica da equivalência subsumida no Capitalismo apaga toda e qualquer historicidade e alteridade. A razão aplicada ao desenvolvimento dos modos de produção levou ao progressivo esvaziamento do indivíduo na sua relação com o trabalho, organizador fundamental da identidade, e principal via sublimatória apontada por Freud (1930/1981). O ar de semelhança conferido a todos os objetos e relações humanas pelo emprenhamento da racionalidade técnica em todos os âmbitos da vida humana, **apaga a dimensão de temporalidade histórica**, invalida a memória e produz o processo de massificação engendrado para acumulação de capital, e “**a vida, reduzida a um pragmatismo imediatista, rompe com a possibilidade de o indivíduo experienciar criativamente o investimento sobre si mesmo e sobre o mundo**” (Fabiano e Palangana, 2001, p.13, grifo nosso). Isso porque, “a redução de tudo ao mundo da mercadoria deforma as percepções, as experiências vividas e a intelecção da realidade” (Pucci, et al, 1999, p.148), e assim, os indivíduos, na condição de pseudo-indivíduos (Adorno, 1986) já apreendem o contexto social falseado ideologicamente não tendo acesso aos elementos objetivos da realidade a forma que intervém no mundo já se encontra de antemão contaminada.

O avanço científico formalizado na automatização da produção que teria por objetivo deixar o homem livre do jugo de excessivas horas de trabalho comuns ao início do capitalismo industrial, na realidade **fragilizou ainda mais as relações humanas**. Na acumulação flexível o indivíduo experiência um *plus* no seu sentimento de desamparo, pois a diminuição progressiva dos postos de trabalho decorrente da automação flexível, lança os indivíduos uns contra os outros na busca desesperada de garantir a sua sobrevivência física, na lógica **destruidora da competição desenfreada** que faz os indivíduos tomarem todos como inimigos (Bauman, 2001). O discurso da responsabilidade individual de sua inserção social em uma sociedade marcada pelo desemprego estrutural, leva os indivíduos ao “empobrecimento, ao sofrimento e a exploração invisível, que fazem o homem mergulhar no seu medo mais básico” (Bichara, 2003, p.40), qual seja: **a ameaça de desintegração do eu pelo excesso pulsional liberado pela fragilidade dos elementos simbólicos suportes para sublimação**.

A mudança imperiosa dos discursos científicos seguindo a lógica da necessidade mercadológica ao mesmo tempo em que assenhoram os indivíduos sobre a natureza os lançam a **inquietação do imediatismo e angústia de incerteza de continuidade**. A historicidade já

embotada sob o lógica do capital industrial foi ainda mais escamoteada no modo de acumulação flexível que, por sua vez, requer indivíduos prontos a despirem toda e qualquer identidade que lhes garantam um senso de continuidade (Bauman, 2009). Segundo Maia (2005), vivemos um rasgo histórico, no qual a “cultura contemporânea rompe com valores econômicos e sociais que, desde a lógica da cultura moderna, serviram como uma espécie de ‘garantia’ aos sujeitos” (p.21, aspas da autora).

A falência de projetos identificatórios coletivos (Severiano, 2010) impossibilitando a existência de suportes simbólicos para mediatizar a satisfação pulsional, a aceleração temporal imposta pela sociedade do consumo e o avanço técnico-científico (Turcke, 2010, Virilio, 1993), pela forma de comunicação midiática, principal veículo da indústria cultural (Adorno, 1986a), que em função das necessidades econômicas de giro da mercadoria, lançam os indivíduos, na sociedade do espetáculo (Debord, 2009), a viverem num eterno presente, impossibilitando a experiência de transcendência essencial para o fortalecimento do Eu, bem como mantendo os indivíduos, tal como no **trauma** (Freud, 1920/2003), **sob um excesso pulsional inadministrável ante os recursos simbólicos disponíveis na atualidade** (Maia, 2003, Rudge, 2009, Figueiredo, 2008).

A centralidade na formação do caráter, no senso de continuidade, na experiência da atividade ovacionados na era industrial, foi substituída pelo ideário do parecer, segundo o auto “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação” (p.13, grifo do autor). **A experiência e a relação com o objeto permitindo o estranhamento, logo a ativação dos processos do pensar como forma de reconhecer e transformar a realidade** circundante, foi corrompida ao ser secundarizada em relação ao domínio da imagem sobre a materialidade. Os indivíduos não se relacionam com o objeto em si na sociedade do espetáculo e sim com a imagem veiculada sobre ele (Debord, 2009).

A intervenção dos indivíduos em seu meio decorria da certeza de continuidade dos objetos para além de seu campo perceptual. As experiências deveriam ser capazes de nortear a inserção do indivíduo nos diversos grupos sociais, tendo em vista sua capacidade de apreensão e articulação simbólica, mas principalmente, transformar a sua realidade. A suspensão do imediatismo do princípio do prazer, a aceitação dos limites impostos pela vida e o sentimento de continuidade, são essenciais para a formação de um Eu capaz de estabelecer as sínteses necessárias para a sua atuação como protetor do aparelho psíquico, e capaz de se

singularizar no contato com o outro, preservando a sua história. Conforme Lasch (1986) pontua recorrendo aos estudos de Hannah Arendt,

É a durabilidade, já observou Hannah Arendt, que dá às coisas do mundo a sua relativa independência diante dos homens que as reproduzem e as utilizam, a sua objetividade, que as faz suportar, resistir e durar, pelo menos por algum tempo, diante das vorazes necessidades e desejos de seus produtores e usuários vivos. Deste ponto de vista, as coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida humana e sua objetividade reside no fato de que... os homens, a despeito de sua natureza mutante, podem recobrar a sua uniformidade através da relação com uma mesma cadeira e uma mesma mesa (p.23).

O consumo hoje, não mais se configura como aquisição de bens materiais, evoluímos, se pudemos assim dizer, para o consumo inclusive de identidades (Bauman, 2009). A lógica da descartabilidade imposta pela sociedade do consumo se emprenha em todas as formas de vinculação humana, colocando os indivíduos à equivalência de mercadorias (Severiano, 2010). Lembremos em Freud (1923/2007) que o sentido de integridade psíquica, de identidade, decorre da estabilidade das identificações que o sujeito estabelece durante a sua vida. Na sociedade regida pelo consumo as referências identitárias são tão efêmeras quanto às demandas de mercado (Severiano, 2010, Maia, 2005) e **suas vivências de fragmentação são exacerbadas pelo excesso informacional** manipulado ideologicamente de forma a manter o sujeito paralisado frente a injunções históricas como se as mesmas fossem naturais (Severiano, 2010), portanto, impossíveis de serem transformadas. Ou no seu inverso estabelecerem a relação de luta e fuga, no sentido de que todo acúmulo de excitação no psiquismo fosse tomado como desorganizador, remetendo-o a atuação na realidade de forma imediata de modo a eliminar qualquer sentimento de mal-estar (Kehl, 2005).

Na sociedade hodierna somos convocados à **busca desenfreada e imediata da satisfação nos objetos/mercadorias manipulados**, sendo que esses tem objetivo claro: sustentar o *status quo* (Severiano, 2010). Entendemos, então, que os indivíduos não estão exercendo sua função discriminatória em prol de si mesmos, ou seja, discriminando os objetos adequados para sua satisfação ligados por sua história de vida singular; mas sim, vivendo no engodo de uma autonomia pretensamente a ele atribuída, pela qual tem o direito de “escolha”, Essa escolha consistiria em determinar se compraria objeto A ou objeto B que na realidade não satisfaria a suas necessidades individuais. Em outras palavras: o seu direito de escolha está em prol duma lógica da mercadoria, e assim, os indivíduos estariam aderindo de forma alheia qualquer objeto fornecido via mídia que lhe garantisse uma promessa de satisfação, mesmo que

enganosa (Severiano, 2010). Tal processo seria possibilitado pelo próprio modo do funcionamento psíquico mais primitivo, qual seja: **transformar todo objeto em objeto de desejo** (Freud, 1895/2003). Pressionado pela lógica da descarga imediata o **Eu se fragiliza**, pois

privado de viver essa inquietude básica existencial. Prisioneiro da lógica adicta onde o prazer imediato reina absoluto, as subjetividades contemporâneas, sem a possibilidade de viver a diversidade de afetos própria à experiência subjetiva, se veem expostas ao terror do medo de aniquilamento. Neste contexto não é a identidade do eu, com todas as suas insígnias sociais que esta ameaçada, mas como em tempos de guerra, **é a certeza de continuidade da existência que se coloca em risco** (Maia, 2005, p.81).

A organização atual da cultura, segundo Maia (2005) age permissivamente ao favorecer a liberação dos impulsos amorosos e os destrutivos sob uma dificuldade real de se encontrar os limites necessários para a conservação da convivência grupal, reativando assim a experiência. Em outras palavras, os processos de sublimação e repressão necessários para a construção de um Eu integrado e cooperante com o processo civilizatório (Freud, 1930/1981) estão gradualmente sendo enfraquecidos pelos valores regentes na contemporaneidade. A repressão pervertida, por assim dizer, tornou-se serviçal da cultura da mercadoria impedindo a ação do indivíduo como sujeito da cultura. Segundo Safatle (2004), a repressão dos impulsos sob os imperativos da sociedade administrada é substituída por uma ética do direito ao gozo, ou melhor, o **gozo é uma obrigação**. A discriminação do objeto e meio de satisfação após a dissolução edípica implica os imperativos do superego, que no contexto da cultura atual está marcado pelo esvaziamento de seu conteúdo normativo, de tal forma que não favorece a discriminação do objeto e nem da satisfação. A prerrogativa de não por o gozo antes da cautela, postulada por Freud (1930/1981), ou seja, de atuar segundo o princípio da realidade, como forma de salvaguardar o psiquismo, não cabe no modelo do goza! Pois, seguindo o princípio do prazer, é impossível determinar o objeto de satisfação, pois ela deve acontecer com qualquer objeto sem privilegiar nenhum (Safatle, 2004). Em síntese, na sociedade contemporânea, o avanço do desenvolvimento do capital trouxe significativas mudanças para o modo de se conceber tanto a individuação quanto os processos de socialização.

A cultura hoje é feita de *ofertas*, não de *normas*. Como observou Pierre Bourdieu, a cultura vive de sedução, não de regulamentação; de relações públicas, não de controle policial; da criação de novas necessidades/desejos/exigências, não de coerção. Esta nova

sociedade é uma sociedade de consumidores. E, como o resto do mundo visto e vivido pelos consumidores [...] (p.34).

Destarte, se antes o sujeito era acossado para reprimir seus impulsos, postegar mais do que o necessário a satisfação de seus desejos, hoje ele é convocado a liberar de forma indiscriminada seus impulsos, tanto libidinosos quanto agressivos. Isso porque, tal como exposto, a produção precisa ser escoada e para tanto os indivíduos, agora convertidos a consumidores/espectadores, não podem pensar sobre a necessidade dos bens de consumo, simplesmente devem consumir imediatamente, sem reflexão alguma (Lasch, 1986; Bauman, 2010; Severiano, 2010). A coesão social, implica a adesão dos indivíduos ao sistema vigente, o que diferencia do passado é que se antes para garantir a produção era necessário convocar os indivíduos a renunciarem a satisfação, na atualidade ocorre pela liberação controlada dos impulsos (Rouanet, 1985).

O Id está livre – com uma pequena condição: a de **obedecer, cegamente, à sociedade global.** (...) Colocar fora do circuito do Ego significa neutralizar aquela instância que, embora órgão da repressão e sede dos contra-investimentos defensivos, é também o órgão capaz, dentro de certos limites, de levar à transformação da realidade, em nome dos imperativos de auto-conservação do indivíduo, e de assegurar um relativo equilíbrio em sua economia libidinal. O sistema não quer correr o risco de ser contestado, por mais precária que seja a faixa de autonomia concedida ao Ego. A censura é agora exercida diretamente pelo social, e o é pela técnica de liberdade aparente (Rouanet, 1983, p.125-126, grifo nosso).

Cabe ao Eu estabelecer a mediação entre o mundo externo e o mundo interno, de modo a levar em consideração as injunções da cultura, mas não sucumbir a seus elementos ideologizados carregados de elementos irracionais instituídos, bem como não deixar-se levar pelas urgências pulsionais. O Eu maduro, segundo Freud (1927/1981), seria capaz de recorrendo a suas experiências e a seus investimentos pulsionais reconhecer no mundo externo os objetos adequados a sua satisfação bem como negar-se a submeter a injunções socioculturais que impusessem formas autoritárias de satisfação. Na atualidade, a postergação inerente para o trabalho do Eu de discriminar, experienciar, pensar e deliberar os caminhos de satisfação levando em consideração a cautela, é **submetido ao imperativo da descarga imediata**, pela busca no objeto-engodo, a garantia enganosa de sua integridade identificatória e do resgate da onipotência perdida (Severiano, 2010).

Os valores humanos que garantiriam minimamente o encontro entre a história individual e a social, levando os sujeitos a recuperarem a consciência histórica em uma subjetividade atravessada por conflitos, mas capaz de pensar seu presente, seu passado e seu futuro (Hornstein, 1990) e podendo assim superar os elementos de barbárie (Adorno, 1995), estão sob a égide da racionalidade técnica. A lógica da Indústria Cultural objetiva reestruturar a concepção de cultura visando transmitir os valores necessários para a manutenção do modelo econômico vigente. Sua veiculação se dá eminentemente via os meios de comunicação em massa amplamente difundidos na contemporaneidade de tal forma forjando **subjetividades padronizadas, heterônomas prontas para a reprodução exata dos componentes ideológicos por ela veiculados** (Adorno, 1986a). Ou seja, de acordo com Adorno e Horkheimer (1985), a cultura que serviria de anteparo para os sujeitos, ao oferecer elementos simbólicos que dessem suporte a individuação, fora corrompida ao veicular em massa via mídia os bens simbólicos embebidos na lógica da mercadoria.

Os indivíduos anônimos, isolados entre si e separados dos produtos de seu trabalho – o que é um modo de ser separados de uma parte essencial de suas vidas – **buscam amparo na referência onipresente dos produtos da indústria cultural**. A lógica do mercado, na hipermodernidade, fala mais alto do que a do Estado, da Igreja, da tradição. A isso devemos, em parte, as condições da nossa liberdade, mas também de nosso desamparo e de nossa alienação: já não sabemos onde está o Senhor que nos escraviza (Kehl, 2005, s.p).

Em síntese, segundo Dufour (2003), na contemporaneidade assistimos a derrocada do duplo sujeito que surgiu na modernidade: o sujeito crítico Kantiano e o sujeito neurótico Freudiano. O primeiro sujeito era o de que norteado por sua razão alçaria a condição de ser autônomo (Kant, 1784/2011). O segundo estabeleceria uma troca: a satisfação irrestrita pela segurança trazida pelos vínculos amorosos estáveis (Freud, 1930/1981). Na sociedade administrada os indivíduos não poderiam recorrer aos norteadores culturais como forma de amparo necessário para o seu desenvolvimento para além do que está dado. A transcendência, sustentada pela possibilidade histórica de que mudanças podem ser perpetradas pelos homens a partir da sua ação reflexiva sobre a realidade se perde na cultura do imediatismo e da exacerbação do desamparo.

Toda figura transcendente que venha a fundar o valor será, a partir de agora, recusada; só existem mercadorias que são trocadas por seu estrito valor de mercado. Hoje, pede-se aos homens que se livrem de todas as sobrecargas simbólicas que garantiam suas trocas. O

valor simbólico é assim desmantelado em proveito do simples e neutro valor monetário da mercadoria, de modo que nenhuma outra coisa, nenhuma consideração (moral, tradicional, transcendente, transcendental...), possa constituir um obstáculo à sua livre circulação. **Disso resulta uma des-simbolização do mundo.** Os homens não devem mais se conciliar com os valores simbólicos transcendentais, eles devem, simplesmente, se submeter ao jogo da circulação infinita e ampliada da mercadoria (Dufour, 2003, s/p).

Passamos de uma heteronomia a outra. Do julgo autoritário da Igreja ao dogmatismo da Razão Instrumental. O ideal iluminista do homem guiado pela razão na busca pela verdade emancipatória deturpou-se no mito da *performance* individualista, hedonista engendrada pela razão instrumental a serviço do Capital. Na sociedade administrada, o indivíduo acachapado pelo medo da não garantir a própria existência, sem o amparo de seus iguais, ou de ordenadores simbólicos que possibilitassem a reflexão dos meios objetivos de vida permanecem sob o **impacto da ameaça do aniquilamento, submetidos aos excessos pulsionais por vezes além do suportado pelo Eu** (Maia, 2005). Segundo Bichara (2003), “o desamparo primordial faz o homem retornar a uma posição regressiva, não podendo usufruir do progresso, restando-lhes dominar seus medos e lutar pela autoconservação, o que reduz à irracionalidade objetiva, ao inumano” (p.40). De acordo com Adorno e Horkheimer (1985), “o eu integralmente capturado pela civilização se reduz a um elemento dessa inumanidade, à qual a civilização desde o início procurou escapar. Concretiza-se assim o mais antigo medo, o **medo da perda do próprio nome**” (p.42).

À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA A SOCIEDADE ADMINISTRADA BASTA UM EU ENTORPECIDO

Segundo Adorno e Horkheimer (1985) o esclarecimento se tornou o próprio mito ao subjugar a razão a serviço da produção capitalista. A razão que tornaria exequível a autonomia do homem sob os preceitos Iluministas, ao questionar, analisar, debater o seu entorno histórico, ao submeter-se a lógica de mercado perde sua vertente emancipatória de crítica auto reflexiva para cumprir com os preceitos do capitalismo tardio: a adesão forçada dos indivíduos a sociabilidades esvaziadas de sentido, porém vigorosas em ações irrefletidas de adesão a ordem social vigente. Esse processo vem sendo acirrado mediante as transformações no modo de produção. Quanto mais implicada a razão esta em analisar os meios de produção do que compreender a importância do desenvolvimento técnico-científico para o bem estar do homem, mais este se torna mero acessório da maquinaria. Se no capitalismo industrial o ritmo das máquinas, a esteira e o relógio formavam e restringiam a capacidade experiencial do homem, na era do capitalismo flexível a dominação da racionalidade instrumental espalha-se para dentro do lar dos homens pela onipresença da televisão, instrumento privilegiado do requinte perverso da razão instrumental: a indústria cultural.

Na sociedade administrada, os elementos de socialização são impostos de forma totalitária, porém sedutora, produzida via indústria cultural de forma a eliminar toda e qualquer possibilidade de expressões subjetivas diferenciadas, em outras palavras conduz a **pseudo-indivíduo homogeneadora** de todos. A captura do imaginário pelas imagens cintilantes da indústria cultural universaliza o que de fato singularizariam os indivíduos, seus conteúdos inconscientes originários de seus desejos (Kehl, 2001). É graças à permeabilidade psíquica constitucional, que o inconsciente é atingido/preenchido por conteúdos que não passaram pelos critérios de seletividade e discriminação característicos do Eu. O indivíduo preso à indústria cultural, não consegue estruturar seu psiquismo de forma emancipatória, isto é, não desenvolve uma forma singular de ser-um. Não consegue romper com a simbiose da heteronomia para construir vínculos de amparo com o outro em que as alteridades e as diferenças sejam respeitadas e atendidas. Vive subjugado/con-formado à ideologia “reinante” sem possibilidades de se constituir de forma emancipada como indivíduo autônomo (Adorno, 1986a).

Para Adorno (2008), o sujeito autônomo é aquele que por meio de suas capacidades cognoscentes **estabelece relações com objetos de forma mediada, ou seja, de forma contextualizada e histórica**. Tal definição coaduna com a concepção freudiana de autonomia, pois a ambos enfatizam a importância do Eu fortalecido, capaz de refletir sobre a realidade, ou seja com suas funções psíquicas superiores preservada, pois como vimos **o indivíduo se diferencia dos demais, por meio da suspensão dos processos primários possível pelo adiamento mediado pelo pensar** que busca encontrar o objeto de satisfação mobilizando sempre novas significações para o seu entorno (Freud, 1923/2007). E justamente, esse indivíduo autônomo, capaz de reconhecer seus limites e a sua necessidade de vinculação e respeito com os demais, mas também o que reconhece a possibilidade da transcendência dos ordenamentos socioeconômicos que tem sido deliberadamente engolfado pela cultura forjada sob os ditames da racionalidade instrumental (Adorno e Horkheimer, 1985). A potencialidade criadora do homem que por meio do pensar consegue transcender a sua própria história está na atualidade embotado, massificado, padronizado sob o signo da utilidade e da calculabilidade, não passando de um mero acessório da ordem econômica a ser administrado pelo *status quo*.

Segundo Lisondo (2004), na atualidade, “a existência é consumida. Na era do consumo de massas, quando se valorizam valores hedonistas, permissivos, individuais, assistimos à comoção da sociedade e dos costumes na contramão das exigências para a estruturação do psiquismo” (p.338). O indivíduo massificado percebe o mundo como uma espécie de extensão do seio materno (Lasch, 1986) lidando com a realidade somente como algo que gratifica ou frustra. O contanto via experiência que possibilita a realização do teste de realidade e de uma ação efetiva no meio circundante fica enviesada pela ação da fantasia. A tentativa alucinatória de satisfação, na cultura do mínimo eu, mantém os indivíduos em estados mentais primitivos, enraizados em fases do desenvolvimento nos quais eram totalmente dependentes de outro para a satisfação de suas necessidades básicas. O sujeito preso aos emaranhados de um mundo eminentemente projetivo tornam-se frágeis e dependentes e por essa razão tem em si corroída a sua capacidade de entender e atuar no mundo de forma a prover suas próprias necessidades. O indivíduo, por sua vez, colar-se-ia ao discurso ideológico tendo em vista a sua necessidade de vinculação social oriunda de seu desamparo constitucional (Adorno, 1985; Freud, 1930/1981). E na sociedade administrada, qual seria esse desamparo? Segundo Kehl (2003, s.p.),

O desamparo do aperfeiçoamento da alienação: os sujeitos já não se apóiam sobre suas faculdades de julgamento (pensamento), resolução (agir conforme o desejo) e senso moral (suportar a castração). Tampouco sustentam-se sobre os laços que os ligam a uma comunidade com base em experiências compartilhadas. Se toda a experiência é mediada pelo espetáculo, cuja produção está fora do alcance da experiência mesma, e se o espetáculo “desacostuma as pessoas à subjetividade”, elas estão totalmente à mercê dele” (s.p, aspas da autora).

O Eu, segundo Freud (1923/2007), surge como diferenciação, singularização e proteção do aparelho psíquico contra as investidas do mundo externo e do mundo interno e “uma vez que advenha, o ego tem encontros, muitos encontros. Já não pode seguir acreditando em uma representação única e sem fissuras de si mesmo. E nenhum olhar pode se pretender o único espelho” (Hornstein, 2009, p.59). A adesão dada à ideologia difundida, principalmente pelos meios de comunicação (Severiano, 2010, Debord, 2009), decorre da tentativa desesperada dos indivíduos submersos na lógica do consumo de reaverem de alguma forma a satisfação da onipotência perdida. No mundo mediado por imagens sabidamente embebidas pelas necessidades do capital, acena-se para os indivíduos com a promessa de um gozo pleno por meio da aquisição de mercadorias. Como o grande ordenador simbólico é o discurso publicitário, que tem na televisão seu maior suporte difundidor de seus falsos vislumbres de singularização e que se outorga o papel de único espelho dos indivíduos contemporâneos entendemos que “a televisão apresenta o mundo à criança na forma de uma ficção totalitária. diante dela há que se decorar o código e aceitar a norma; e a norma da rede imaginária, a lei dos *mass media* é sempre a mesma: Goza! atende com urgência ao teu desejo!” (Kehl, 1991, p.67). A captura dos indivíduos é de tal ordem violenta, pois os mesmos são seduzidos e portanto não conseguem perceber o engodo. Lembremos que sedução significa “o processo pelo qual se **atrai para privar o outro da autonomia de si**, sob a promessa de possibilitar-lhe a experiência de prazer pleno” (Lucchesi, 2002, s.p). O investimento libidinal dos indivíduos é posto a serviço da maquinaria da acumulação flexível que tem no consumo o seu modo de geração de riqueza da classe burguesa (Bauman, 2010). Contudo, a promessa não pode ser cumprida porque é necessário para a manutenção da soberania econômica sobre o indivíduo que eles permaneçam sempre insatisfeitos (Bauman, 2010, 2009; Severiano; 2010). A administração desta insatisfação pelos detentores do capital garante a manutenção da sociedade de consumo, logo a submissão dos homens (Severiano, 2010).

A operação consiste em apelar para a dimensão do desejo, que é singular, e responder a ela com o fetiche da mercadoria. A confusão que se promove, entre objetos de consumo e objetos de desejo, desarticula, de certa forma, a relação dos sujeitos com a dimensão simbólica do desejo, e lança a todos no registro da satisfação de necessidades, que é real. O que se perde é a singularidade das produções subjetivas, como tentativas de simbolização (Kehl, 2003, s.p).

O indivíduo na atualidade aceita o produto da indústria cultural como fato acabado em si. Bucci, segundo Kehl (2005), nós alerta que somos os únicos que acreditamos somente no que nossos olhos veem, dispensando ou mesmo negando toda e qualquer transcendência ou manipulação ideológica contida na apresentação do objeto. De acordo com Kehl (2005), “Os indivíduos anônimos, isolados entre si e separados dos produtos de seu trabalho – o que é um modo de ser separados de uma parte essencial de suas vidas – buscam amparo na referência onipresente dos produtos da indústria cultural” (s.p).

De acordo com Cohn (1986), a ideologia veiculada via mídia torna-se a própria verdade, de tal forma que os indivíduos só conseguem acionar uma falsa consciência do real, reproduzindo sem questionar os disparates da sociedade que lhes tomam como objeto, tornando-se cúmplice do processo de dominação social que expropriam a sua própria singularidade, logo suas possibilidades de autonomia. Para Adorno (1986b), a indústria cultural “[...] abusa da consideração com relação às massas para reiterar, firmar e reforçar a mentalidade destas, que ela toma como dada *a priori* e imutável. É excluído tudo pelo que essa atitude poderia ser transformada” (p. 93). O apagamento da dimensão histórica pela experiência mediatizada por imagens que assumem o representante simbólico como verdade em si mesma, mantendo os indivíduos homogeneizados entre si, sob o falso discurso do consumo individualizante. Sob o imperativo do Goza!, na lógica da fabricação tanto do desejo quanto da satisfação imbrincada nas imagens coloridas da indústria cultural **o pensar que promove novos significados é descartado, pois ao abdicar da necessidade da diferenciação buscando somente o encontro com um objeto por meio da identidade de percepção**, ou seja, percorrendo o menor número possível de complexos ideativos, pois o aparelho não suporta o acúmulo de excitação necessário para acionar os processos secundários. Este funcionamento típico dos processos primários coaduna com o regime de urgência e com ocupação total do espaço mental intrínsecos a sociedade eminentemente imagética e voltada para o consumo (Maia, 2005; Severiano, 2010; Bauman, 2010; 2009).

se precisamos viver cada dia mais no registro do imediato, há uma mudança nos processos de estruturação psíquica: **a dimensão de pensamento privilegiada acaba sendo a imagética, alucinatória** (mais próxima do instantâneo), e a não sustentação dessa proposta no campo da cultura escancara o seu logro, gerando sofrimentos de caminho mais rápido para a morte, se não concreta, contudo psíquica (Maia, 2005, p.65).

O pensar diferenciador requer um espaço vazio para que possa ser preenchido pelo sujeito. Na sociedade do espetáculo o combo desejo e satisfação ocupa o espaço necessário para se criar novas significações, pois não se tem o espaço da frustração que desencadeie o pensar. Sob as regras do inconsciente de satisfação do desejo, tendo como suporte, toda uma rede de “imagens combo” o imaginário torna-se aprisionante e não libertador, pois

o funcionamento do imaginário dispensa a necessidade do pensamento. Ele não proíbe o pensamento, ele não reprime o pensamento. Mas esse modo de funcionar próprio das imagens e da nossa exposição Às imagens, e que também produz um modo de funcionamento psíquico no sujeito que dispensa o pensamento (Kehl, 2001, p. 47).

Somente a falta mobiliza o pensar que mediado pela linguagem consegue se descolar da objetividade e formar novas significações. O pensar por imagens é o mais primitivo dos homens (Freud, 1923/2007), e se submete especialmente aos processos primários de busca da descarga via aparelho motor de forma reflexa e não reflexiva. O pensar cognitivo, que aciona a consciência reflexiva requer o adiamento e a busca pela complexidade das significações possível das excitações que acometem os indivíduos. Para tanto a linguagem é fundamental, pois permite o descolamento entre a coisa em si e a sua representação, de modo que tanto o contato com conteúdos desprazerosos quanto as experiências de satisfação possam ser tomadas como referência na inserção social do sujeito. Nas palavras de Kehl (1991),

o pensamento cuja condição fundamental é a ausência de objeto, algum corte, alguma separação que permita sua reaparição simbólica num outro sistema na forma de palavra – e a liberdade da palavra, nos processos de pensamento, é consequência de seu relativo deslocamento em relação ao objeto. A liberdade, nos processos de pensamento é fruto de uma certa possibilidade de simbolizar a lei, perceber seu caráter humano, arbitrário e sobretudo modificável. Em última instância, pensamos para tentar transgredir, ampliar limites modificar a realidade de modo a possibilitar sempre um pouco mais de prazer. Mas, se pensamos, é porque já fomos apartados do estado do narcisismo primário, regido pela lei do gozo que é a lei do princípio do prazer (p.67).

No exercício de suas funções requer assumir suas falhas e promover novas significações aos elementos psíquicos distanciando-se da compulsão a repetição características dos processos primários isso porque **“o princípio do prazer tende a ignorar a diferença, a apresentar o depois como o retorno do antes, a alteridade como identidade”** (Hornstein, 2009, p.59, grifo nosso). As novas significações são possíveis pela ação do pensar que para Freud, segundo Thá (2004) é “[...] a contraparte psíquica da ação, uma vez que ele corresponde a deslocamentos de energia mental que visam a descarga motora da excitação. Essa ação pode ser imediata ou reflexa, no caso de ser dirigida pelo processo primário, ou incorporar a atividade do sujeito em seu meio, quando é regida pelo processo secundário (p. 113).

Ambas as formas de funcionamento permanecem atuantes no aparelho psíquico e são necessárias, pois permitem o arejamento por meio do pensar imaginário regido pelo processo primário, e a ação desencadeadora da satisfação e da modificação do mundo externo regida pelo processo secundário (Rouanet, 1985). Entretanto, podemos apoiados em Rouanet (1985), Kehl (1991, 2001, 2003); Türcke (2010) Severiano (2010) compreender que na sociedade hodierna incita os indivíduos e aderirem sem questionamentos aos desmandos da indústria cultural, uma vez que o pensar regido pelos processos secundários é desbancado as largas pelo pensar prático que ao ser regido pela lógica dos processos primários, reforça a condição de um ego fragilizado, pois potencializa a sua indulgência a série prazer/desprazer, e por não privilegiar o recurso a linguagem, evita as associações que desencadeiam desprezo, mesmo que signifique aniquilar uma parte importante do Eu (Freud, 1895/2003).

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (1986). Sobre a música popular. In: Conh, Gabriel (Org.); Fernandes, F. (Coord.). *Theodor Adorno Sociologia*. São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais, 54).
- Adorno, T. (1996). *Teoria da semicultura*. Educação e sociedade , 388-411.
- Adorno, T. (2008). *As estrelas descem à terra*. São Paulo: Editora Unesp.
- Adorno, T. W. (1986a). A indústria cultural. In: Conh, Gabriel (Org.); Fernandes, F. (Coord.). *Theodor Adorno Sociologia*. São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais, 54).
- Adorno, T. W. (1986b). *Crítica cultural e sociedad*. Theodor Adorno-Sociologia. Org. Gabriel Cohn . São Paulo : Ática.
- Adorno, T. W. (1995). *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Adorno, T. W; Horkheimer, M.. (1985). O conceito de Esclarecimento. In _____. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (p.19-52).
- Almeida, G.. (1985). Introdução. In: Adorno, Theodor W; Horkheimer, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Amancio, V. (2006). Velocidade e política de Paul Virilio. *Em debate Revista digital*. n., p.71-89. Florianópolis.
- Barbosa, L. (2010). *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bastos, L. A. de M. (1998). *Eu-corporando: o ego e o corpo em Freud*. São Paulo: Escuta.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Bauman, Z. (2009). *A arte da Vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Bauman, Z. (2010). *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bichara, Maria Auxiliadora Cordaro. O Sacrifício da razão e o espectro de nossos dias. *Mental*. n. 1. dez. 2003. p. 39-53.
- Bucci, E. (2001). A entrada precoce da criança no mundo do consumo. In: Comparato, M.C.M.; Monteiro, D.S. F. (orgs). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: mentes e mídias: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Caso do Psicólogo. 87-94.
- Campos, E. B. V. (2004). Afeto e representação nas origens da metapsicologia: uma leitura do Projeto de uma psicologia de Freud. *Psychê* , São Paulo. n.14. p.36-60.
- Caniato, A. M. (2009). *Os (des)caminhos na Psicanálise: a busca de compreensão da subjetividade e de seu sofrimento na contemporaneidade*. In. *A constituição do sujeito e a historicidade*. Campinas: Alínea.

- Caropreso, F. (2008). *O nascimento da metapsicologia: representação e consciência na obra inicial de Freud*. São Carlos: Edufscar.
- Ceccarelli, P. R. (2009). Violência e Cultura. In: Rudge, A. M. (orgs.). *Traumas*. São Paulo: Editora Escuta. p.111-124.
- Cohn, G. (1986). Introdução: Adorno e a teoria crítica da sociedade. In: Cohn, Gabriel (Org.); Fernandes, Florestan (Coord.). *Sociologia*. São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais, 54). p.7-30.
- Costa, B. C. G. (2009). Tecnologias e Sensibilidade: homes e máquinas na sociedade global. In: Pucci, B., Almeida, J., Lastória, L.A.C.N. *Experiência Formativa e Emancipação*. São Paulo: Nankin. p. 115-126.
- Costa, D. B. da., Moreira, J. de O. (2010). Angústia e declínio da representação: uma leitura psicanalítica do mal-estar na contemporaneidade. *Psicol. Soc.* vol.22, n.2, pp. 225-235.
- Crocco, F. L. (2007). Estudo crítico sobre a transformação da ideologia e da subjetividade. *AdVerbum*, 47-59.
- Debord, G.(2009). *A sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Dufour, D.-R. (2003). A arte de reduzir as mentes. *Le Monde Diplomatique*. Acesso em 01 out. 2003. Disponível em: <http://diplo.dreamhosters.com/2003-10,a763.html>
- Enriquez, E. (2006). O Homem do Século XXI: Sujeito Autônomo ou Indivíduo Descartável. *ERA – eletrônica*. v.5, n.1, Art. 10.
- Evangelista, E.G.S. (2003). Razão Instrumental e indústria cultural. *Inter-Ação*. Rev. Fac. Educ. UFG., 28(1):83-101.
- Fabiano, L. H. Palagana, I. (2001). *Identidade e cultura mercantilizada*. Recuperado em 12 de outubro de 2010 em www.anped.org.br/libros. Originalmente publicado em 2001.
- Figueiredo, L. C. (2008). Modernidade, trauma e dissociação: a questão do sentido hoje. In: _____. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1895/2003). Projeto de uma Psicologia. In: Gabbi, O.F. *Notas a projeto de uma psicologia: As origens utilitaristas da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1911/2004). Formulações sobre os dois Princípios do Acontecer Psíquico. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. v. 1. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914/2004). *À guisa de introdução do narcisismo*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915/2006). O Inconsciente. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. v. 2. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920/2006). *Além do princípio do prazer - escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Trad. Luiz A. Hanns Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1923/2007). O Eu e o Id. In: _____. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. v. 3. Rio de Janeiro: Imago. 1923-2007.
- Freud, S. (1926/1981). Inhibicion, Sintoma y Angustia. In: _____. *Obras Completas*. v.3. Madrid: Biblioteca Nueva. p.2833-2883.
- Freud, S. (1927/2011). O Futuro de uma Ilusão. Porto Alegre: L&PM.
- Freud, S. (1930 -1981). El malestar en la cultura. In: _____. *Obras Completas*. v.3. Madrid: Biblioteca Nueva. p.3018-3067.
- Freud, S. (1932/1981). Lección XXXI – Disección de La Personalidad Psíquica. In: _____. *Obras Completas*. v.3. Madrid: Biblioteca Nueva. p.3132-3146.
- Freud, S. (1921/2011). *Psicologia de Massas e Análise do Eu*. In: _____. *Psicologia de Massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. São Paulo: Companhia das letras.
- Gabbi, O. F. (1994). *Freud: racionalidade, sentido e referencia*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Gabbi, O. F. (2003). *Notas a projeto de uma psicologia: as origens utilitaristas da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. 2003.
- Garcia, C.A.;Coutinho,L.G. (2004). Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo. *Psychê: Rev. Psicanálise*, Rio de Janeiro, n.13, v.8, p. 125-140.
- Garcia-Roza. L.A. (2008). O Projeto de 1895. In _____, *Introdução a Metapsicologia Freudiana*. V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Garcia-Roza. L.A. (2008b). O inconsciente e a consciência. In _____, *Introdução a Metapsicologia Freudiana*. V.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gounet, T. (2002). *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo.
- Gregório, S. B. (2011). Dicionário enciclopédico
<http://sites.google.com/site/dicionarioenciclopedico/system/app/pages/search?scope=search-site&q=eudemonismo>. Acesso em out. de 2011.
- Guardini, R. (1995). O fim da Idade Moderna. Em procura de uma orientação. Edições 70: Lisboa-Portugal.
- Hayek, Friedrich Auguste. (1944/1987). *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. Instituto Liberal.
- Hornstein, L. (1990). *Cura Psicanalítica e Sublimação*. Porto Alegre: Artes Medicas.
- Hornstein, L. (2009). Narcisismo, Autoestima, Identidade, Alteridade. São Paulo: Via Lettera: Centro de Estudos Psicanalíticos.
- Kant, I. (2011). Resposta à Pergunta: Que é esclarecimento. Recuperado em 10 de agosto de 2011 em <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/b47.pdf> originalmente publicado em 1794.

Kehl, M. R. (1991). Imaginar e Pensar. In: Novaes, A. (org). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 60-72.

Kehl, M. R. (2001). A violência do imaginário. In: Comparato, M.C.M.; Monteiro, D.S. F. (orgs). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: mentes e mídias: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Caso do Psicólogo. 45-60.

Kehl, M. R. (2003). *O Espetáculo como modo de subjetivação*. Recuperado em 12 de jul. de 2012 em <http://www.mariaritakehl.psc.br/PDF/oespetaculocomomeiodesubjetivacao.pdf> Originalmente publicado em 2003.

Kehl, M. R. (2003). Muito além do espetáculo. Recuperado em 12 de julho de 2012 em <http://www.mariaritakehl.psc.br/conteudo.php?id=76>. Originalmente publicado em setembro de 2003.

Kurz, R. (1999). A expropriação do tempo. *Folha de São Paulo*. 3 de janeiro.

Laplanche, J. (1985). *Vida e Morte em Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Medicas.

Laplanche & Pontalis. (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

Lasch, C. (1986). *O mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Editora Brasiliense. p.15-50.

Lebrun, J.P.(2010). *O Mal estar na subjetivação*. Porto Alegre:CMC.

Leo Maar, W. (2001). Da subjetividade deformada à semiformação como sujeito. *Psicologia e Sociedade*. São Paulo, 13(2); p.92-141.

Lisboa, M. D. (2002). Orientação Profissional e o Mundo do Trabalho: Reflexões sobre uma Nova Proposta frente a um Novo Cenário. In: Levenfus, R. S. e Soares, D. H. P. (Orgs.). *Orientação Vocacional Ocupacional: novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e empresa*. Porto alegre: Artmed, p. 33-49.

Lisondo, A.B.D. (2004). Na cultura do vazio, patologias do vazio. São Paulo, vol. 38/2, p. 335-358.

Lucchesi, I. (2002). *Vitrina perversa: mídia e a sedução sem encantamento*. Rio de Janeiro.

Lyotard, J.F. (2008) *A Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jose Olympio.

Macêdo, K. B. (2011). O desamparo do indivíduo na modernidade. *ECOS Estudos contemporâneos da subjetividade*. V2. N1. p.94-107

Macedo, M.M. K.; Werlang, B.S.G.; Dockhorn, C. N. B. F., (2008). Vorstellung: a questão da representabilidade. *Psicologia Ciência e Profissão*. 28 (1), p.68-81.

Maia, M. S. (2005). *Extremos da alma. Dor e trauma na atualidade e clinica psíquica*. Rio de Janeiro: Garamond.

Matos, O. (1993). *A escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna

- Millan, M. P.B. (2002). *Tempo e Subjetividade no Mundo Contemporâneo: ressonâncias na Clínica Psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mitrovitch, C. (2007). *Experiência E Formação Em Walter Benjamin*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unesp-Presidente Prudente.
- Monzani, L. R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: editora da UNICAMP.
- Moreira, J. de O. (2009). *Revisitando o conceito de eu em Freud: da identidade à alteridade*. Estudos e pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, abr.
- Nanan, A. C. S. B. (2010). As (des) Razões da Razão Esclarecida. *Argumentos*. Ano 2. nº 3. (p.169-177).
- Outeiral, J. (2003). *Adolescer; estudos revisados sobre adolescência*. 2ª ed. revisada, Atual, ampl. Rio de Janeiro: Editora Revinter Ltda.
- Porchat, P. (2005). *Freud e o teste de realidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp.
- Pucci, B.; Zuin, A. A. S.; Oliveira, N. R. de; Adorno – *O poder Educativo do Pensamento Crítico*. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.
- Puertas, K. (2010). *Emergência e constituição do ideal de eu em Freud- Dissertação de mestrado*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.
- Renaut. A. (2004). *O Indivíduo: Reflexões acerca da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro: Difel.
- Retondar, A. M. (2007/ jan-abr.). A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades . *Sociedade e Estado*. Brasília, 23, n. 1, p. 137-160,
- Ribeiro, K.C. R. (2012). *A sociedade cínica contemporânea e suas injunções nas subjetividades*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá.
- Rouanet, S. P. (1983). *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: BTU.
- Rouanet, S. P. (1985). *A Razão Cativa*. As ilusões da consciência: de Platão a Freud. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Rouanet, S. P. (1989). Razão e Paixão. In: Cardoso, S. (orgs). *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 437-468.
- Rouanet, S. P. (1993). Iluminismo ou Barbárie. In: _____. *O mal-estar na modernidade: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras. (p. 9-45).
- Rouanet, S. P. (1993a). Mal-estar na Modernidade. In: _____. *O mal-estar na modernidade: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras. (p. 96-119).
- Rudge, A. M. (2009). *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahaar.

Saflate, V. P. (2004). Um corpo obsoleto: sobre a relação entre fragilização das identificações e reconfiguração contínua do corpo. In: Colóquio Internacional "Teoria crítica e educação", 2004, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: Unimep, v. 1.

Sanches, E. O. (2007). *Lúdico e experiência formativa: convenções ideológicas e emancipação social*. Dissertação de Mestrado. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

Santos, M. (2001). Elogio a Lentidão. *Folha Uol*. Recuperado em 15 de junho de 2012 em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1103200109.htm>, Originalmente publicado em 11 de março de 2001.

Severiano, M.F.V. (2010). “Lógica do mercado” e “lógica do desejo”: reflexões críticas sobre a sociedade de consumo contemporânea a partir da Escola de Frankfurt. Rio de Janeiro: Ed. Uerj.

Slater, D. (2002). *Cultura do Consumo & Modernidade*. São Paulo: Nobel.

Souza, M. R. (2011). O conceito de esclarecimento em Horkheimer, Adorno e Freud: apontamentos para um debate. *Psicologia & Sociedade*, 23 (3): 469-476.

Souza, P. P. (2009). *A construção do conceito de eu na obra de Freud (1895 – 1923)*. Dissertação de Mestrado. Maringá: UEM.

Thá, Fabio. (2004). Representação e Pensamento na Obra Freudiana. *Ágora*. v. VII, n.1; jan/jun. p.109-128.

Türcke, C. (2010). *Sociedade Excitada: filosofia da sensação*. Campinas: Editora Unicamp.

Vaconcellos, A. T. de M. A mídia: a violência na mente infantil. In: Comparato, M.C.M.; Monteiro, D.S. F. (orgs). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: mentes e mídias: diálogos interdisciplinares*. São Paulo: Caso do Psicólogo. p. 61-74.

Virilio, P. (1993). *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Zimerman, D. E. (1999). As Funções do Ego. In _____. *Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed.

Zuin, A. A. S. (2001). Sobre a atualidade do conceito de indústria cultural. *Cad. CEDES* 21